



Extensão Rural

ISSN Impresso: 1415-7802

ISSN Online: 2318-1796

DEAER – CCR

v.25, n.2, abr./jun. 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Paulo Afonso Burmann

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Sandro Luis Petter Medeiros

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural: Renato Santos de Souza

Editores: Fabiano Nunes Vaz e Ezequiel Redin

Comitê Editorial

Editores: Fabiano Nunes Vaz, Ezequiel Redin

Editor da Área Economia e Administração Rural: Alessandro Porporatti Arbage

Editor da Área Desenvolvimento Rural: Marcos Botton Piccin

Editor da Área Sustentabilidade no Espaço Rural: José Geraldo Wizniewsky

Editor da Área Sociologia e Antropologia Rural: José Marcos Froehlich

Editor da Área Extensão e Comunicação Rural: Clayton Hillig

Bolsista: Dulce Mörschbacher

Impressão / Acabamento: Imprensa Universitária / **Tiragem:**130 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1993) – Santa Maria, RS: UFSM, 1993 -

Trimestral

Vol.25, n.2 (abr./jun.2018)

Revista anual até 2007, semestral a partir de 2008, quadrimestral a partir de 2013 e trimestral a partir de 2014.

Resumo em português e inglês

ISSN 1415-7802

1. Administração rural: 2. Desenvolvimento rural: 3. Economia rural: 4. Extensão rural.

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por

Claudia Carmem Baggio – CRB 10/1830

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores. Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

O periódico Extensão Rural é uma publicação científica desde 1993, **periodicidade trimestral**, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às **áreas**: i) Desenvolvimento Rural, ii) Economia e Administração Rural, iii) Sociologia e Antropologia Rural, iv) Extensão e Comunicação Rural, v) Sustentabilidade no Espaço Rural. Tem como público alvo pesquisadores, acadêmicos e agentes de extensão rural, bem como realizar a difusão dos seus trabalhos à sociedade.

INDEXADORES INTERNACIONAIS

AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Tecnology) da
FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)
DIRETÓRIO LUSO-BRASILEIRO (Repositórios e Revistas de Acesso Aberto)
DOAJ - Directory of Open Access Journals
E-REVIST@S (Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y
Latinoamericanas)
EZB Nutzeranfragen (Electronic Journals Library/ElektronischeZeitschriftenbibliothek)
GOOGLE SCHOLAR
JOURNALS FOR FREE
LATINDEX (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América
Latina, El Caribe, España y Portugal)
OAJI (Open Academic Journals Index)
PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC
PORTAL SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas)
REDE CARINIANA (Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital)
ROAD (Directory of Open Access scholarly Resources)

INDEXADORES NACIONAIS

AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)
DIADORIM (Diretório de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras)
PORTAL LIVRE! (Portal do conhecimento nuclear)
SABIIA (Sistema Aberto e Integrado de Informação em Agricultura)
SUMÁRIOS.ORG (Sumários de Revistas Brasileiras)

Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Campus Universitário – Prédio 44
Santa Maria- RS - Brasil
CEP: 97.105-900
Telefones: (55) 3220 9404 / 8165 – Fax: (55) 3220 8694
E-mail: atendimento.extensao.rural@gmail.com
Web-sites:
<http://periodicos.ufsm.br/>
<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>
<http://www.facebook.com/extensao.rural>
<https://www.facebook.com/extensaoruralsantamaria/>

SUMÁRIO

REESTRUTURAÇÃO, REORIENTAÇÃO E RENOVAÇÃO DO SERVIÇO EXTENSIONISTA NO BRASIL: A (DIFÍCIL) IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)	
Raphael Fernando Diniz, Antonio Nivaldo Hespanhol	7
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NO RURAL DA MICRORREGIÃO DE PINHALZINHO (SC)	
Lenoir Heisler, Arlene Anélia Renk, Irme Salete Bonamigo	31
A PLURIATIVIDADE COMO FATOR DE GERAÇÃO DE RENDA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DE CÓRREGO PRIMAVERA, RIO BANANAL, ESPÍRITO SANTO, BRASIL	
Rôner de Souza Fernandes, Alessandra Maria da Silva, Rayane Pagung Falcão	52
DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO RURAL: UM ESTUDO DE CASO NA MICRORREGIÃO E MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS	
Mariele Boscardin, Rosani Marisa Spanevello	73
AS AÇÕES DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS FRENTE À CADEIA PRODUTIVA DO BIODIESEL NO RIO GRANDE DO SUL: EVIDÊNCIAS EM DIREÇÃO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Marluci Casalini Wildner, Sibeles Vasconcelos de Oliveira, Orlando Martinelli Junior	92
DINÂMICAS DE COMERCIALIZAÇÃO ECOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ	
Cristiane Coradin, Valdir Frigo Denardin	112
NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS	130

SUMMARY

RESTRUCTURING, REORIENTATION AND RENEWAL OF THE EXTENSION SERVICE IN BRAZIL: THE (DIFFICULT) IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL POLICY FOR TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION (PNATER)	
Raphael Fernando Diniz, Antonio Nivaldo Hespanhol	7
STRATEGIES OF SOCIAL REPRODUCTION IN RURAL AREAS OF THE MICROREGION OF PINHALZINHO (SC)	31
Lenoir Heisler, Arlene Anélia Renk, Irme Salete Bonamigo	
THE PLURIATIVITY AS A FACTOR OF GENERATION OF INCOME FOR FAMILY FARMING OF CÓRREGO PRIMAVERA, RIO BANANAL, ESPÍRITO SANTO, BRAZIL	
Rôner de Souza Fernandes, Alessandra Maria da Silva, Rayane Pagung Falcão	52
DEMOGRAPHIC DYNAMICS OF THE RURAL POPULATION: A CASE STUDY IN THE MICROREGION AND MUNICIPALITY OF FREDERICO WESTPHALEN/RS	
Mariele Boscardin, Rosani Marisa Spanevello	73
THE ACTIONS OF AGRICULTURAL COOPERATIVES FACING THE BIODIESEL PRODUCTION CHAIN IN RIO GRANDE DO SUL: EVIDENCE FOR REGIONAL DEVELOPMENT	
Marluci Casalini Wildner, Sibeles Vasconcelos de Oliveira, Orlando Martinelli Junior	92
DYNAMICS OF ECOLOGICAL MARKETING AND SUSTAINABLE TERRITORIAL DEVELOPMENT IN THE VALE DO RIBEIRA – PARANÁ	
Cristiane Coradin, Valdir Frigo Denardin	112
STANDARDS FOR PAPER SUBMISSION	130

REESTRUTURAÇÃO, REORIENTAÇÃO E RENOVAÇÃO DO SERVIÇO EXTENSIONISTA NO BRASIL: A (DIFÍCIL) IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)¹

Raphael Fernando Diniz²
Antonio Nivaldo Hespanhol³

RESUMO

Tendo em vista a importância da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para o processo de reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no país, buscamos neste artigo apresentar e analisar as ações destinadas à sua implementação, assim como identificar os avanços alcançados e os desafios enfrentados pela referida política. A partir da análise de estudos produzidos sobre a PNATER e de informações e dados disponíveis em documentos disponibilizados pelos órgãos gestores, constatamos que, não obstante as mudanças teórico-conceituais, metodológicas e a ampliação dos investimentos federais nas entidades extensionistas, diversos problemas estruturais e conjunturais ainda persistem e limitam a adoção de metodologias participativas, a transição agroecológica e a exclusividade no atendimento aos grupos sociais marginalizados. Ademais, constatamos que a distribuição de recursos financeiros destinados à execução das ações de ATER em todos os estados da federação ocorreu de forma bastante desigual, privilegiando as regiões e estados mais desenvolvidos e/ou com número pouco expressivo de agricultores familiares.

Palavras-chave: ANATER, assistência técnica e extensão rural, PNATER, políticas públicas, serviço extensionista.

RESTRUCTURING, REORIENTATION AND RENEWAL OF THE EXTENSION SERVICE IN BRAZIL: THE (DIFFICULT) IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL POLICY FOR TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION (PNATER)⁴

¹ Este artigo constitui parte das discussões construídas na tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP – Campus de Presidente Prudente, pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Processo 2013/25725-8).

² Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Presidente Prudente-SP. Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (Regional de Jataí-GO). E-mail: dinizrf@ufg.br

³ Graduado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Presidente Prudente-SP. E-mail: nivaldo@fct.unesp.br

⁴ This article is part of the discussions established in the doctoral thesis defended in the Graduate Program in Geography of FCT-UNESP – Presidente Prudente Campus, a research paper funded by the São Paulo Research Foundation (FAPESP) (Proceeding 2013/25725-8).

ABSTRACT

Taking into account the importance of the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (PNATER) for the process of restructuring, reorientation and renewal of the extension service in Brazil, this study sought to present and analyze the actions aimed at its implementation, as well as to identify the advances the challenges faced by the policy. Based on the analysis of studies developed on PNATER and on the information and data available in documents made available by management agencies, it was verified that, despite theoretical-conceptual and methodological changes and the expansion of federal investments in extension agencies, a number of structural and conjunctural problems still persist and limit the adoption of participative methodologies, the agroecological transition, and exclusivity in the service to marginalized social groups. Additionally, it was verified that the distribution of financial resources aimed at the execution of the actions of ATER in all the states of the federation occurred in a very unequal way, privileging the more developed regions and states and/or those with a low number of family farmers.

Key words: ANATER, extension service, PNATER, public policy technical assistance and rural extension.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da segunda metade do século XX, as instituições de assistência técnica e extensão rural (ATER) desempenharam um papel determinante para a intensificação e aceleração do processo de modernização da base técnica da agricultura e para sua integração com os capitais industrial, financeiro e comercial. Por meio da difusão de inovações científico-tecnológicas produzidas pelos centros de pesquisa agropecuária, estas instituições fomentaram a introdução de novas lógicas e racionalidades de produção estreitamente ligadas à ordem hegemônica do capitalismo global, contribuindo para dinamizar os processos de (re)produção e (re)organização dos espaços rurais no Brasil (FONSECA, 1985; QUEDA, 1987; RODRIGUES, 1997; CAPORAL, 2014).

Se em vista dos resultados obtidos com a integração técnica da agricultura com a indústria, entre os capitais financeiro, comercial, industrial e agrícola e de um maior estreitamento das relações entre o rural e o urbano, a modernização levada a cabo neste período pode ser considerada um sucesso, o mesmo não se pode dizer sobre seus efeitos sociais, econômicos e ambientais, uma vez que provocaram diversos impactos aos grupos sociais marginalizados, à saúde dos trabalhadores e consumidores, aos recursos naturais e à biodiversidade (DELGADO, 1984; GRAZIANO NETO, 1985).

Em decorrência das implicações negativas à sociedade e ao meio ambiente geradas pelas ações direcionadas à difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde, as instituições de ATER passaram a ser objeto de críticas e questionamentos internos e externos, que culminaram, no início dos anos 1980, na emergência de um movimento de “repensar a extensão rural” em todo o país. No entanto, em que pese os esforços despendidos para romper com o modelo difusionista-inovador e a construção de uma extensão rural mais popular e democrática, a distância entre o discurso e a prática extensionista pouco foi alterada. Além disso, com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1990, encerrou-se a política extensionista no país e a participação efetiva do governo federal

no financiamento e na orientação dos serviços de extensão rural, que ficaram a cargo dos governos estaduais. Consequentemente, as instituições de ATER vivenciaram um período de crise marcado pela precarização dos serviços de ATER e até mesmo a sua extinção (RODRIGUES, 1997; CAPORAL, 2014).

No início dos anos 2000, atendendo às demandas dos movimentos sociais organizados, das entidades representantes dos agricultores familiares e dos agentes estatais e organizações não-governamentais de ATER, o governo federal instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), reestabelecendo, após mais de uma década, sua participação na oferta do serviço extensionista, tanto por meio de recursos provenientes do orçamento da União quanto pela criação de normas para reorientar a ação dos técnicos extensionistas (CAPORAL, 2006, 2014; DIAS, 2007, 2008; DIESEL et al., 2015).

Neste sentido, tendo em vista a importância dessa política para o processo de reestruturação, reorientação e renovação da extensão rural no país ao longo dos últimos quinze anos, buscamos neste artigo apresentar e analisar as ações realizadas pelo governo federal visando a sua operacionalização, assim como identificar os avanços alcançados e os desafios enfrentados para o cumprimento dos objetivos da PNATER. Almejamos, complementarmente, realizar uma análise geográfica dos recursos financeiros destinados à execução das ações de ATER em todos os estados da federação, examinando, com efeito, as desigualdades espaciais dos investimentos feitos com recursos provenientes do orçamento da União.

Para consecução desses objetivos, consultamos os documentos do então Ministério do Desenvolvimento Agrário-Secretaria de Agricultura-Familiar-Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA/SAF/DATER) referentes à implementação da PNATER; Planos Safras da Agricultura Familiar (2003-2004 a 2015-2016); Relatórios de Avaliação dos Planos Plurianuais (2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015); Relatórios de Gestão do MDA e da SAF (2008 a 2013) e estudos produzidos sobre a política. Adicionalmente, por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527/11), solicitamos ao MDA/SAF/DATER os seguintes dados: valor dos recursos orçamentários transferidos às entidades estatais e não-estatais de ATER no período 2003-2014 e número de agricultores familiares, indígenas, quilombolas, mulheres e jovens beneficiados pelo serviço de extensão rural⁵ (DINIZ, 2018).

A partir da tabulação destes dados, foram produzidas tabelas, gráficos e mapas com o propósito de analisar a evolução histórica e a espacialização dos recursos investidos pelo governo federal na implementação da PNATER. No item a seguir, analisamos os dados e informações obtidos a partir dessas fontes, buscando criar uma inteligibilidade crítica sobre os avanços e desafios à consecução dos objetivos estabelecidos pela PNATER no período analisado.

2. UM PROJETO DE EXTENSÃO RURAL MAIS DEMOCRÁTICA, DIALÓGICA E AGROECOLÓGICA: AVANÇOS E IMPASSES NA IMPLEMENTAÇÃO DA PNATER

A conjuntura política e socioambiental que marcou o início do século XXI foi caracterizada pela forte influência dos ideais do desenvolvimento sustentável e pela consolidação de um governo democrático e popular que procurava criar mecanismos de participação e controle social das políticas públicas no Brasil. Em meio a esse contexto, a PNATER foi elaborada buscando instituir novas bases filosóficas e teórico-metodológicas para a promoção de uma prática extensionista mais comprometida com

⁵ Protocolos Nº 54800.001395/2015-66; Nº 54800.001547/2015-21; Nº 54800.000007/2016-19.

a sustentabilidade dos agroecossistemas e com o empoderamento e emancipação de grupos sociais até então aliados das políticas de ATER no país, representando uma continuidade e um salto qualitativo da proposta de repensar surgida na década de 1980.

No que concerne à sua implementação, a PNATER se configura como uma política pública de gestão multicêntrica, pois confere protagonismo a diversos atores, estatais e não estatais (organizações não-governamentais – ONGs, organizações privadas, associações, organismos multilaterais etc.), na execução de ações para se enfrentar um problema de interesse coletivo (SECCHI, 2010). A partir dessa mudança, passaram a ser consideradas como entidades aptas a participarem do Sistema Nacional Descentralizado de ATER pública: instituições públicas estatais de ATER (municipais, estaduais e federais), empresas de ATER vinculadas ou conveniadas com o setor público, organizações dos agricultores familiares etc. (BRASIL, 2004).

Além das inovações apresentadas em sua formulação⁶ e gestão, a PNATER buscou instituir uma mudança radical nos enfoques teóricos, filosóficos e metodológicos que fundamentam a extensão rural. Para isso, suas diretrizes e princípios foram construídos com o propósito de estabelecer uma ruptura com a prática extensionista assentada no paradigma difusionista-inovador (vertical, autoritário e antidialógico) e no pacote tecnológico da “Revolução Verde”, reorientando-a por um enfoque holístico e integrador das estratégias de desenvolvimento, por uma abordagem multidisciplinar dos agroecossistemas e por um paradigma tecnológico baseado na agroecologia. Ademais, buscou-se garantir aos grupos sociais historicamente marginalizados (quilombolas, indígenas, ribeirinhos etc.) a exclusividade do acesso aos serviços de ATER, bem como assegurar o processo de sucessão familiar no campo. Para a atuação junto a este público, a ação extensionista passou a ser orientada ao uso de metodologias aplicadas de forma democrática, participativa, dialética e dialógica, tendo como ponto de partida a realidade e o conhecimento local e como finalidade tornar os sujeitos sociais rurais protagonistas de um modelo de desenvolvimento rural local e sustentável.

A partir de uma análise propriamente geográfica, percebe-se que a PNATER buscou instituir e/ou fortalecer outras formas de racionalidade na produção e organização do espaço rural, racionalidades paralelas e concorrentes que, incapazes de se subordinarem plenamente à racionalidade hegemônica, deveriam se insurgir como estratégias de resistência a ela e contribuir para o engendramento de novos e sustentáveis processos de reprodução socioespacial que assegurassem a emancipação e o empoderamento dos sujeitos sociais rurais. São outras formas de racionalidade que se configuram como *contra-racionalidades*, e estão localizadas, de acordo com Santos (2008[1996], p. 309):

De um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos.

A este respeito, há que se fazer uma ressalva. De acordo com Gerhardt (2014), o texto da PNATER utiliza-se de um padrão discursivo ligado a um sistema

⁶ A respeito do caráter “participativo” e “democrático” da elaboração da PNATER, certas afirmações devem ser relativizadas. Segundo Gerhardt (2014, p. 39) “os debates pré-PNATER, por exemplo, se partiram de instâncias locais (onde agentes “menos favorecidos” estavam presentes), avançaram até que um pequeno grupo (que não representa nem de longe a diversidade social rural) se reuniu, debateu entre si, fez escolhas e tomou decisões”.

classificatório dual, maniqueísta – novo modelo/velho modelo, extensão convencional/extensão agroecológica, relação dialógica/relação paternalista etc. –, o qual, além de ofuscar a diversidade de abordagens e pontos de vista sobre a extensão rural, gera um discurso salvacionista ao enfatizar os efeitos negativos de outros modelos de agricultura e extensão rural. Constrói-se, com efeito, uma retórica messiânica de que a promoção da sustentabilidade no campo se dará apenas por uma via única, a da *transição agroecológica*, implicando em riscos como o de se reforçar as assimetrias de poder entre técnicos e agricultores, assim como de submetê-los ao controle institucional daqueles que definem o que é ou não agroecologicamente correto (GERHARDT, 2014).

Visando, então, criar condições favoráveis ao início do processo de transição do modelo hegemônico de extensão rural para outro modelo assentado nos princípios, diretrizes, objetivos e metodologias estabelecidos na PNATER, o MDA/SAF/DATER, em cooperação com outros ministérios, institutos de pesquisa agropecuária, universidades etc. realizou, a partir de 2003, inúmeras ações no sentido de implementar a política.

Inicialmente, foi criado o Comitê Nacional de ATER no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), formado paritariamente por entidades governamentais e da sociedade civil com o objetivo de orientar as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) e se tornar um espaço democrático de debates, proposições e acompanhamento das ações empreendidas desde a institucionalização da política (CAPORAL, 2006, 2008; DIESEL et al., 2015).

A partir disso, foram firmados contratos para execução de Projetos de Capacitação de Agricultores Familiares e Técnicos; convênios com as entidades de ATER dos 27 estados federativos visando a ampliação e modernização da infraestrutura de trabalho; seminários em todos os estados da federação, nos quais foi apresentada a PNATER aos agentes de extensão rural e feitas propostas às entidades extensionistas para a elaboração de um Plano Estadual de ATER; Oficinas de Nivelamento Conceitual sobre as novas bases conceituais da política; criação de Redes Temáticas de ATER buscando articular as entidades de extensão rural e aprimorar o intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre diferentes temas estratégicos focalizados na política (CAPORAL, 2006, 2008, 2014; PETTAN, 2010).

Em 2008, no âmbito do Comitê Nacional de ATER, foi elaborado o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), instrumento criado com o objetivo de propor um conjunto de nove ações voltadas à operacionalização da PNATER, a saber: 1) ATER na agricultura familiar; 2) ATER em áreas indígenas; 3) ATER para comunidades quilombolas; 4) ATER especializada para mulheres rurais; 5) Assistência técnica e capacitação para agricultores assentados em programas de reforma agrária; 6) Apoio a projetos de inovação tecnológica para agricultura familiar da região semiárida; 7) Fomento à produção de tecnologias e conhecimentos apropriados à agricultura familiar; 8) Formação de agentes de ATER; 9) Gestão e administração do programa (CAPORAL, 2008, 2014; PETTAN, 2010).

Somam-se a estas iniciativas a realização de eventos para capacitação de técnicos e agricultores familiares, cursos de especialização para profissionais de entidades estatais e não-estatais prestadoras de serviços de ATER, publicação de editais de apoio a projetos para disponibilização de tecnologias de base ecológica etc., ações desenvolvidas com o propósito de qualificar o trabalho dos agentes de extensão conforme os princípios e objetivos da PNATER (CAPORAL, 2006, 2008, 2014; PETTAN, 2010).

No que concerne à necessidade de se ampliar e qualificar o quadro de recursos humanos das entidades estatais de ATER, foram realizados vários concursos públicos

em todo o país, os quais incluíram, a propósito, temáticas da PNATER em seus conteúdos de seleção (CAPORAL, 2006, 2008, 2014). Com efeito, o contingente de profissionais da extensão rural cresceu de 20.599 em 2002 para mais de 25 mil em 2014 (sendo 15.745 técnicos de nível médio), elevando, por conseguinte, o quantitativo de municípios atendidos pelos serviços de ATER, que em 2002 eram 3.687 e em 2014 passou a ser 5.359, 96,2% dos municípios brasileiros (ASBRAER, 2014).

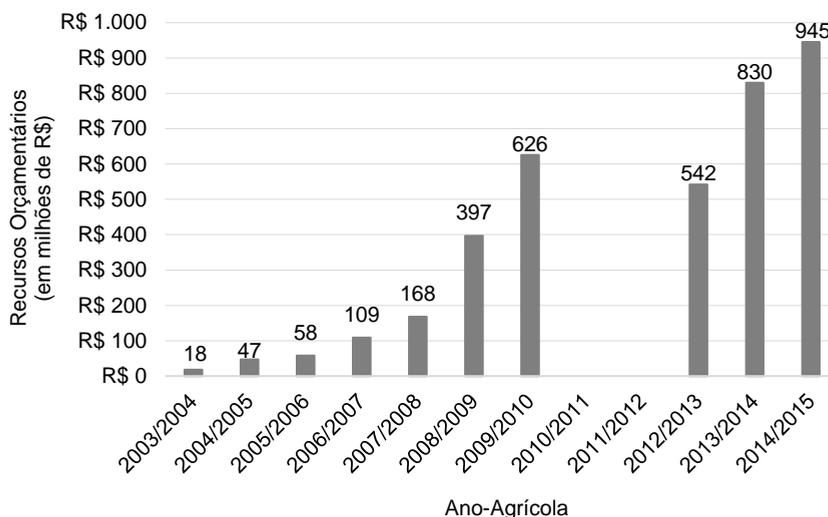
Além do impacto direto nas entidades prestadoras de serviços de ATER, a implementação da PNATER motivou a criação do “Marco Referencial em Agroecologia” pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 2006 e a execução do Projeto Macroprograma 1 “Transição Agroecológica: construção participativa do conhecimento para a sustentabilidade” entre 2009-2010 (CAPORAL, 2008; MEDEIROS et al., 2011). De acordo com Medeiros et al. (2011), o projeto desenvolvido inseriu definitivamente a agroecologia na EMBRAPA, tema que até então não fazia parte da agenda da instituição.

Ademais, de acordo com Caporal (2008), a implementação da PNATER influenciou a criação de vários cursos de Agroecologia no país, os quais totalizavam um número de 136 cursos em 2014, conforme estudos de Balla et al. (2014).

No que concerne à dotação de recursos orçamentários da União para o fomento dos serviços de ATER, a análise dos investimentos realizados no período torna-se uma tarefa difícil de ser executada, tendo em vista a grande disparidade entre os números apresentados por diferentes fontes de informação (CAPORAL, 2014; PEIXOTO, 2014). Conforme argumenta Peixoto (2014), os recursos provenientes do governo federal para investimentos em extensão rural estavam dispersos em diversas ações orçamentárias, sob a responsabilidade de órgãos de vários ministérios. Ademais, há ainda outros agravantes, pois em algumas ações orçamentárias tais serviços não são as únicas atividades financiadas, tornando-se a separação destas um exercício complexo de ser executado (PEIXOTO, 2014).

Segundo as informações disponíveis nos “Planos-Safras” do período de 2003/2004 a 2014/2015 e nos estudos realizados por Pettan (2010), que incluem recursos tanto do então MDA como de outros ministérios, é possível inferir que houve um crescimento bastante expressivo no volume de recursos federais disponibilizados às entidades extensionistas estatais e não-estatais, passando de R\$ 18 milhões para R\$ 945 milhões (acréscimo de 5.150% em 12 anos), totalizando, ao final deste período, aproximadamente R\$ 3,7 bilhões (FIG. 1).

Figura 1 – Gráfico da evolução dos recursos orçamentários destinados aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no orçamento da União, Brasil 2003/2004-2014/2015.



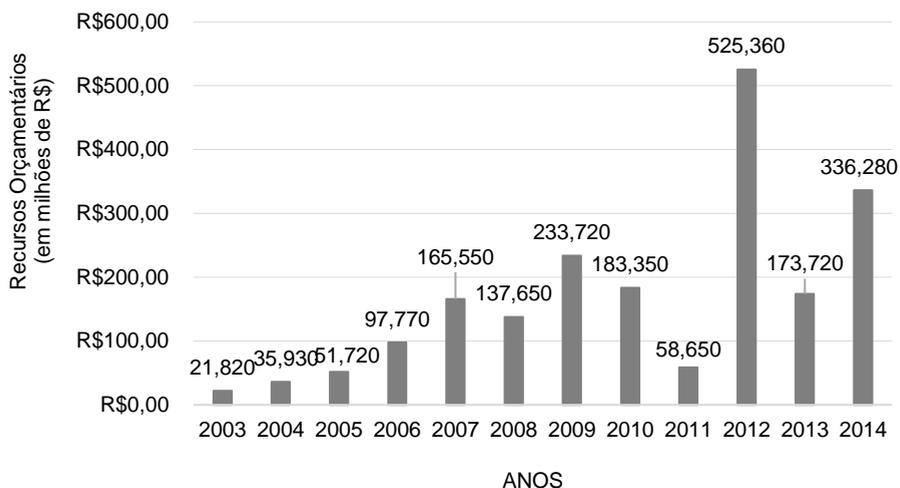
Fonte: Adaptado de Pettan (2010) e dos Planos-Safras 2010-2011 a 2014-2015. *Dados indisponíveis para os anos 2010/2011 e 2011/2012. Tabulação e organização: Autores.

No entanto, em desacordo com estes dados, as informações disponibilizadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) no Portal da Transparência indicam que entre os anos de 2004 e 2014 foram investidos R\$ 1.325.689.947,45 no fomento aos serviços de ATER no país (tanto pelo então MDA como por outros ministérios), ou seja, um valor quase 3 vezes inferior ao informado nos “Planos Safras” de 2003/2004 a 2014/2015.

A disparidade entre estes valores está relacionada, de acordo com o MDA/SAF/DATER⁷, ao fato de que as metas de investimentos anunciadas nos Planos Safras não foram executadas integralmente ao longo de cada ano agrícola, o qual corresponde a dois períodos (julho a maio do outro ano). Nos Planos Safras 2006/2007 e 2008/2009, por exemplo, foi anunciado que seriam investidos, respectivamente, R\$ 109 e R\$ 397 milhões em ações de ATER, porém, foram executados neste período apenas R\$ 29 e R\$ 169 milhões, respectivamente, segundo os dados da CGU no Portal da Transparência.

Em consultas ao então MDA/SAF/DATER sobre os recursos orçamentários transferidos pelo ministério às entidades parceiras nos estados (estatais e não-estatais) no período 2003-2014, nos foram enviados documentos em que constam informações de ter sido destinado um montante de R\$ 2.021.508.736,11 às ações de ATER no país (incluindo recursos de emendas parlamentares), valor mais próximo àquele informado no site do Portal da Transparência para o mesmo período (FIG. 2).
 Figura 2 – Gráfico da evolução dos recursos orçamentários destinados aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no orçamento do MDA/SAF/DATER, Brasil 2003-2014. Fonte: MDA/SAF/DATER, 2015.

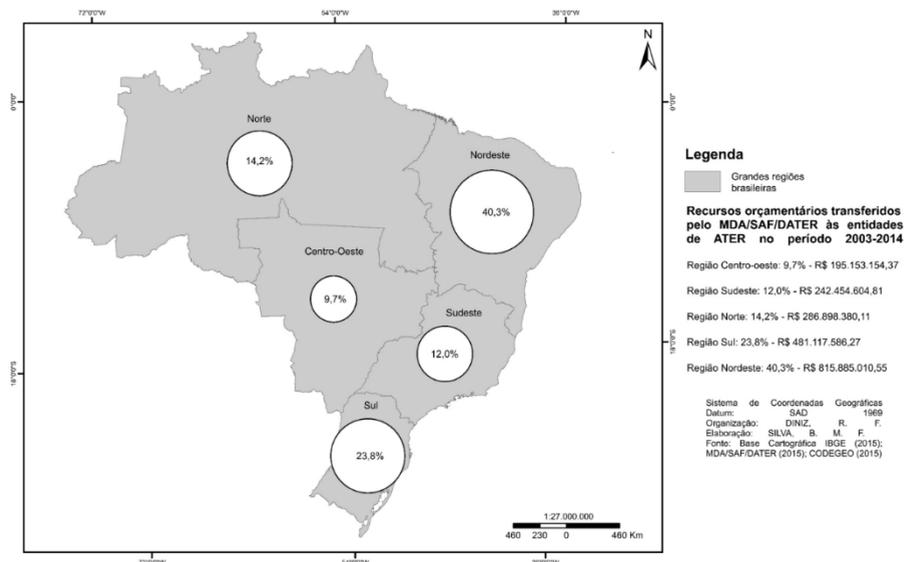
⁷MDA/SAF/DATER em resposta à consulta realizada em 2015 através do site do e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.



Tabulação e organização: Autores. Obs.: Nos valores estão computados recursos de emendas parlamentares. No ano 2003, como não existia ação ATER, foram utilizados recursos provenientes do MDS e MDA. Não estão computados recursos da Capacitação de Técnicos de ATER.

Desse total, a maior parte dos investimentos se concentrou na região nordeste, a qual recebeu R\$ 815.885.010,55 (40,3%) para fomentar as ações de ATER. Já a região sul recebeu R\$ 481.117.586,27 (23,8%), seguida das regiões norte, sudeste e centro-oeste, às quais foram destinados, respectivamente, R\$ 286.898.380,11 (14,2%), R\$ 242.454.604,81 (12 %) e R\$ 195.153.154,37 (9,7%) (FIG. 3).

Figura 3 – Recursos transferidos pelo MDA/SAF/DATER às entidades de ATER (estatais e não-estatais) no período 2003-2014, Grandes Regiões, Brasil.



Fonte: MDA/SAF/DATER, 2015. Obs.: Nos valores estão computados recursos de emendas parlamentares. No ano 2003, como não existia ação ATER, foram utilizados recursos provenientes do MDS e MDA. Não estão computados recursos da Capacitação de Técnicos de ATER.

Em um primeiro momento, a análise destes dados permite-nos inferir que a maior parte dos recursos disponibilizados pelo governo federal foi aplicada, aparentemente, nas regiões norte e nordeste do país (54,5%), as quais são mais carentes, apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e foram discriminadas pelos programas de desenvolvimento rural executados pelas entidades de ATER no período que antecede a implementação desta política (1948-2003).

No entanto, a realização de uma análise mais aprofundada e geográfica destes dados permite-nos constatar que a destinação de um maior volume de recursos às regiões norte e nordeste se deve ao fato de possuírem a maior quantidade de estados do país, 7 e 9, respectivamente, além de apresentarem a maior extensão territorial e quantidade de agricultores familiares.

Portanto, se os dados forem analisados de outro modo, dividindo os valores totais recebidos pela quantidade de estados que compõem as regiões (média aritmética simples), observar-se-á que a região sul foi a mais beneficiada neste período, obtendo uma média de R\$ 160.372.528,75 por estado, seguida pelas regiões nordeste (R\$ 90.653.890,06), sudeste (R\$ 60.613.651,20), centro-oeste (R\$ 48.788.288,59) e norte (R\$ 40.985.482,87) (Tabela 1).

Tabela 1 – Recursos transferidos pelo MDA/SAF/DATER às entidades de ATER (estatais e não-estatais) no período 2003-2014, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

País e Grandes Regiões	Unidades da Federação	Total 2003-2014 (Em milhões R\$)	Média por Estado 2003-2014 (Em milhões R\$)
Brasil		R\$ 2.021.508.736,11	
Sul	RS	R\$ 228.924.638,57	R\$ 160.372.528,75
	PR	R\$ 142.672.085,49	
	SC	R\$ 102.811.400,92	
	PR-SC*	R\$ 6.709.461,29	
	TOTAL	R\$ 481.117.586,27	
Nordeste	BA	R\$ 177.433.767,00	R\$ 90.653.890,06
	CE	R\$ 123.799.186,29	
	MA	R\$ 102.390.633,53	
	PE	R\$ 110.483.163,78	
	PI	R\$ 85.693.006,78	
	RN	R\$ 63.252.519,18	
	PB	R\$ 51.748.686,29	
	AL	R\$ 49.171.237,76	
	SE	R\$ 39.993.728,23	
	CE/RN/PB/PI/MA*	R\$ 3.636.110,03	
	AL-PE-SE*	R\$ 3.535.304,66	
	PB-RN	R\$ 2.670.610,60	
	VÁRIOS*	R\$ 2.077.056,42	
TOTAL	R\$ 815.885.010,55		
Sudeste	MG	R\$ 129.299.522,39	R\$ 60.613.651,20
	SP	R\$ 45.795.010,96	
	ES	R\$ 37.221.889,25	
	RJ	R\$ 26.444.586,15	
	MG-SP*	R\$ 3.693.596,06	
	TOTAL	R\$ 242.454.604,81	
Centro-Oeste	DF	R\$ 71.928.443,56	R\$ 48.788.288,59
	MT	R\$ 52.088.964,93	
	GO	R\$ 39.154.856,45	
	MS	R\$ 29.903.832,91	
	VÁRIOS*	R\$ 2.077.056,52	
	TOTAL	R\$ 195.153.154,37	

continua...

...continuação

	PA	R\$ 99.616.240,24	
	AM	R\$ 53.715.629,25	
	RO	R\$ 48.650.796,55	
Norte	TO	R\$ 34.494.082,09	
	AC	R\$ 29.222.583,52	R\$ 40.985.482,87
	RR	R\$ 11.571.166,91	
	AP	R\$ 9.627.881,55	
	TOTAL	R\$ 286.898.380,11	

Fonte: MDA/SAF/DATER, 2015. Tabulação e organização: Autores. *Observação: Nos documentos disponibilizados pelo MDA não constam quais estados receberam os recursos financeiros disponibilizados pelo ministério no ano de 2012 para a Chamada Pública “Mais Gestão Biodiesel”, apenas a denominação “VÁRIOS”. Nos valores informados também estão computados recursos de emendas parlamentares. No ano 2003, como não existia ação ATER, foram utilizados recursos provenientes do MDS e MDA. Não estão computados recursos da Capacitação de Técnicos de ATER.

A situação se torna ainda mais discrepante quando os recursos totais concedidos a cada ente federado são divididos pela quantidade de estabelecimentos de agricultura familiar existente em seu espaço rural, revelando que os maiores valores foram obtidos por entes com modesta presença de agricultores familiares, como o Distrito Federal (1.824), que apresentou a média de R\$ 39.434,45 para cada estabelecimento de agricultura familiar, valor quase 12 vezes superior a segunda maior média, do Amapá (R\$ 3.360,52) e 148 vezes superior à menor média, que foi a do estado da Bahia (R\$ 266,51) (Tabela 2). Em consulta ao MDA/SAF/DATER, fomos informados de que os recursos orçamentários referentes ao Distrito Federal (DF) incluem instrumentos celebrados com entidades que possuem sedes em sua região administrativa, muitas das quais têm alcance nacional, tais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Associação Brasileira das Entidades Estaduais de ATER (ASBRAER), entre outras, e por isso um montante tão expressivo foi destinado a esta unidade federativa no período analisado.

Entre as grandes regiões, a situação se inverte em relação à primeira análise, tendo em vista que o maior valor foi obtido pela região centro-oeste, que apresentou a média de R\$ 899,23 para cada estabelecimento de agricultura familiar, 94,2% acima da média nacional, de R\$ 462,98. A região norte, por sua parte, obteve a segunda maior média, de R\$ 695,23, 22,8% superior à terceira colocada, a região sul, que obteve a média de R\$ 566,22 para cada estabelecimento de agricultura familiar. No entanto, cabe a seguinte ressalva: embora tenha obtido a segunda melhor média, os recursos destinados às ações de ATER nos seus estados foram utilizados não apenas para o atendimento aos agricultores familiares, mas também aos indígenas, ribeirinhos, extrativistas e outros povos tradicionais, os quais não estão incluídos nos números da agricultura familiar do Censo Agropecuário do IBGE. Desse modo, infere-se que, se somados estes grupos sociais ao total de agricultores familiares da região norte, o valor médio desta região será inferior.

A região nordeste, que apresentou a segunda maior média conforme apresentado na tabela 1, obteve a segunda menor média nesta comparação, de R\$ 373,03 para cada estabelecimento de agricultura familiar, apenas R\$ 26,55 a mais do que a região sudeste (R\$ 346,48). Ademais, todos os estados dessa região apresentaram valores médios inferiores à média nacional, sendo que oito estão situados entre as dez menores médias.

Tabela 2 – Estabelecimentos de Agricultura Familiar, Recursos transferidos pelo MDA/SAF/DATER e média dos recursos para cada estabelecimento da Agricultura Familiar no período 2003-2014, Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação

País, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Recursos Totais investidos pela PNATER (em milhões R\$)	Estabelecimentos da Agricultura Familiar (em milhares)	Média – Recursos Totais/Estabelecimentos de Agricultura Familiar
Brasil	R\$ 2.021.508.736,11	4.366.267	R\$ 462,98
Centro-Oeste	R\$ 195.153.154,37	217.022	R\$ 899,23
Norte	R\$ 286.898.380,11	412.666	R\$ 695,23
Sul	R\$ 481.117.586,27	849.693	R\$ 566,22
Nordeste	R\$ 815.885.010,55	2.187.131	R\$ 373,03
Sudeste	R\$ 242.454.604,81	699.755	R\$ 346,48
DF	R\$ 71.928.443,56	1.824	R\$ 39.434,45
AP	R\$ 9.627.881,55	2.865	R\$ 3.360,52
RR	R\$ 11.571.166,91	8.998	R\$ 1.285,97
AC	R\$ 29.222.583,52	25.114	R\$ 1.163,60
RN	R\$ 63.252.519,18	71.210	R\$ 888,25
AM	R\$ 53.715.629,25	61.830	R\$ 868,76
TO	R\$ 34.494.082,09	42.809	R\$ 805,77
MS	R\$ 29.903.832,91	41.057	R\$ 728,35
RO	R\$ 48.650.796,55	75.165	R\$ 647,25
SC	R\$ 102.811.400,92	168.512	R\$ 610,11
MT	R\$ 52.088.964,93	85.815	R\$ 606,99
RS	R\$ 228.924.638,57	378.353	R\$ 605,06
RJ	R\$ 26.444.586,15	44.121	R\$ 599,37
ES	R\$ 37.221.889,25	67.414	R\$ 552,14
PA	R\$ 99.616.240,24	195.985	R\$ 508,29
PR	R\$ 142.672.085,49	302.828	R\$ 471,13
GO	R\$ 39.154.856,45	88.326	R\$ 443,30
SE	R\$ 39.993.728,23	90.329	R\$ 442,76
AL	R\$ 49.171.237,76	111.750	R\$ 440,01
PE	R\$ 110.483.163,78	275.720	R\$ 400,71
MA	R\$ 102.390.633,53	262.042	R\$ 390,74
PI	R\$ 85.693.006,78	220.735	R\$ 388,22
CE	R\$ 123.799.186,29	341.509	R\$ 362,51
PB	R\$ 51.748.686,29	148.069	R\$ 349,49
SP	R\$ 45.795.010,96	150.900	R\$ 303,48
MG	R\$ 129.299.522,39	437.320	R\$ 295,66
BA	R\$ 177.433.767,00	665.767	R\$ 266,51

Fonte: Estabelecimentos da Agricultura Familiar (IBGE, 2006); Recursos Orçamentários: MDA/SAF/DATER, 2015. Tabulação e organização: Autores. Obs.: Nos valores informados também estão computados recursos de emendas parlamentares. No ano 2003, como não existia

ação ATER, foram utilizados recursos provenientes do MDS e MDA. Não estão computados recursos da Capacitação de Técnicos de ATER.

A disparidade entre as grandes regiões e entre os estados se mantém quando estes mesmos recursos são analisados em relação à quantidade de famílias diretamente assistidas pelos serviços de ATER. Neste tipo de análise, a região norte obteve a maior média nacional: R\$ 589,04 investidos para cada família atendida pelo serviço extensionista. A segunda maior média foi obtida pela região sul, R\$ 363,55, apenas 21% superior a terceira colocada, a região centro-oeste, R\$ 300,82, 25% superior a quarta, a sudeste, que obteve a média de R\$ 290,04. A região nordeste continua a apresentar a menor média: R\$ 264,39 investidos para cada família atendida pelo serviço extensionista (Tabela 3).

Entre os estados, Mato Grosso, Roraima e Amazonas foram os que apresentaram as maiores médias: R\$ 1.026,36, R\$ 1.011,47 e R\$ 950,11, respectivamente, valores que diferem da maior parte das demais unidades federativas e que são quase sete vezes superiores às três piores médias, do estado do Ceará, R\$ 151,86, do Distrito Federal, R\$ 168,50 e da Paraíba, R\$ 186,27. No caso específico do Distrito Federal, esta avaliação deve ser relativizada, pois o mesmo possui apenas 1.824 estabelecimentos de agricultura familiar e, nos dados disponibilizados pelo MDA/SAF/DATER informa-se que foram atendidas 426.875 famílias nesta unidade administrativa, o que nos leva a deduzir que neste número estão computadas as famílias de outros estados que participaram de algum evento em Brasília ou que foram atendidas pelos serviços prestados por alguma entidade de âmbito nacional com sede em seu território.

Cumpra ainda observar que dentre as dez menores médias, seis correspondem a estados da região nordeste, na qual, ademais, dos nove estados que a compõem, sete apresentaram médias inferiores à média nacional (R\$ 316,80), situação distinta dos demais estados, tendo em vista que, com exceção do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Amapá, todos os outros obtiveram média superior a nacional.

Portanto, tomando por base as análises realizadas, constata-se que a distribuição dos recursos financeiros pelo MDA/SAF/DATER ocorreu de forma bastante desigual entre as regiões do país e entre os estados que as compõem, privilegiando regiões mais desenvolvidas, como o sul, e regiões com número pouco expressivo de agricultores familiares, como o centro-oeste, fato que, em nosso entendimento, contradiz a tese de Pettan (2010, p. 251) de que as regiões norte e nordeste “foram as maiores beneficiadas em termos de recursos financeiros bem como em número de beneficiados atendidos, conseguindo esta nova política suprir a grande deficiência histórica de atendimentos com serviços de Ater ao público destas regiões”.

Tabela 3 – Recursos transferidos pelo MDA/SAF/DATER às entidades de ATER (estatais e não-estatais), Agricultores Familiares assistidos pelo serviço extensionistas e média dos recursos para cada agricultor familiar assistido no período 2003-2014, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

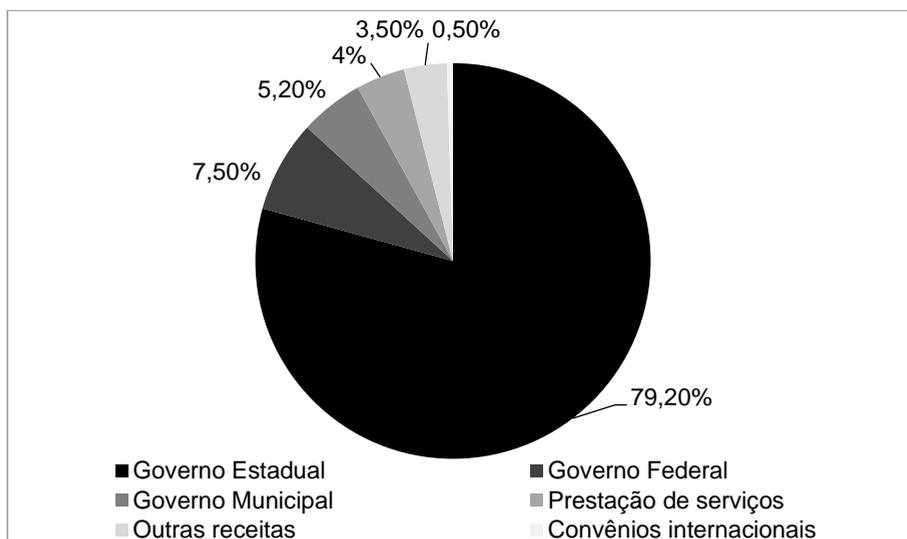
País e Grandes Regiões	Unidades da Federação	Recursos Totais investidos pela PNATER (em milhões R\$)	Agricultores Familiares assistidos pelos serviços de ATER	Média – Recursos Totais/Agricultores Familiares
Brasil		R\$ 2.021.508.736,11	6.380.997	R\$ 316,80
Norte	PA	R\$ 99.616.240,24	186.058	R\$ 535,40
	AC	R\$ 29.222.583,52	53.237	R\$ 548,91
	AM	R\$ 53.715.629,25	56.536	R\$ 950,11
	RO	R\$ 48.650.796,55	64.826	R\$ 750,48
	AP	R\$ 9.627.881,55	32.082	R\$ 300,10
	RR	R\$ 11.571.166,91	11.440	R\$ 1.011,47
	TO	R\$ 34.494.082,09	82.881	R\$ 416,19
	TOTAL	R\$ 286.898.380,11	487.060	R\$ 589,04
Sul	PR	R\$ 142.672.085,49	420.943	R\$ 338,93
	SC	R\$ 102.811.400,92	280.104	R\$ 367,05
	RS	R\$ 228.924.638,57	622.347	R\$ 367,84
	TOTAL*	R\$ 481.117.586,27	1.323.394	R\$ 363,55
Centro-Oeste	GO	R\$ 39.154.856,45	87.689	R\$ 446,52
	MT	R\$ 52.088.964,93	50.751	R\$ 1.026,36
	MS	R\$ 29.903.832,91	83.420	R\$ 358,47
	DF	R\$ 71.928.443,56	426.875	R\$ 168,50
	TOTAL*	R\$ 195.153.154,37	648.735	R\$ 300,82
Sudeste	MG	R\$ 129.299.522,39	595.371	R\$ 217,17
	RJ	R\$ 26.444.586,15	90.699	R\$ 291,56
	SP	R\$ 45.795.010,96	73.909	R\$ 619,61
	ES	R\$ 37.221.889,25	75.956	R\$ 490,05
	TOTAL*	R\$ 242.454.604,81	835.935	R\$ 290,04
Nordeste	CE	R\$ 123.799.186,29	815.240	R\$ 151,86
	PE	R\$ 110.483.163,78	366.961	R\$ 301,08
	BA	R\$ 177.433.767,00	383.735	R\$ 462,39
	MA	R\$ 102.390.633,53	203.177	R\$ 503,95
	PB	R\$ 51.748.686,29	277.819	R\$ 186,27
	RN	R\$ 63.252.519,18	325.296	R\$ 194,45
	AL	R\$ 49.171.237,76	166.532	R\$ 295,27
	SE	R\$ 39.993.728,23	175.822	R\$ 227,47
	PI	R\$ 85.693.006,78	371.291	R\$ 230,80
	TOTAL*	R\$ 815.885.010,55	3.085.873	R\$ 264,39

Fonte: MDA/SAF/DATER, 2015. Tabulação e organização: Autores. *Observação: Os valores totais por região não correspondem à soma do valor de suas respectivas unidades federativas, pois algumas ações executadas pelo MDA/SAF/DATER foram realizadas em duas ou mais unidades, sem que os recursos recebidos por cada uma fossem discriminados separadamente

nas tabelas que nos foram disponibilizadas. Nos valores informados também estão computados recursos de emendas parlamentares. No ano 2003, como não existia ação ATER, foram utilizados recursos provenientes do MDS e MDA. Não estão computados recursos da Capacitação de Técnicos de ATER.

Ressalta-se, também, que apesar do crescimento do apoio financeiro da União à extensão rural, a média de investimentos anuais por família assistida pelos serviços extensionistas ainda é muito baixa, da ordem de R\$ 26,40 (dividindo-se todo o valor de recursos orçamentários destinados no período entre 2003 e 2014 às entidades parceiras – estatais e não-estatais – pelo total de famílias assistidas no período e pelos 12 anos de implementação da política). Cumpre observar que os recursos disponibilizados anualmente às entidades estatais representam apenas 7,5% do conjunto de sua receita (FIG. 4), sendo a maior parte dos gastos coberta com recursos dos governos dos estados, aproximadamente R\$ 1,7 bilhão (ASBRAER, 2014). Tal fato pode ser uma questão determinante para inviabilizar a implementação da PNATER nestas entidades, já que, conforme argumenta Caporal (2014), tendo uma contribuição muito pequena em seu orçamento, o MDA/SAF/DATER não pode exigir que as suas orientações de política extensionista sejam seguidas.

Figura 4 – Gráfico da origem do orçamento das entidades prestadoras dos serviços de ATER, Brasil – 2014.

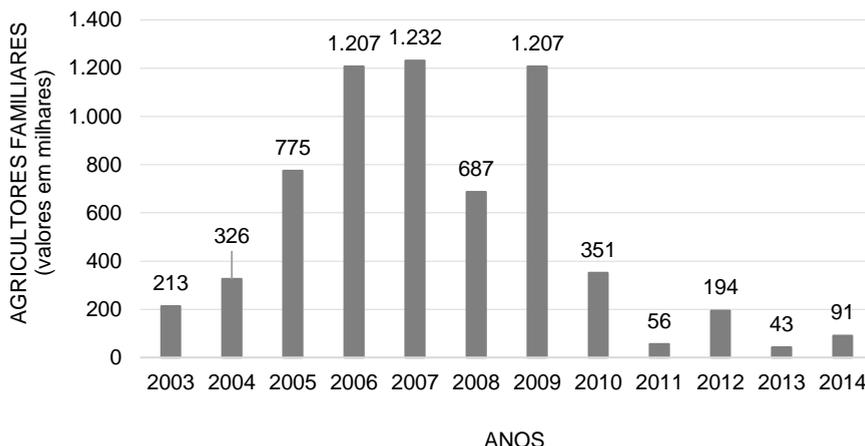


Fonte: ASBRAER (2014). Tabulação e organização: Autores.

Em relação ao número de famílias assistidas anualmente pelo serviço extensionista, depreende-se pela análise dos dados disponibilizados pelo MDA/SAF/DATER que houve um crescimento expressivo nos sete primeiros anos de implementação da PNATER (2003-2009), elevando-se de 213.231 famílias no primeiro ano à 1.206.920 em 2009 (FIG. 5). Nos anos seguintes, apesar dos investimentos terem aumentado em comparação com o período anterior (com exceção do ano de 2011), estes números decresceram significativamente, chegando a 90.457 famílias assistidas em 2014. O motivo dessa redução é que até a

institucionalização da PNATER pela Lei Nº 12.188/10, eram contabilizadas todas as famílias assistidas pelas entidades extensionistas financiadas com recursos da política e, a partir desse ano, passou-se a contabilizar apenas aquelas incluídas nas chamadas públicas lançadas pelo MDA/SAF/DATER e executadas pelas entidades extensionistas. Com efeito, ao final do período de 2003-2014 foram atendidas 6.380.997 famílias em todo o país (com repetição), sendo que 88,5% desse total (5.647.184) correspondem ao período 2003-2009.

Figura 5 – Gráfico da evolução do número de agricultores familiares assistidos pelos serviços de ATER no período 2003-2014, Brasil.



Fonte: MDA/SAF/DATER, 2015. Tabulação e organização: Autores.

No que diz respeito à análise regional destes números, a região nordeste foi a que apresentou a maior quantidade de famílias atendidas, 3.085.873 (48,4%), seguida pelas regiões sul, 1.323.394 (20,7%), sudeste, 835.935 (13,1%), centro-oeste, 648.751 (10,2%) e norte, 467.672 (7,6%) (Tabela 3).

No entanto, em discordância com os dados que sugerem um crescimento expressivo do público beneficiário dos serviços de ATER nos primeiros anos da PNATER, em 2006 os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) indicavam que 77,9% dos estabelecimentos rurais não haviam recebido nenhum tipo de orientação técnica no ano e apenas 12,8% tinham recebido algum tipo de orientação de forma ocasional. Observa-se, ademais, que as regiões norte e nordeste apresentam os piores índices do país, com proporção de produtores que declararam “não receber” orientação técnica bem superior à média nacional (Tabela 4).

Tabela 4 – Número de estabelecimentos agropecuários atendidos com orientação técnica e frequência de atendimento no ano de 2006, Brasil e Grandes Regiões

País e Grandes Regiões	Total de estabelecimento s rurais	Estabelecimentos agropecuários atendidos com orientação técnica e frequência de atendimento		
		Recebe		Não recebe
		Ocasionalment e	Regularment e	
Brasil	5.175.636	662.589 (12,8%)	482.460 (9,3%)	4.030.587 (77,9%)
Centro- Oeste	317.498	58.445 (18,4%)	36.840 (11,6%)	222.213 (70%)
Nordeste	2.454.060	129.469 (5,3%)	76.238 (3,1%)	2.248.353 (91,6%)
Norte	475.778	49.092 (10,4%)	24.430 (5,1%)	402.256 (84,5%)
Sudeste	922.097	171.251 (18,6%)	111.781 (12,1%)	639.065 (69,3%)
Sul	1.006.203	254.332 (25,3%)	233.171 (23,2%)	518.700 (51,5%)

Fonte: IBGE (2006). Tabulação e organização: Autores.

Ao comparar os dados divulgados pelo Censo Agropecuário de 2006 com as informações presentes no trabalho da ASBRAER (2014), percebe-se que há uma expressiva diferença entre o número de agricultores assistidos pelos serviços de ATER, tendo em vista que segundo esta instituição as entidades associadas atendem a 2,3 milhões de beneficiários, ou seja, 52,6% do total de estabelecimentos de agricultura familiar do país.

Portanto, somente após a divulgação dos dados do Censo Agropecuário de 2017 é que será possível avaliar se este cenário obteve mudanças significativas ao longo do período de implementação da política, conforme revelam os relatórios anuais elaborados pelo MDA/SAF/DATER e a ASBRAER.

A respeito da disparidade e confiabilidade entre os dados divulgados por estas três instituições, Peixoto (2014) adverte que esta questão evidencia a importância de não se limitar as análises dos resultados dos serviços de ATER ao volume de recursos transferidos às entidades extensionistas e ao número de municípios e de agricultores assistidos anualmente por seus profissionais. Deve-se, segundo este autor, adotar novos indicadores de resultados que possibilitem avaliar a melhoria da gestão técnica, administrativa e social das unidades de produção, o aumento da produtividade agrícola, da sustentabilidade da renda e do bem-estar do produtor, além de viabilizar a participação dos interessados na avaliação dos resultados obtidos com estes serviços.

Caporal e Ramos (2009), por sua parte, defendem que é preciso superar o uso de indicadores tradicionais de qualificação dos serviços de ATER, os quais estão baseados apenas em índices quantitativos e modernizantes, substituindo-os por indicadores que sigam os princípios da PNATER e do desenvolvimento rural sustentável, como a redução do uso de insumos sintéticos, o uso de tecnologias de base ecológica, a melhoria na alimentação das famílias etc.

Cumpra também observar que o número médio de extensionistas por estabelecimentos de agricultura familiar ainda está muito aquém do que o então MDA

considerava como ideal para a prestação de serviços de qualidade aos agricultores, que era de um técnico para 80 a 100 famílias (CAPORAL, 2014), sendo que as piores médias estão nas regiões nordeste e sul, as quais possuem as maiores quantidades de estabelecimentos de agricultura familiar do Brasil (Tabela 5). Considerando estes números, constata-se que há no país um déficit de 27.934 técnicos extensionistas, dos quais 60,4% são referentes à quantidade necessária para atender apenas a carência da região nordeste, a qual, de acordo com Souza (2006), enfrenta outros graves problemas de ordem trabalhista, como: incorporação de funcionários sem concurso público e sem “pré-serviço”, salários irrisórios pagos aos agentes de ATER, aposentadorias frequentes, terceirização, instabilidade empregatícia etc.

Tabela 5 – Número de técnicos de campo, total de estabelecimentos de agricultura familiar, relação técnico/estabelecimento de agricultura familiar e déficit de técnicos em 2014, Brasil e grandes regiões

País e Grandes Regiões	Número de técnicos de campo	Total de estabelecimentos de agricultura familiar	Relação Técnico/Estabelecimento de agricultura familiar	Déficit de técnicos
Brasil	15.745	4.366.267	1 : 277	27.934
Norte	2.617	412.666	1 : 158	1.514
Centro-Oeste	1.318	217.022	1 : 165	857
Sudeste	3.456	699.755	1 : 203	3.544
Sul	3.353	849.693	1 : 254	5.147
Nordeste	5001	2.187.131	1 : 437	16.871

Fonte: Número de técnicos de campo (ASBRAER, 2014); Total de Estabelecimentos de Agricultura Familiar (IBGE, 2006). Tabulação e organização: Autores.

Observa-se, com efeito, que há ainda um expressivo contingente de agricultores familiares no país que não é atendido pelos serviços prestados pelas entidades estatais e não-estatais de ATER, o que evidencia, não obstante os crescentes investimentos do governo federal, a dificuldade do Estado brasileiro em disponibilizar estes serviços de forma universal, contínua e com qualidade aos agricultores familiares e às populações tradicionais do país.

Além da carência e distribuição desigual dos recursos financeiros e do quadro deficitário do contingente de funcionários nas entidades extensionistas, vários outros elementos foram identificados como fatores impeditivos à implementação da PNATER no Brasil, dentre os quais destacam-se:

- 1) Macro-política de Estado, tanto nacional como estadual e municipal, para o setor agrícola, que privilegia um modelo de atividade agropecuária voltado à produção de *commodities* para o mercado externo e é social, econômica e ambientalmente insustentável (CAPORAL, 2006, 2008; DIESEL et al., 2015);
- 2) Concepções distintas e contraditórias de ATER e de desenvolvimento rural dentro do MDA, gerando tensionamentos e reações contrárias à execução de determinadas ações voltadas à implementação da PNATER (DIESEL et al., 2015);

- 3) Manutenção de normas, regras e formas institucionais e de poder estabelecidas há décadas nas entidades de ATER, caracterizadas pela centralização, verticalização e hierarquização dos processos de gestão e tomada de decisões, limitando a participação social dos extensionistas no planejamento das atividades a serem desenvolvidas (CAPORAL, 2006; CAPORAL; RAMOS, 2009; MUSSOI, 2011; RAMBO et al., 2015);
- 4) Execução dos serviços extensionistas segundo o paradigma da extensão rural convencional, baseado em ações verticalizadas, anti-dialógicas, não participativas e persuasivas (CAPORAL; RAMOS, 2009; RAMBO et al., 2015). O mesmo ocorre com as ONGs, que na maioria dos casos não investem suficientemente na capacitação de seus profissionais, e, não obstante muitas detenham vastos conhecimentos a respeito das metodologias participativas, nem todas adotam este tipo de metodologia durante a realização dos serviços de ATER (CAPORAL, 2006; DIESEL et al.; 2007);
- 5) Manutenção da formação técnica/acadêmica dos profissionais de ATER baseada em currículos que privilegiam a abordagem tecnicista, não problematizadora, acrítica, pragmática e difusora de inovações científico-tecnológicas (CAPORAL, 2006; CALLOU et al., 2008; RAMBO et al., 2015);
- 6) Desconhecimento e não-alinhamento por parte dos extensionistas, de suas entidades de ATER e dos governos estaduais à PNATER (SOUZA, 2006; PETTAN, 2010; MUSSOI, 2011; PEIXOTO, 2014; DIESEL et al., 2015; RAMBO et al., 2015);
- 7) Dificuldades de inserção da agroecologia na agenda das instituições de ensino superior e de pesquisa agropecuária, assim como de articulação destas instituições com o então MDA e com as entidades extensionistas (MUSSOI, 2011; PETERSEN et al., 2013). A EMBRAPA, por exemplo, apesar de possuir diversos profissionais trabalhando com pesquisas sobre a produção agroecológica, ainda realiza, predominantemente, investigações voltadas para o agronegócio, e tem tido dificuldades de construir uma agenda comum com as entidades de ATER (MUSSOI, 2011);
- 8) Uso dos técnicos extensionistas para execução de “programas de governo” e de ações pontuais incompatíveis com as suas funções, assim como excessiva quantidade de atividades burocráticas que sobrecarregam estes profissionais (DIESEL et al., 2007; CAPORAL; RAMOS, 2009; RAMBO et al., 2015);
- 9) Deficiência do quadro de pessoal e da estrutura de trabalho da Secretaria de Agricultura Familiar (BRASIL, 2009);
- 10) Dificuldades de aplicação dos recursos orçamentários destinados à contratação de serviços de ATER pelo então MDA (CAPORAL, 2014; PEIXOTO, 2014; DIESEL et al., 2015);
- 11) Promulgação da Lei Nº 12.188/10, que instituiu a PNATER, sem uma consulta aos atores e entidades ligadas aos serviços de ATER, com um texto bem mais sintético, técnico-burocrático e menos alinhado à política criada em

2003, sobretudo com a exclusão da agroecologia enquanto paradigma orientador da prática extensionista (CAPORAL, 2014; PEIXOTO, 2014; DIESEL et al., 2015);

12) Realização de chamadas públicas para execução de serviços de ATER em desconformidade com os princípios, diretrizes, objetivos e metodologias definidos na lei de ATER (CAPORAL, 2014; DIESEL et al., 2015);

13) Promulgação da Lei Nº 12.897/13, que criou a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), sem ter sido discutida juntamente com as organizações que participaram da Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER) e com um texto que reforça a perspectiva instrumental dos serviços de ATER, avaliza o projeto tecnocrático sem conferir prioridade aos imperativos socioambientais e se orienta pelo paradigma produtivista-modernizador de extensão rural, dando centralidade à transferência de tecnologias. Ademais, diferentemente da PNATER que estabelecia como público beneficiário da extensão rural apenas os agricultores familiares, assentados, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, a ANATER passou a incluir junto a este público os “médios produtores rurais” (DINIZ; HESPAHOL, 2014; DIESEL et al., 2015; ZARNOTT et al., 2015).

Cumpra observar que a promulgação destas duas leis ocorreu em uma conjuntura política bastante distinta daquela em que Lula foi eleito Presidente da República em 2002, uma vez que a orientação pela maior participação popular foi substituída pela necessidade da tomada de decisões de forma mais pragmática, urgente, e, por isso mesmo, menos democrática e dialógica (CAPORAL, 2014). Ademais, as decisões tomadas tanto por Lula em 2010 quanto por Dilma em 2013 evidenciam o fortalecimento da aliança (promíscua) do governo petista com a burguesia agrária/elite latifundiária brasileira (seus antigos antagonistas) e, ao mesmo tempo, o enfraquecimento de sua relação com as bases populares responsáveis pela sua ascensão ao poder.

Ademais, como ressalta Gerhardt (2014) é preciso considerar o duplo revigoramento neodesenvolvimentista e neoextrativista no país ao longo deste período, o qual repercute na política extensionista e nas ações executadas pelos técnicos em campo. Neste sentido, em consonância com esta conjuntura político-econômica e, por conseguinte, em contradição com o texto da PNATER de 2004, a Lei de Ater e a ANATER representam a consolidação de um projeto de desenvolvimento que busca a intensificação da extração de matérias-primas agrícolas, a expansão da produção de *commodities* e a difusão de inovações tecnológicas (GERHARDT, 2014).

Em resumo: mudam-se os tempos, os atores e o contexto social e político do país, mas o discurso e a prática permanecem idênticos àqueles adotados quando da instituição da extensão rural em meados do século XX: a extensão rural se constituindo enquanto instrumento para promover a modernização da base técnica da agricultura, o aumento da produção e da produtividade agrícola e, como se tudo ocorresse numa sequência linear ou se as causas da pobreza e desigualdade social no meio rural se limitassem apenas às questões de ordem técnica, melhorias serão geradas à qualidade de vida dos produtores rurais. Novas roupagens, velhos discursos: a extensão rural proposta pela nova PNATER e pela ANATER volta às suas origens.

3. CONCLUSÕES

Após mais de uma década de crise provocada pela inexistência de uma política de extensão rural e pela carência de recursos federais para o financiamento de ações com os produtores rurais, o serviço extensionista se tornou novamente objeto de política pública no Brasil com a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Por meio da execução de diversas medidas visando a reestruturação, reorientação e renovação da extensão rural no país, buscou-se instituir uma prática extensionista mais democrática, dialógica e comprometida com o empoderamento e emancipação de grupos sociais marginalizados e com a sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas. Para isso, foram instituídas novas bases filosóficas e teórico-metodológicas de modo a promover uma ruptura com o paradigma hegemônico de extensão rural assentado na tradição difusionista-produtivista e no pacote tecnológico da “Revolução Verde”. Simultaneamente, foram retomados e ampliados os investimentos do governo federal na modernização da infraestrutura e dos equipamentos de trabalho das instituições de ATER, na capacitação de seus profissionais e na execução de ações com os agricultores familiares, indígenas, quilombolas, mulheres, jovens etc. Ou seja, em consonância com as novas concepções e ideais do desenvolvimento sustentável que emergem no início deste século e com as demandas de movimentos sociais organizados, a PNATER foi elaborada e implementada buscando a construção de relações mais horizontais, dialético-dialógicas, participativas, construtivistas e humanistas entre extensionistas e agricultores e a promoção da transição agroecológica no campo brasileiro.

No entanto, em que pese os esforços despendidos e os avanços alcançados no decorrer do processo de implementação da política, diversos problemas estruturais não foram superados pelo Estado brasileiro e pelos agentes sociais e políticos responsáveis pela sua operacionalização, assim como emergiram outras questões ao longo dos últimos anos que contribuíram para promulgação de uma Lei de ATER e criação de uma agência nacional com princípios e objetivos que contrariam àqueles instituídos no texto da política criada em 2003. Constata-se, ademais, que embora os investimentos realizados pelo governo federal tenham aumentado substancialmente no período, a distribuição dos recursos financeiros ocorreu de forma bastante desigual entre as regiões do país e entre os estados que as compõem, assim como não foi capaz de garantir a prestação de serviços em quantidade e qualidade às demandas dos sujeitos sociais rurais focos da política.

Conclui-se, desse modo, que passados quinze anos da criação da PNATER, o atual contexto político-econômico e as legislações que regem o serviço extensionista no país mostram-se extremamente desfavoráveis à transição paradigmática proposta pela política, limitando sobremaneira a renovação de uma prática extensionista orientada pela adoção de metodologias participativas, pelos princípios da agroecologia, pela exclusividade no atendimento aos grupos sociais marginalizados e pela promoção de um modelo de desenvolvimento que seja, de fato, ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justo.

4. AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de Doutorado (Processo número: 2013/25725-8) que possibilitou a realização da pesquisa que deu origem a este artigo.

5. REFERÊNCIAS

ASBRAER – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um debate nacional sobre as realidades e novos rumos para o desenvolvimento do país.** Brasília: ASBRAER, 2014.

BALLA, J.V.Q.; MASSUKADO, L.M.; PIMENTEL, V.C. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, v.9, n.2, p.3-14, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Relatório de Gestão do Exercício de 2008.** Brasília: MDA/SAF, 2009.

CALLOU, A.B.F.; PIRES, M.L.L.; LEITÃO, M.R.F.A.; SANTOS, M.L.T. O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.15, n.16, p.84-115, 2008.

CAPORAL, F.R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J.R.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico.** Manaus: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas – IDAM, 2006. p.9-34.

CAPORAL, F.R. La experiencia de la extensión rural agroecológica para la agricultura familiar, en Brasil. In: CONGRESO DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE AGRICULTURA ECOLÓGICA – SEAE, 7., 2008, Bullas, Murcia. **Anais...** Bullas: SEAE, 2008. p.1-35.

CAPORAL, F.R. Extensão rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. In: SAMBUICHI, R.H.R.; SILVA, A.P.M. da; OLIVEIRA, M.A.C. de; SAVIAN, M. (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas.** Brasília: IPEA, 2014. p. 19-48.

CAPORAL, F.F.; RAMOS, L. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. In: CAPORAL, F.R. (Coord.). **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível.** Brasília: 2009. p. 156-178.

DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira.** 1984. 320f. Tese (Doutorado em Economia e Planejamento) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

DIAS, M.M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v.18, n.2, p.11-21, 2007.

DIAS, M.M. Políticas Públicas de Extensão Rural e Inovações Conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.101-114, jan./jun.2008.

DIESEL, V.; NEUMANN, P.S.; GARCIA, J.V. Por que a “Nova Ater” não sai do papel? Uma análise da visão dos alunos do projeto residência agrária. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 45., 2007, Londrina, PR. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007. p.1-15.

DIESEL, V.; DIAS, M.M.; NEUMANN, P. PNATER (2004-2014): da concepção à materialização. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.107-128

DINIZ, R.F. **Diálogo de saberes ou monólogo do conhecimento?** Ação extensionista e políticas de desenvolvimento rural no Vale do Jequitinhonha mineiro. 2018. 489f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Presidente Prudente.

DINIZ, R.F.; HESPANHOL, A.N. Da ABCAR à ANATER: trajetória e desafios da extensão rural para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória, ES. **Anais...** Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. p.1-10.

FONSECA, M.T.L. da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GERHARDT, C. Tautologia e retórica messiânica da “transição agroecológica” na “nova extensão rural”. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.21, n.3, p.9-43, jul./set.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006: Agricultura Familiar – Segunda apuração**, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

MEDEIROS, C.A.B.; CARVALHO, F.L.C.; STRASSBURGUER, A.S. (Ed.). **Transição agroecológica: construção participativa do conhecimento para a sustentabilidade – Resultados de atividades 2009/2010**. Brasília: EMBRAPA, 2011.

MUSSOI, E.M. **Política de extensión rural agroecológica en Brasil: avances y desafíos en la transición em las instituciones oficiales**. 2011. 413f. (Pós-Doutorado em Extensão Agroecológica) – Universidade Internacional de Andalucía e de Córdoba, Espanha; Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

PEIXOTO, M. Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo. In: BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M. da; NAVARRO, Z. (Ed. Técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: EMBRAPA, 2014. p. 893-924.

PETERSEN, P.; MUSSOI, E.M.; DAL SOGLIO, F. Institutionalization of the Agroecological Approach in Brazil: advances and challenges. **Agroecology and sustainable food systems**, Philadelphia, PA, USA, v.37, n.1, p.103-114, 2013.

PETTAN, K.B. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER):** percepções e tendências. 2010. 393f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade de Campinas.

QUEDA, O. **A extensão rural no Brasil:** da anunciação ao milagre da modernização agrícola. 1987. 201f. Tese (Livre Docência) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

RAMBO, J.R.; DINIZ, R.F.; HESPANHOL, A.N.; SANT'ANA, A.L. Políticas públicas de extensão rural no Brasil contemporâneo: avanços e desafios à construção do desenvolvimento rural sustentável nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso. In: CONGRESSO DA SOBER, 53., João Pessoa, PB. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015. p.1-15.

RODRIGUES, C.M. Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2008[1996].

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, J.R.F. de. A Extensão Oficial no Brasil: uma avaliação diagnóstica. O caso do Nordeste. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito, Equador. **Anais...** Quito: ALASRU, 2006, p.1-18.

ZARNOTT, A.V.; DALBIANCO, V.P.; NEÜMANN, P.S.; FIALHO, M.A.V. Avanços e retrocessos nas políticas de extensão rural: análise crítica sobre a ANATER. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 53., 2015, João Pessoa, PB. **Anais...** João Pessoa: SOBER, 2015. p.1-20.

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NO RURAL DA MICRORREGIÃO DE PINHALZINHO (SC)

Lenoir Heisler¹
Arlene Anélia Renk²
Irme Salete Bonamigo³

RESUMO

No sul do Brasil, em especial no oeste catarinense, o rural vem passando por transformações intensas nos últimos anos. Essas mudanças estão, em grande parte, relacionadas às políticas públicas e à integração das atividades agropecuárias ao mercado global, o que acaba por afetar de modo particular o cotidiano das famílias rurais. O presente artigo analisa as principais estratégias que as famílias do rural na microrregião de Pinhalzinho, oeste da Santa Catarina⁴, utilizam para sua reprodução social. A partir de estudo de caso, por meio de entrevistas com moradores do rural, observações de campo e levantamento em bancos de dados públicos, identifica-se que, entre as principais estratégias de reprodução social acionadas, estão o acesso à educação formal e à previdência social, a constituição de agroindústrias familiares e a abertura de mercados institucionais, a produção alternativa, a entrada no sistema de integração agroindustrial e a pluriatividade. Essas estratégias têm tornado o meio rural pesquisado cada vez mais dinâmico, em muitos casos tido como sinônimo de qualidade de vida.

Palavras-chave: campesinato, desenvolvimento rural, reprodução social.

STRATEGIES OF SOCIAL REPRODUCTION IN RURAL AREAS OF THE MICROREGION OF PINHALZINHO (SC)

ABSTRACT

In the past few years, in southern Brazil, especially in the west of Santa Catarina, the countryside has undergone intense transformations. These changes are largely related to public policies and the integration of agricultural and livestock activities into the

¹ Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Endereço Eletrônico: lenow08@gmail.com

² Doutora e Mestre em Antropologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Endereço Eletrônico: arlene@unochapeco.edu.br

³ Doutora em psicologia social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Endereço Eletrônico: bonamigo@unochapeco.edu.br

⁴ Trata-se de texto elaborado a partir da pesquisa de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, apoiada pelo programa de bolsas de estudo UNIEDU da Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina.

global market, which affects the daily lives of rural households. This article analyzes the main strategies that rural families in the microregion of Pinhalzinho, west of Santa Catarina, use for their social reproduction. From a case study, through interviews with rural dwellers, field observations and surveys in public databases, it is identified that among the main strategies of social reproduction triggered are access to formal education, social security, constitution of family agroindustries and opening of institutional markets, alternative production, entries in the agroindustrial integration system and pluriactivity. These strategies have made possible to observe a rural environment that is increasingly dynamic and, in many cases, synonymous with quality of life.

Keywords: peasantry, rural development, social reproduction.

1. INTRODUÇÃO

No sul do Brasil, em especial no oeste catarinense, o rural vem passando por mudanças significativas nos últimos anos. Essas mudanças podem ser atribuídas, entre outros fatores, ao incentivo governamental através de políticas públicas e programas de desenvolvimento que fomentam a produção, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a comercialização da produção com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). No tema da habitação, também se destaca o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Outro aspecto pode estar relacionado à integração da produção agropecuária ao mercado internacional, o que reflete diretamente sobre o preço dos insumos e a renda auferida no meio rural.

Essas transformações no meio rural adentraram as unidades familiares e acabaram por provocar mudanças nas relações sociais e costumes dos seus habitantes – por exemplo, a falta de tempo para realizar os serões⁵ devido à necessidade de atenção contínua à avicultura em sistema de integração. No oeste catarinense, o meio rural da microrregião de Pinhalzinho (SC) – integrada pelos municípios de Pinhalzinho, Saudades, Nova Erechim, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil e Bom Jesus do Oeste – foi condicionado por essas situações. A microrregião é interligada pela SC-160 no sentido norte/sul e pela BR-282 no sentido leste/oeste, e lócus de atuação de diversas organizações⁶ sociais. Assim, o município de Pinhalzinho, localizado ao centro da microrregião, constitui-se importante polo comercial e referência cultural.

Os municípios da microrregião possuem um meio rural formado predominantemente por pequenas propriedades que detêm, em média, entre dez e vinte hectares de terra, explorando as atividades com base na mão de obra familiar (IBGE, 2006). A formação da estrutura agrária da microrregião remonta a meados do século XX. A vinda de colonos descendentes, isto é, pequenos agricultores em trabalho familiar, em sua grande maioria alemães, italianos e poloneses que migraram do Rio Grande do Sul e buscaram o oeste catarinense como estratégia de reprodução

⁵ Visitas realizadas entre os moradores de uma localidade próxima, geralmente à noite, para conversar, jogar baralho, cantar, rezar, entre outras atividades, sendo um momento de integração entre as famílias.

⁶ Organizações com abrangência na microrregião de Pinhalzinho: Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Pinhalzinho e Região, Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho (Cresol Pinhalzinho), Cooperativa Regional Itaipu (exceto em Nova Erechim), Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Pinhalzinho e Região. Ainda, os municípios constituem uma Região Pastoral (célula organizativa da Diocese de Chapecó que promove interação constante entre seus membros).

social, se deu sob a promessa de terras férteis. A região era habitada originalmente por indígenas e caboclos, o que representou a expropriação destes (WERLANG, 2006). O fechamento da fronteira agrícola, nos anos 1980, influenciou esse contingente populacional.

Embora o meio rural da microrregião seja formado predominantemente por minifúndios, os municípios obtêm um volume considerável do seu valor adicionado⁷ do setor agropecuário, possuindo o rural como importante indutor da economia. Em termos populacionais, o meio rural da microrregião detém 13.717 (32,78%) ante uma população urbana de 28.134 pessoas (67,22%) (IBGE, 2010). Observa-se que, à exceção do município de Pinhalzinho, todos apresentam patamar superior a 60% do movimento econômico oriundo diretamente do meio rural, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Valor adicionado da produção agropecuária na microrregião de Pinhalzinho no ano de 2014

Município	Valor adicionado total do município	Valor adicionado da produção agropecuária/primária	% Valor adicionado da produção agropecuária/primária sobre o total
Bom Jesus do Oeste	59.132.324,66	45.344.784,49	76,68%
Modelo	91.687.888,04	62.390.343,26	68,04%
Nova Erechim	175.070.943,07	130.398.003,58	74,48%
Pinhalzinho	609.890.207,30	147.792.462,96	24,23%
Saudades	286.776.803,18	175.690.022,32	61,26%
Serra Alta	78.352.685,38	52.049.215,67	66,42%
Sul Brasil	51.954.715,81	46.517.673,99	89,53%
Total	1.352.865.567,44	660.182.506,27	48,79%

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (2014).

Para a análise da microrregião de forma consolidada, observamos que o valor adicionado da produção agropecuária atinge 48%, conforme a tabela 1. Este dado aponta forte dependência econômica sobre o setor. Entre as atividades rurais desenvolvidas, estão bovinocultura leiteira e de corte, produção de suínos e aves em sistema de integração e produção de cereais como soja, milho e trigo. Na microrregião, encontramos também diversas iniciativas de agregação de valor – produções caseiras de derivados de leite, cereais, frutas e verduras vendidos em feiras livres – que, por não representarem valores expressivos e por vezes não constarem em registros oficiais, são deixadas de lado pelos agentes públicos e privados dos territórios. Para além da produção, observa-se também na região uma revalorização do rural: o espaço rural deixa de ser apenas produtivo e passa a ser o local de moradia de muitos trabalhadores urbanos e aposentados.

A partir do cenário descrito, o presente artigo propõe-se a analisar as estratégias que as famílias do rural na microrregião de Pinhalzinho (SC), lócus de atuação de um dos pesquisadores, acionam para garantir sua reprodução social,

⁷ “[...] §1º O valor adicionado corresponderá, para cada Município: I – ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil.” (Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp63.htm>).

identificando possibilidades e desafios de cada uma das estratégias. Inicialmente, discute-se o conceito de “reprodução social do campesinato”, que fundamenta o texto, descreve-se a metodologia de pesquisa e, em seguida, apresentam-se as principais estratégias de reprodução social adotadas pelos sujeitos da pesquisa de campo: a educação formal e sua influência no rural; a seguridade social; os mercados institucionais, agroindústrias familiares e a produção alternativa; o sistema de integração relacionado à perspectiva dos direitos humanos, sistemas de comunicação e a pluriatividade.

2. REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO

Uma pausa para tratar da classificação dos sujeitos da pesquisa. Nos cotidianos, os sujeitos identificam-se ora como colonos, isto é, descendentes de imigrantes de europeus que vieram para colonização e assim o foram nominados, ora como agricultores. São associados em Sindicato de Trabalhadores Rurais. Sem dúvida, na Previdência Social estão inseridos como segurados especiais e há uma legislação que os reconhece como agricultores familiares, além disso, há uma literatura farta que os aborda como camponeses. Alguns movimentos sociais, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), vinculados à Via Campesina, preferem a terminologia “camponês”. Neste texto, utilizaremos a categoria “agricultor familiar” para fazer referência aos sujeitos da realidade empírica e “camponês” quando das referências apresentadas pela literatura.

O camponês pode ser concebido como uma mitificação, sendo que ele “[...] não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo.” (SHANIN, 2005, p. 1).

O autor susodito apresenta algumas categorias relacionadas a características pelas quais os camponeses, de modo geral, podem ser representados. Uma primeira é dada pelo trabalho familiar: a família controla os próprios meios de produção, articulando a atividade agrícola com outras, como artesanato ou, ainda, trabalho assalariado por certo período. O planejamento da produção e o cálculo do lucro diferem muito de uma empresa capitalista, o estabelecimento de trocas entre as famílias não segue uma lógica puramente mercadológica. O seguimento e repasse da tradição de modo oral, associados a mapas cognitivos específicos, como a percepção circular do tempo, somados aos padrões específicos de socialização e aprendizado ocupacional do ser camponês dentro da família, são componentes fundamentais do campesinato (SHANIN, 2005).

Woortmann (1990) denomina “campesinidade” ao modo de ser camponês, remetendo à qualidade de ser camponês presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. De outro modo, pode-se dizer que características camponesas permanecem nas famílias mesmo se estas se submetem a proletarianização ou assalariamento, por exemplo.

Portanto, o campesinato aproxima-se de uma classe objeto, como indicado por Bourdieu (1977), haja vista que, dominadas na produção da sua imagem do mundo e, portanto, da sua identidade social, as classes dominadas não falam, elas são faladas pelas classes dominantes que produzem o discurso social a partir de escritores, jornalistas, pintores, entre outros a impor padrões da sua própria percepção. Assim, o camponês é obrigado a construir sua subjetivação sob a objetivação imposta pela classe dominante.

No Brasil, segundo Wanderley (2014), o campesinato pode assumir faces diversas. Por um lado, pode corresponder às formas tradicionais de agricultura, utilização de escassos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente relacionado ao atraso econômico e social. Nesse sentido, a distinção para com a categoria agricultura familiar encontra-se geralmente, mas não em forma absoluta, no fato de esta ser mais integrada às cidades e principalmente ao mercado (WANDERLEY, 2014).

Diversas foram e continuam sendo as estratégias adotadas pelas famílias de agricultores familiares para garantir a sua reprodução material e simbólica ao longo do tempo. Dentre os fatores que devem merecer atenção, estão as configurações internas, particulares a cada unidade familiar, como o tamanho do lote de terra disponível para exploração, atividades agrícolas desenvolvidas, mão de obra disponível, necessidades individuais dos membros a serem sanadas, costumes e crenças e a relação com o mercado, por exemplo. Relacionada a estes, está também a conjuntura externa, ou seja, aqueles fatores que não estão no domínio da unidade familiar mas interferem diretamente nas estratégias adotadas, como a variação de preços dos insumos e o valor recebido na venda da produção, a disponibilidade de geração de renda não agrícola, a existência de indústrias e/ou mercado consumidor próximo, entre outros (CARNEIRO, 2016).

Dentre os diversos autores que inseriram a temática da reprodução social em suas agendas de pesquisa, pode-se citar Brumer (2004), observando o papel de gênero; Brumer e Spanevello (2008), Spanevello (2008a) e Stropasolas (2004), que se têm dedicado ao estudo da juventude e de estratégias de sucessão nas propriedades rurais no sul do Brasil, cujas teses de doutorado abordaram a problemática; Redin (2015), que realizou estudo juntos aos fumicultores de Arroio do Tigre/RS, estudando as estratégias de reprodução social de que se valem. Respeitadas as particularidades, os agricultores e as diferentes gerações encontram alternativas e arranjos para viabilizar a condição de pequeno agricultor, com estratégias de encaminamento de filhos e filhas ao “estudo”, a profissões no mundo rural ou no urbano, adoção de tecnologias que permitam novas atividades no mundo rural, diversificando-o.

A reprodução social é aqui assumida, portanto, como o conjunto de estratégias adotadas pelas famílias camponesas para garantir sua reprodução material e simbólica ao longo do tempo. Dentre as estratégias, podem-se destacar a definição dos padrões de herança (definição de quem continua na propriedade – sucessão), a forma do trabalho dentro e fora da unidade familiar e a relação deste com a tecnologia, o acesso à terra caracterizada por minifúndios, dentre outras. Ainda, a reprodução social não pode ser compreendida ou descrita sem levar em conta a estrutura societária mais geral e o período histórico no qual a família se encontra (SHANIN, 2005). A reprodução social leva em conta também os demais componentes da mesma geração deserdados da propriedade familiar que não permanecerão na propriedade, mas que, de uma forma ou outra, devem ter minimamente assegurada sua sobrevivência. A partir das concepções discutidas é que são apresentadas e discutidas as principais estratégias de reprodução social adotadas pelos sujeitos da pesquisa de campo.

3. METODOLOGIA

Em termos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso. Segundo Yin (2005), o estudo de caso possibilita descrever mudanças contemporâneas em cenários da vida real por meio de múltiplas fontes de informação. Para melhor conhecer a região em estudo e seus moradores, foi realizada pesquisa

em bancos de dados públicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina. Também foram realizadas observações, conversas informais e entrevistas semiestruturadas que combinaram perguntas fechadas, para caracterização dos sujeitos e seu contexto histórico, e abertas, nas quais os entrevistados discorreram sobre o tema em questão sem necessariamente prender-se à indagação previamente formulada (MINAYO, 2008). Assim, os entrevistados foram convidados, a partir das provocações/perguntas, a discorrer sobre as atividades desenvolvidas, formas de organização social, entre outras.

A seleção dos moradores do meio rural buscou contemplar todas as faixas etárias e gêneros a partir dos critérios estabelecidos: quatro entrevistados de famílias que não exploram atividade agrícola, mas residem no meio rural (U); quatro entrevistados de família pluriativa (P); quatro entrevistados de famílias que exploram essencialmente as atividades agrícolas (R); dois entrevistados de famílias que trabalham com agroindústria familiar (F); quatro entrevistados de famílias de moradores aposentados (A); dois entrevistados de famílias que trabalham com agroecologia e/ou orgânicos (O).

Ao todo, foram realizadas 20 entrevistas, também conversas informais e observações que foram registradas em diário de campo, isto é, o pesquisador registrou em caderno anotações que considerou importantes referentes ao período em que realizou a pesquisa, buscando complementar e situar os discursos apresentados pelos entrevistados. Os entrevistados foram identificados por um conjunto de letras: a primeira corresponde ao grupo de pesquisa; a segunda é aleatória, para controle; seguidas do gênero identificado por uma letra (F ou M) e a geração à qual pertence dentro da unidade familiar, obedecendo a seguinte classificação: considerado jovem 3ª geração o entrevistado com até 29 anos; 2ª geração o entrevistado com idade entre 30 e 60 anos; e 1ª geração todos com idade acima de 60 anos. Por exemplo: grupo Aposentado, letra de controle, mulher, 1ª geração identificado como "AEM1ª".

Após tabulados, os dados das entrevistas foram agrupados por categorias. Para análise das estratégias de reprodução social, foram identificadas as subcategorias: identidade camponesa, trabalho e tecnologia, educação formal, seguridade social, agroindústrias e produção alternativa, sistema de integração e pluriatividade.

4. EDUCAÇÃO FORMAL E SUA INFLUÊNCIA NO RURAL

A busca por estudo ou não também é uma estratégia diretamente relacionada ao padrão sucessório adotado pelos agricultores, como aponta Champagne (1986). O acesso à educação por parte dos moradores rurais em todos os seus níveis chama a atenção nos dados obtidos na pesquisa de campo. Não se tem por objetivo avaliar a qualidade ou as metodologias utilizadas para acesso ou ampliação da oferta do ensino formal, mas apresentar algumas considerações e experiências relatadas pelos sujeitos da pesquisa.

A crescente oferta de ensino público nos níveis básico e médio e a expansão do ensino superior são constituintes de um novo cenário que se desenha na microrregião foco deste estudo. Em muitos casos, por exemplo, o ingresso em um curso superior por parte dos jovens e/ou ainda o apoio moral e financeiro recebido dos pais decorrem da impossibilidade da divisão ou exploração do lote de terra disponível. Assim, o acesso ao ensino revela-se como uma espécie de herança antecipada, equivalendo, por exemplo, a conseguir adquirir uma área de terra, para tirar o seu sustento e melhorar a qualidade de vida.

A associação entre baixo nível educacional e o trabalho nas atividades agrícolas é um mecanismo acionado pelos moradores do espaço rural na microrregião. Essa ideia parte do princípio de que, para o trabalho físico na agricultura, não é necessário concluir os estudos formais; é necessário aprender a desempenhar as atividades no dia a dia. Apesar de ainda ser frequentemente acionada, tal concepção apresenta sinais de mudança: as observações de campo indicam a necessidade de conhecimento formal para melhor administrar as atividades agrícolas.

O acesso à educação de nível básico e médio por parte dos filhos e filhas das famílias agricultoras acontece em todas as localidades do meio rural, com a disponibilização de transporte e ensino público gratuito. O ensino básico também está presente em outras gerações. Com a descentralização das turmas do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) nas comunidades do interior, muitas pessoas tiveram e estão tendo acesso ao Ensino Básico e Médio. Exemplo desta descentralização é encontrado no município de Pinhalzinho, que possuía no momento da pesquisa três turmas do CEJA funcionando em localidades rurais. A possibilidade de buscar novos conhecimentos provoca uma melhora significativa na autoestima das/os estudantes, na sua grande maioria, mulheres que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos no tempo oportuno.

O acesso ao Ensino Superior por parte dos filhos e filhas dos agricultores era algo distante, haja vistas a escassez de oferta de cursos em locais próximos e a falta de recursos financeiros para manter-se e pagar os estudos. No último período, especialmente na última década, os moradores da microrregião tiveram uma gama de oportunidades advindas da ampliação da oferta de cursos e melhora na situação econômica das famílias, que puderam vislumbrar na educação uma oportunidade para a vida. Para o entrevistado PKH2^a, os jovens já saem do Ensino Médio com a expectativa de frequentar um curso superior:

“A Unoesc veio para cá, a federal [UFFS] veio para cá, a própria Uninter. Então ele sai do Rodrigues Alves [escola estadual] já com o pensamento de ir fazer, estudar um curso superior. Não importa se é aqui, se é em outra região, mas de uma ou outra maneira vão.” (PKH2^a, 20/09/2016).

Não são raros os casos em que os filhos e filhas das agricultores e agricultoras familiares puderam ter acesso ao Ensino Superior, seja na modalidade de tecnólogo, seja na de bacharelado ou licenciatura. Outro dado que chama a atenção é o de que alguns desses filhos e filhas, após a conclusão, permanecem residindo no meio rural, inclusive fixando residência. Um exemplo está na propriedade do entrevistado PMH3^a: após a conclusão do curso de Agronomia, o jovem voltou a residir no meio rural, auxiliando na gestão da propriedade, embora também possua um trabalho urbano.

“É... Hoje, pensando em acesso à educação eu sou formado numa universidade federal, e isso com certeza assim se não fosse essa oportunidade, essa possibilidade de acessar a universidade federal provavelmente não teria me formado. [...] E hoje posso ter o meu trabalho e ajudar nas decisões da propriedade.” (PMH3^a, 03/09/2016).

Outro caso é o da família URH3^a, em que os dois jovens (30, 26), com curso superior completo, decidiram retornar ao meio rural, conciliando as atividades urbanas com as atividades agrícolas da propriedade.

A interação dos moradores do meio rural com o meio urbano e os estudos, por exemplo, acabam por ressignificar a forma como os moradores do meio rural se veem. Embora não exercendo diretamente a atividade agrícola na propriedade, a terminologia “agricultor familiar” é apresentada pelo jovem entrevistado:

“É... Hoje, assim, eu, a partir também do que a universidade me proporciona a questão de estudo, eu, assim, eu tenho muita clareza que eu sou agricultor familiar, mas com certeza assim se pega minha família, meu pai talvez ele denomina a questão de agricultor, mas muito fortemente vai ficar a questão do colono, é essa a visão geral que se tem, a questão do povo da roça, o colono, inclusive assim, muitas vezes, a questão de preconceito por trás, inclusive.” (PMH2^a, 03/09/2016).

Quando tratamos do acesso ao ensino superior, logo se toma a universidade como espaço de formação profissional, portanto, de pessoas jovens. Na microrregião, foi possível identificar a existência de uma turma da Universidade da Terceira Idade⁸, que tem por objetivo “contribuir para a promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento cultural e social dos participantes envolvidos nas atividades” (UNOESC, 2017). O requisito para ingresso é saber ler e escrever. Durante o trabalho de campo, conversamos com um casal de agricultores aposentados que frequentam a Universidade da Terceira Idade: “Demora para chegar a quarta-feira. O estudo é um máximo. Por que sem educação você não é ninguém. Quando você escuta, você aprende.” (AGH1^a, 20/09/2016).

A valorização atribuída à possibilidade de estudo indiferentemente da faixa etária evidenciou-se em muitas das entrevistas. O acesso à educação formal por parte dos moradores rurais, ao mesmo tempo que é por eles avaliada como negativa por forçar a saída dos jovens do campo, apresenta sinais de mudança em sua concepção: ela passa a receber um caráter positivo, assemelhando-se, em muitos casos, a uma conquista. Se, em outros tempos, a formação de novas famílias passava pela aquisição de uma área de terra e alguns bens para o início das atividades agrícolas, as observações de campo permitem assinalar que ela se converte em muitos casos a garantir que os filhos e filhas concluam o Ensino Básico e, sempre que possível, avancem para o ensino superior.

5. PREVIDÊNCIA SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Outra estratégia de reprodução social adotada pelos sujeitos da pesquisa de campo foi a previdência social, uma forma de proteção social. Segundo Yazbek (2014), não são encontradas na história humana sociedades que não tenham desenvolvido sistemas de proteção aos seus membros mais vulneráveis, quer sejam esses sistemas mais rústicos e não tão especializados, como a família, quer apresentem altos níveis de sofisticação e especialização. Nesse sentido, é pertinente realizar uma contextualização sobre o surgimento das políticas sociais, convergindo em muitos países para sistemas de bem-estar social, denominados também de *Welfare*

⁸ A Universidade da Terceira Idade, ou UNITI, é um projeto desenvolvido pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) que tem por objetivo “[...] ser um espaço que visa formar o idoso de forma integral, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida. Incentivar a busca de uma reciclagem pessoal e o entendimento, pelo idoso, quanto ao seu papel social na contemporaneidade. Desenvolver potencialidades e propiciar vivências de novas experiências. Promover ações que garantam o bem estar biopsicossocial dos idosos.” (UNOESC, 2017).

State. Conforme Fiori (1997), cabe destacar que os sistemas de proteção social ao longo da história são diversos, conforme as características de cada período.

Constituem-se como sistema de proteção social

“[...] as formas – às vezes mais ou menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações.” (DI GIOVANNI, 1998, p. 10).

Para Sposati (2009), o sentido de “proteção” supõe, antes de tudo, um caráter preservacionista e de defesa da vida, dos direitos humanos e sociais e da dignidade humana. Assumida pelo Estado brasileiro e reconhecida pela sociedade como função legítima, a proteção social se institucionaliza e toma formas concretas através de políticas de caráter social (YAZBEK, 2010). A política social pública permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, entre outros.

Segundo Yazbek (2010 p. 4), é importante destacar que o avanço das questões sociais não ocorre por acaso, mas possui um caráter histórico e político que se dá por meio das lutas por direitos sociais, da formação de consensos políticos, de sucessivas e intermináveis pactuações que, considerando as diferenças no interior das sociedades, buscam incessantemente responder a pelo menos três questões: quem será protegido? Como será protegido? Quanto de proteção?

A inclusão dos trabalhadores rurais no regime geral da previdência é um marco histórico e provocou mudanças no meio rural. Segundo Luiz (2017, não paginado):

“[...] a conquista da previdência rural para o campesinato faz parte do reconhecimento da realidade socioeconômica que vive a mulher e o homem do campo, a sua própria formação histórica – principalmente em relação à terra, largamente concentrada nas mãos dos latifundiários. Adiciona-se a ausência do Estado na implementação de políticas para as populações camponesas.”

Entre as mudanças ocorridas após o acesso, podemos citar o empoderamento das mulheres, que, subalternizadas em muitas situações, não possuíam acesso ao dinheiro ou sua administração e, a partir da aposentadoria, passam a ter o seu dinheiro – dinheiro este que auxilia em tratamentos de saúde, na compra de remédios e na satisfação de outros desejos pessoais e simbólicos dos aposentados.

“Sem esse dinheirinho que vem todo mês não sei como eu iria viver. Porque a gente já não pode mais trabalhar muito no pesado, e com esse dinheirinho, mesmo que não seja muita coisa, posso comprar uns agradinhos para os netinhos.” (ATM1ª, 15/10/2016).

Mesmo entre os homens, a possibilidade de uma renda fixa mensal representada pelo benefício permite a melhora da qualidade de vida com segurança. Os relatos dos entrevistados aposentados destacam a participação nos chamados grupos de idosos. Estes grupos se constituem como espaços de convivência em que são cultivados alguns costumes como a reza católica, os jogos de baralho, as danças de salão, entre outros. Decorrente dessa organização, acontecem as festas de

idosos⁹, nas quais se reúnem os grupos de idosos em um salão de festas para confraternizar. Nesse sentido, a seguridade social apresenta-se como elemento importante à medida que possibilita a participação e interação dos aposentados na comunidade local, o que outrora não seria possível, haja vistas as condições de vida das famílias.

6. AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES E MERCADOS INSTITUCIONAIS

Industrializar e agregar renda à produção da propriedade familiar tem sido uma das estratégias utilizadas para a manutenção das famílias no meio rural, conforme já fora abordado por Dorigon e Renk (2014) em estudo na área de abrangência da Agência Regional de Desenvolvimento de Maravilha (SC).

A abertura dos mercados institucionais, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a aquisição direta de alimentos, é apresentada pelas famílias que exploram a agroindustrialização de base familiar na região como um dos fatores para o seu surgimento, como apresentado no relato:

“Isso faz oito anos. Era aqui na comunidade, tinha uma reunião. Daí um que trabalha na prefeitura disse assim: ‘Eu precisava alguém que entrasse para fazer as coisas para a merenda [escolar]’. E daí eu disse: ‘Mas como funciona, como que é, e tudo?’ ‘Passa lá uma hora que eu vou te explicar bem certo’. Daí como eu tenho problema no braço e não posso me esforçar muito, disse: ‘vou lá ver como funciona’. Daí ganhamos uma ajuda da prefeitura de máquina e coisa.” (FBM2^a, 03/10/2016).

O surgimento das agroindústrias familiares na microrregião de Pinhalzinho (SC) possui muitas semelhanças. A exclusão do sistema tradicional de produção por meio da não identificação ou não possibilidade de produção de *commodities* forçou as famílias que desejavam se manter na pequena propriedade a encontrar outros caminhos. Foi desse modo que uma das famílias pesquisadas iniciou sua trajetória na agregação de valor na propriedade, transformando-se, posteriormente, em um empreendimento que atualmente emprega a mão de obra de todo o grupo familiar, constituído de oito pessoas:

“A gente foi migrando, conforme hoje em dia quem tem pequena propriedade que não tem aviário, chiqueirão, essas coisas aí, se tu não vai fazendo outras coisas, senão tu fecha. Foi achado uma alternativa para sobreviver as famílias na propriedade.” (FPM3^a, 23/09/2016).

“Mas foi por aí que começou, o pessoal aceitou o nosso produto, começou a procurar mais e aí nós fomos devagarzinho aumentando, e legalizando depois e estamos hoje, acho, com oito anos legalizado os nossos produtos com rótulo e tal.” (FBH2^a, 23/09/2016).

⁹ Os municípios da região possuem uma organização denominada grupos de idosos, auto-organizados, apoiados pelo CRAS, que viabiliza o encontro das pessoas idosas com o intuito de confraternizar. Esses encontros ocorrem, em sua maioria, duas vezes ao mês. Os grupos geralmente são organizados por proximidade geográfica, utilizando-se da organização comunitária da igreja católica, nas próprias comunidades. Mensalmente, ocorrem as festas de idosos, itinerantes, nas quais os grupos se visitam e confraternizam (Nota de Diário, 26/12/2016).

Um dos entrevistados relata que a opção pela agroindustrialização deu-se em função da possibilidade de redução do uso e contato com agrotóxicos e trabalho ao abrigo do sol:

[...] quando vê, nós sentimos que isso seria uma maneira de nós nos livrarmos, praticamente, não 100%, mas 80% do agrotóxico que nós usávamos, por que tinha que usar para produzir estas outras coisas e com a agroindústria trabalhava um pouco mais na sombra, um pouco mais tranquilo.” (FBH3ª, 23/09/2016).

Em relação ao trabalho desenvolvido nas agroindústrias, os entrevistados destacam que é mais fácil, não sendo tão penoso como em outros tempos, embora também exija esforço e dedicação.

“Não é que não é puxado, uma padaria, o sofrimento às vezes as três horas da madrugada levantar para fazer pão também não é para qualquer um.” (FBM2ª, 16/09/2016).

Entre as principais atividades desenvolvidas a partir da agroindustrialização familiar, encontram-se a revalorização dos produtos nominados como coloniais, derivados, especialmente, de carnes, como os embutidos; do leite, especialmente os queijos; da cana-de-açúcar, como o melado; de frutas, com as conservas, sucos; e da farinha de trigo, como as bolachas, pães e cucas.

Na pesquisa de campo, foi possível constatar que a atividade da agroindústria familiar possui um aspecto de gênero. Na sua grande maioria, essas iniciativas são geridas por mulheres; diferentemente do que ocorre com as demais atividades rurais, são elas que possuem o domínio da produção e gestão do negócio. Este aspecto pode estar relacionado a uma questão cultural: para os homens, a tarefa de garantir a continuidade da família por meio do trabalho braçal, em atividades que objetivam auferir renda monetária; já às mulheres, a responsabilidade pelas atividades de manutenção, como o plantio de hortaliças, legumes, batatinha, cebola, alho, fabricação de pães, bolachas, cucas e outros derivados de cereais, produção de ovos e frangos, denominadas “miudezas”. As observações de campo apontam que a maioria dessas agroindústrias desenvolveu-se a partir das atividades desenvolvidas pelas mulheres para suprir a alimentação da família, ou seja, sem geração de renda. As mudanças ocorridas na economia local, especialmente a melhora do poder aquisitivo da população, somada à revalorização dos ditos “produtos coloniais” (DORIGON; RENK, 2014), oportunizaram a expansão de uma produção, ainda que artesanal, para fora dos limites da unidade familiar, transformando-se em instrumento de autonomia para muitas mulheres.

A busca de uma legislação sanitária e fiscal compatível com as pequenas agroindústrias familiares é apontada como um dos desafios para esta estratégia de reprodução social. O estímulo à produção orgânica e agroecológica, a oferta de assistência técnica e extensão rural adequada e de qualidade são alguns dos desafios no campo de alternativas ao modelo tradicional de produção.

7. SISTEMA DE INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL

Identificou-se, também, como estratégia de reprodução social adotada pelos sujeitos da pesquisa de campo o sistema de integração agroindustrial, que, no Brasil, tem seu advento nas décadas de 1970 e 1980, com a abertura comercial e entrada no mercado mundial (BELATO, 1985; ESPÍNDOLA, 1999; DALLA COSTA, 1993). Assim, o sistema de integração encontra nas regiões com predominância de

pequenas propriedades um campo propício a sua implantação, oportunizando a reprodução social dos agricultores, por meio de fontes de renda “mais viáveis – fixas certas” comparativamente às atividades que dependem fundamentalmente das condições climáticas. Dentre as principais cadeias que se inserem no sistema de integração, estão as de aves, suínos e fumo.

O sistema de integração é caracterizado pela celebração de um contrato entre a indústria integradora (empresa ou cooperativa) e o produtor, denominado “integrado”. Nesse contrato, estão dispostas as obrigações de cada parte na parceria, cabendo ao produtor integrado disponibilizar a infraestrutura para implantação da atividade, como galpões, área de terra, máquinas e equipamentos, e principalmente a mão de obra necessária para o desenvolvimento das atividades. O integrado obriga-se, por adesão, a acatar as orientações técnicas, adquirir os insumos e efetuar a venda da produção à indústria integradora. Compete à integradora o fornecimento de insumos, a prestação de assistência técnica e a aquisição do produto final segundo critérios preestabelecidos não passíveis de questionamento pelo integrado. Segundo Nogueira e Jesus (2013), a ideia básica do sistema de integração é a de que as agroindústrias forneçam toda a tecnologia aos pequenos produtores.

Nas atividades pecuárias (suínos e aves), o tempo dedicado à produção é praticamente integral, com jornadas que podem passar de 14 horas diárias. Na atividade agrícola (fumo), a jornada de trabalho não difere, somando-se a exposição ao sol e os agrotóxicos por longos períodos. Desse modo, a participação em reuniões, nas celebrações comunitárias, nas atividades de lazer e a visitação aos vizinhos e parentes, conhecidas também como “serões”, são abdicadas em função da dedicação necessária à atividade de integração (BONAMIGO; RENK; DORIGON; 2015).

O direito ao recebimento de uma remuneração justa pelo trabalho realizado também é desrespeitado no sistema de integração. Na pesquisa de campo, foi possível identificar que o preço pago por um suíno de aproximadamente 90 Kg produzido no sistema de integração varia de R\$ 15,00 a R\$ 29,00; o valor recebido por um avicultor varia entre R\$ 0,45 e R\$ 0,65 por frango entregue à integradora. Esses dois exemplos mostram a baixa remuneração recebida pelos produtores no sistema de integração. O valor a ser pago pelo produto entregue é definido pela integradora com base em seus indicadores, como a taxa de conversão alimentar, a mortalidade, adequação das estruturas produtivas e o ganho de peso diário (MENDES; PATRÍCIO, 2004), cabendo a esta também a análise e conceituação desses indicadores, tendo em conta a variação do mercado. Estudos apontam que a remuneração recebida pelos integrados é praticamente insuficiente para o pagamento de empréstimos decorrentes da implantação da atividade de integração e conseguinte manutenção familiar (BELATO, 1985; ESPÍNDOLA, 1999; DALLA COSTA, 1993). Este aspecto também foi identificado com os participantes das pesquisas:

“Passou-se lá seus 10, 15 anos tu paga o investimento e você tem o capital e você ainda consegue trabalhar. Mas aí já vem a tal da manutenção, às vezes a estrutura já não serve mais, enfim, então a forma que as empresas têm de amarrar o produtor, de tal forma que ele é obrigado a trabalhar por migalhas. Então essas ressalvas, tem que refletir um pouco diferente no sistema de integração.” (ARH3ª, 13/10/2016).

O endividamento dos integrados para com a integradora ou com agentes financeiros em virtude do investimento inicial e das constantes exigências por melhorias nas estruturas produtivas, por parte do mercado e das integradoras, é um fator que condiciona muitas famílias a se comprometerem a produzir para a empresa

integradora numa condição análoga à servidão por dívidas. Nesse sentido, os agentes técnicos cumprem um papel estratégico para as integradoras, visto que são os responsáveis diretos pela pressão exercida sobre os integrados. Esta prática é repudiada internacionalmente por meio da Convenção sobre Trabalho Forçado da Organização Internacional do Trabalho n. 29, ratificada pelo Brasil (SORJ; WILKINSON, 2008).

Na pesquisa de campo, verificou-se que as unidades familiares que possuem implantado algum modelo de integração agroindustrial dificilmente dependem apenas dessa atividade, como observado na entrevista:

“A gente se preparou com os porcos e com as vacas para seguir essas atividades e se melhorar em algum sentido ali, até ampliar. [...] E o porco não está tão bom hoje, o porco hoje se tu vais ver bem, ele paga o salário daquele que cuida. Mas daí a gente faz a seguinte conta, o lucro nosso, o maior lucro nosso é o adubo que tem. Então por esse motivo que a vaca de leite é um grande negócio para a propriedade. A gente não compra adubo, nada. E o porco também dá dinheiro, não é que ele não dá. Ele ajuda, ele paga o investimento e sobra um pouco.” (RKH2^a, 18/10/2016).

Na fala, encontramos outro aspecto interessante relacionado à interação das atividades produtivas: para além da viabilidade, embora pequena, o entrevistado cita o uso dos dejetos (esterco) para uso como fonte de nutrientes às pastagens destinadas à exploração pecuária com gado de leite.

O sistema de integração também é avaliado por alguns entrevistados com criticidade:

“A integração ela sempre é uma alternativa, né? Se tu vai analisar quem tem integração, a contrapartida que o agricultor tem que dar é muito grande em vista do rendimento que ela gera. [...] Porém, chuva ou sol é um rendimento que vem.” (RRH1^a, 18/10/2016).

Relacionado a essa alternativa e garantia de renda, está o papel do sistema de integração no meio rural da microrregião e seu impacto nas relações sociais. Para um dos entrevistados, os trabalhos no sistema de integração, embora tenham viabilizado as propriedades, especialmente as com pequenas áreas de terra, com não mais do que 15 hectares, tiraram a liberdade de escolha dos agricultores em relação ao seu tempo:

“Às vezes em pedaço pequeno de terra muitos conseguiram se viabilizar no sistema de integração. Então ele é bom, não é de todo ruim, tem os dois lados. Eu acho que é bom até certo ponto... Mas a integração tirou bastante a liberdade do próprio colono. Eu acho que evolui com isso [a produção] em grande quantidade, mas até certo ponto tirou bastante a liberdade do colono. Tem que se deixar mandar se não, não dá certo.” (AJH2^a, 20/09/2016).

O cerceamento da liberdade ora apontado tem seus impactos sentidos nas relações comunitárias dos habitantes. Assim, o tempo disponível para participar de reuniões, cultos e lazer é reduzido. Um dos sujeitos da pesquisa apresenta o sistema de integração

como um modelo que necessita de reformulações, uma vez que os agricultores estariam envelhecendo:

“[...] o modelo de integração, ao que tudo indica, ele vai se remodelar. Essas cooperativas velhas possivelmente elas vão teimar um pouquinho, por que está muito bom. A agricultura está envelhecendo, esse pessoal que investiu, que entrou de cabeça nesse sistema de integração estão aos poucos parando.” (RKH2ª, 20/09/2016).

Em meio a este cenário, o sistema de integração constitui-se importante fator para manutenção e continuidade de muitas famílias no meio rural. Torna-se difícil imaginar o cenário rural e urbano da microrregião sem esse elemento importante que, apesar das críticas dirigidas, possibilita a geração de inúmeros empregos diretos e indiretos. Caberia, talvez, como apontado por um dos participantes da pesquisa, uma discussão, entre o poder público, empresas integradoras e produtores, acerca das responsabilidades e remuneração final recebida pelos produtores integrados.

8. PLURIATIVIDADE

O consórcio de atividades de geração de renda não agrícola, ou seja, não estritamente da exploração agropecuária no meio rural, é um fenômeno presente na realidade brasileira e uma estratégia de reprodução social rural dos agricultores pesquisados. Para Carneiro (2016), esse fenômeno denominado “pluriatividade” manifesta-se especialmente naquelas situações em que a integração da agricultura familiar aos mercados alcança um novo estágio ou se dá por uma via distinta, o mercado de trabalho. Para Schneider (2007, p. 4):

“[...] a pluriatividade refere-se à um fenômeno que pressupõem a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico [...], que compartilha entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família.”

Schneider (2003) sugere algumas características presentes nas mudanças da ocupação do espaço rural e do crescimento da pluriatividade. A primeira, relacionada com a modernização técnica e produtiva da agricultura, em que a maior disponibilidade de tecnologias que usam cada vez menos força de trabalho gera uma subocupação e torna-se fator que estimula os membros das famílias com domicílio rural a buscar ocupação em atividades não agrícolas. Uma segunda, ligada à terceirização das atividades agrícolas, especialmente aquelas na qual o agricultor contrata terceiros para serviços eventuais como plantio, manejo e colheita, liberando a mão de obra antes ocupada nos trabalhos manuais. A terceira refere-se à queda nas rendas agrícolas, decorrentes da entrada da agricultura nos padrões de concorrência mundial, que implica aumento de custos decorrentes em grande medida da dependência maior de insumos industriais, que nem sempre se traduzem em aumento de produção. Um quarto aspecto, ligado às mudanças nos mercados de trabalho: empresas mudam suas plantas industriais para regiões rurais de alta densidade populacional buscando redução do custo na força de trabalho, e proporcionam acesso ao mercado de trabalho urbano aos agricultores. O quinto aspecto trata do crescente reconhecimento da importância que a agricultura familiar

tem no meio rural: ela passou a ser a principal forma social presente nos espaços rurais dos países capitalistas mais desenvolvidos, sendo a pluriatividade percebida como uma das estratégias fundamentais de reprodução da agricultura familiar e adaptação às transformações macroestruturais na agricultura.

Carneiro (2016) destaca que a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica. Corroborando a afirmação da autora, ao buscar rendas não agrícolas, especialmente o assalariamento, as famílias pesquisadas buscam empregar a mão de obra dos seus membros após o seu horário de trabalho e nos finais de semana dentro da propriedade.

Assim, quando tu tens um tempo tu ainda consegues dar uma mãozinha em casa. Então tu ajudas a carregar os porcos. Às vezes na negociação tu ficas em casa no final de semana. Dá pra negociar. (PHF3, 20/10/2016).

Nas observações de campo, pôde-se perceber que a relação entre trabalho e penosidade no meio rural diminui; porém, as falas dos entrevistados revelam uma nova situação: as horas dedicadas à execução das atividades ampliaram-se.

A visão que eu hoje tenho, tipo assim, não olhando o meu caso aqui em casa, mas pelo que a gente vê e conversa enfim, hoje o campo ele te dá uma renda maior, porém ele te dá mais hora de serviço, não é um trabalho mais tão penoso como era uma vez, é um trabalho que é bom você estar no campo, porém ele te dá, no meu caso a gente percebe dá mais serviço. Não é só 8 horas, tem que contar 10, 12 horas tu faz brincando. (AHB2, 20/10/2016).

Esta observação está relacionada a outro fator responsável pela busca de renda externa à propriedade. Explorar alguma atividade agrícola, leite, frangos e suínos pressupõe manter-se vigilante 24 horas por dia. Ter liberdade igual ao trabalhador urbano, não necessitando retornar à propriedade para realizar alguma atividade nos finais de semana e feriados, por exemplo, motiva especialmente os jovens a buscar rendas externas à propriedade, mesmo residindo com os pais.

A busca por oportunidades de trabalho e renda fora da propriedade apresenta-se como uma importante alternativa para as famílias do meio rural na microrregião de Pinhalzinho (SC), como pode ser observado no relato:

Primeira razão puramente econômica [...] tanto o fato de busca um trabalho fora, uma por agregar também a questão de renda e também atrelada a questão de formação acadêmica. [...] pra se manter hoje na cidade o custo de vida é altíssimo, e isso então, a gente consegue de certa forma trabalha com um custo bem mais baixo residindo hoje no meio rural ainda, [...] na questão de calma, tranquilidade de se tá em casa no dia a dia com a família. (PRH3, 18/09/2016).

O relato traz elementos importantes para compreender a pluriatividade no meio rural: ela está relacionada com a questão de renda e possibilidade de estudo. O relato aponta, ainda, para uma positividade, revalorização do meio rural como sinônimo de qualidade de vida. A relação familiar aparecer como outro ponto importante: pode

ser observado que as decisões e estratégias são pensadas coletivamente pelos membros da família.

A possibilidade de emprego assalariado, seja no meio urbano ou nas proximidades do local de moradia, também é fator importante a ser considerado. Os entrevistados apontam a proximidade com o centro urbano como ponto favorável à busca de renda externa à propriedade. O destaque à qualidade das vias de acesso é de suma importância para possibilitar a continuidade da estratégia familiar.

[...] hoje a gente tem essa oportunidade de trabalhar fora e morar em casa, a questão de logística facilita. Nós estamos morando perto da cidade, então isso se torna viável. Por que eu hoje aqui por exemplo até o meu serviço dá 5 km. Depende onde que eu vou ter que, se eu for alugar uma casa, aquilo que tinha possibilidade de pagar é lá em cima no final da cidade. Talvez a distância seria a mesma, talvez uns metros a menos. Então não é viável, não se torna viável. (PHF3, 18/10/2016).

Para um dos entrevistados, a busca dos filhos e filhas por alternativas de renda fora da propriedade também esteve associada à dimensão da área de terra da família:

A terra é pequena então nós temos que criar alternativas. Ou você arrenda ou você compra... [...] então se fica quase num limite de produção, ao menos pra vaca tá no limite. A não ser que você invista e otimize a produção. (AHR2, 23/09/2016).

O entrevistado relata a possibilidade de financiamentos com recursos subsidiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), porém destaca que as linhas de crédito são muito recentes.

Mas assim, na época pelo menos quando eu sai não se tinha essa perspectiva. Nem as possibilidades. Isso chegou depois do Mais Alimentos (programa governamental de subsídio) que criou mais perspectivas, mais alternativas para pequena propriedade. (AHR2, 23/09/2016).

Uma das principais motivações para busca de renda não agrícola é a garantia por um valor fixo ao final de certo período de trabalho; no entanto, percebe-se, em relação aos filhos e filhas, uma independência na administração dos recursos recebidos por este – os recursos são utilizados, na sua grande maioria, para satisfação das necessidades individuais dos membros da família. A compreensão da ajuda nas despesas familiares ocorre com a realização de tarefas em momentos oportunos.

Cada um trabalha e gasta o que trabalha. Só o pai e a mãe mesmo na atividade deles. O que é produzido na propriedade. Mas nós não, nós (ele e o irmão) temos as nossas coisas. (PHR3, 27/09/2016).

Eu tenho a minha renda. Administro o meu dinheiro. Ajudo meus pais de vez em quando, mas o que eu ganho é meu. Estou guardando para o futuro. Tenho uma independência financeira. (PHF3, 27/09/2016).

Em outro estudo realizado pelos pesquisadores em uma localidade distante 7 km de um centro urbano, constatou-se que, das 62 famílias residentes, 32 possuem membros que buscam fontes de renda fora das atividades agrícolas, ou seja, são

pluriativas. Em 10 famílias, a renda das atividades não agrícolas é maior do que as agrícolas. Esses dados necessitam ainda de análises mais aprofundadas e comparativas, por exemplo, com comunidades rurais mais distantes dos centros urbanos, porém chamam a atenção para uma mudança do cenário rural dos centros urbanos dos municípios da microrregião.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A microrregião de Pinhalzinho (SC) deste estudo apresenta um predomínio de caráter rural. O que, por vezes, não é visível é que esse rural tem se modificado ao longo do tempo, com a constante interação dos seus moradores com outros espaços e através do acesso a uma gama cada vez maior de recursos tecnológicos, seja na área da comunicação, produção ou bens de consumo. Há uma perceptível redução de distância entre os modos de vida dos meios rural e urbano em termos de acesso aos meios de comunicação e bens de consumo.

O crescente acesso ao ensino formal, seja das gerações mais novas, sejam as oportunidades para adultos e idosos, provocou mudanças no modo de viver das famílias rurais. É possível perceber que o acesso ao conhecimento formal obtido pelas famílias de agricultores provoca uma melhor gestão dos recursos financeiros e, por consequência, do desenvolvimento das atividades rurais. Isso possibilita que o trabalhador do campo amplie o horizonte de suas análises, tenha acesso e busque informações sobre os processos produtivos, tornando-se mais independente frente ao mercado. O acesso ao conhecimento está relacionado, ainda, ao desenvolvimento de diversas atividades diferentes da produção agropecuária no meio rural.

No entanto, segundo os entrevistados na pesquisa de campo, o acesso ao ensino formal traz consigo alguns riscos, especialmente quando o assunto é sucessão na propriedade rural. Para eles, o atual currículo escolar fica distante da realidade rural, estando voltado ao meio urbano, desde o material didático à formação do professor. Até mesmo nas instituições que ofertam uma dinâmica voltada ao meio rural, a formação tende a ser para o trabalho urbano. No mesmo debate, estão a centralização das escolas no meio urbano e o fechamento das escolas no meio rural ocorrido no final da década de 1990, por decisão do governo estadual de Santa Catarina. Essas dificuldades apontadas pelos agricultores são desafios que precisam ser enfrentados.

Surgindo como uma alternativa às famílias rurais, a agroindustrialização de base familiar tem-se mostrado ferramenta importante para manutenção das famílias no meio rural. Estimulada por um mercado crescente de valorização dos produtos de origem cultural (italiana, alemã e cabocla), denominados “produtos coloniais”, bem como por estímulo governamental por meio dos programas de alimentação escolar e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a agroindustrialização de base familiar vai-se consolidando. Diferencia-se da grande agroindústria pelo porte (micro) e relação próxima entre a família que produz e o consumidor final, tendo o produto, em sua grande maioria, um caráter artesanal. Entre os principais desafios para o desenvolvimento desta atividade, encontram-se a legislação e a carga tributária, que, segundo os entrevistados, é igual à grande agroindústria, embora seu caráter seja bem diferenciado. Este aspecto tem grande influência na viabilidade dos pequenos empreendimentos familiares.

Por outro lado, encontramos na microrregião uma cooperativa que procura organizar e apoiar as famílias que estão e/ou que possuam interesse na agroindustrialização de base familiar. Esta cooperativa está filiada a uma cooperativa central e procura, através do cooperativismo, organizar, legalizar e possibilitar a comercialização dos produtos das agroindústrias de base familiar, além de ser uma

instância representativa e de luta das pequenas agroindústrias. A agroindustrialização familiar de produtos originários das unidades familiares, associada à abertura dos mercados institucionais, vem viabilizando muitas famílias. Estes empreendimentos ainda contam com uma importante característica de gênero: administração e gestão são realizadas, na grande maioria, por mulheres.

Na pesquisa realizada, a pluriatividade interligada em muitos casos com o acesso ao ensino formal chamou a atenção. A busca crescente e as oportunidades para obter rendas não agrícolas no meio rural da microrregião têm-se transformado em importante estratégia acionada pelos moradores. Grande parte destas oportunidades surge no setor de serviços, devido, em grande parte, ao poder aquisitivo dos moradores da microrregião. Outro aspecto relacionado ao crescimento da pluriatividade é a interação entre os moradores do meio rural e urbano, caracterizado pelos laços de parentesco (filhos e filhas, irmãos e irmãs, pais e mães, tios e tias, sobrinhos e sobrinhas), somados ao acesso a um número maior de bens para consumo por parte das unidades familiares rurais, especialmente veículos, que acaba por diminuir a distância física (20km), perpassando também os modos de vida das famílias.

A busca pela moradia no meio rural da microrregião, especialmente nas localidades mais próximas aos centros urbanos, tem-se intensificado. Embora o trabalho seja desenvolvido fora da propriedade, a moradia no meio rural funciona como uma espécie de refúgio e busca por qualidade de vida, segundo os entrevistados. Entre os desafios apontados, encontram-se as condições das vias de acesso, situação que já apresentara melhora em relação a períodos anteriores. Deve-se ressaltar, porém, a inexistência de políticas públicas que possam dar conta dessa nova realidade do meio rural.

Enquadrados como segurados especiais, os agricultores e agricultoras percebem no benefício recebido do INSS uma possibilidade de diminuição na jornada de trabalho diária, haja vista também a diminuição das condições físicas para realização das atividades. Nos municípios da microrregião, são muitas as famílias que possuem no benefício mensal a sua maior e segura fonte de renda. No trabalho de campo, observou-se que receber o benefício após uma vida de trabalho é correlacionado a uma conquista, especialmente pelas mulheres, que, ao longo da história, em sua grande maioria, não participaram ou tiveram acesso aos recursos financeiros da família. Além de contribuir na melhora da autoestima dos agricultores, a aposentadoria rural contribui de forma decisiva na economia local.

Na atualidade, está em discussão no Brasil a reforma da previdência social, o que acabaria por alterar também as condições para a aposentadoria rural. Este cenário coloca em alerta uma grande parcela da população rural possivelmente atingida pela mudança na legislação. Dentre as propostas de mudanças, estão a elevação da idade mínima para a aposentadoria rural das mulheres de 55 para 60 e dos homens de 60 para 65 anos. Está em estudo, também, a forma de contribuição dos segurados, que passaria a ser obrigatória.

A integração agroindustrial continua a ter papel fundamental na geração de renda das famílias rurais, sendo responsável por ocupar mão de obra e prover insumos para as demais atividades rurais. Entre os limites apontados na pesquisa de campo, estão a jornada de trabalho, que pode chegar a 24 horas em alguns períodos, a baixa remuneração e a necessidade de um alto grau de investimento, às vezes constante, para continuidade das atividades. De outro lado, tal integração possibilita a obtenção de renda fixa a cada período, conforme o ciclo de cada atividade, minimizando o fator climático, e não necessita de grandes áreas de terra.

Diferentemente de projeções de esvaziamento do meio rural, percebe-se na microrregião um movimento de valorização do espaço rural, seja para produção e

geração de renda, seja como espaço para moradia e obtenção de maior qualidade de vida. Para tanto, compreender as estratégias que as famílias moradoras do rural acionam para garantir sua reprodução social é elemento importante com vistas ao aprimoramento das políticas públicas e atuação das organizações sociais.

10. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.R. da S. Pierre Bourdieu: a transformação social no contexto de “a reprodução”. **Inter-ação**, Goiânia, v.1, n.30, p.139-155, jan. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/1291/1343>. Acesso em: 25 jul. 2015.

BELATO, D. **Os camponeses integrados**. 1985. 443f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas.

BONAMIGO, I.S.; RENK, A.; DORIGON, C. Direitos humanos, direito dos animais e consumo de carne. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2015. p.1-20.

BOURDIEU, P. Une classe objet. **Actes de la recherche em sciences sociales**, Paris, v. 17-18, p. 2-5, 1977.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 1, p.205-227, jan./abr. 2004.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R.M. Gênero e reprodução na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 11, n.12, p. 6-17, jan./jun. 2008.

CARNEIRO, M.J. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.11, n.32, p.89-105, 1996. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_32/rbcs32_06.htm. Acesso em: 10 mai. 2015.

CHAMPAGNE, P. **Ampliação do espaço social e crise da identidade camponesa**. Cahier d'Economie et Sociologie Rurales, n. 3, p.73-89,1986. [Tradução do texto “Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne”]

CHAYANOV, A.V. **La organizacion de unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

DALLA COSTA, A.J. **O grupo Sadia e a produção integrada**: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial. 1993. 265f. Dissertação (Mestrado em História) – Mestrado em História do Brasil, Universidade Federal do Paraná.

DI GIOVANNI, G. Sistema de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M.A. de (Org.). **Reforma do Estado e política de emprego**. Campinas: IE/UNICAMP, 1998. p.9-29.

DORIGON, C.; RENK, A. Juventude rural e reconversão produtiva rumo a produtos de qualidade diferenciada. In: RENK, A.; DORIGON, C. (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014. p. 35-76.

ESPÍNDOLA, J.C. **As agroindústrias no oeste catarinense**: o caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

FIORI, J.L. Estado de Bem-Estar Social: padrões e crises. **Physis**: Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.2, n.7, p.129-147, nov. 1997.

LUIZ, C. O desmonte da Previdência e as consequências para o campesinato brasileiro. **CEERT**, 17 mar. 2017. Disponível em: <http://www.ceert.org.br/noticias/mercado-de-trabalho-comercio-servicos/16225/o-desmonte-da-previdencia-e-as-consequencias-para-o-campesinato-brasileiro>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MENDES, A.A.; PATRÍCIO, I.S. Controles, registros e avaliação do desempenho de frangos de corte. In: MENDES, A.A.; NÄÄS, I.A.; MACARI, M. **Produção de frangos de corte**. Campinas: FACTA, 2004. p.328.

MINAYO, M.C. de S. Análise do material qualitativo: análise de conteúdo. In: MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2008. p.303-311.

NOGUEIRA, C.M.I; JESUS, E. de. A pequena produção avícola familiar e o Sistema de Integração no oeste catarinense: “uma prisão de portas abertas”. **Caderno CRH**, Salvador, v.26, n.67, jan./abr. 2013.

REDIN, E. **Família rural e produção de tabaco**: estratégias de reprodução social em Arroios do Tigre/RS. 2015. 307f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Distribuição do valor adicionado por município**. Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/relatorio/21>. Acesso em: 17 mar. 2016.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, a.16, n.3, p.15-34, jul. 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/409.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Nera**, Presidente Prudente, a.8, n.7, p.1-21, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1456-4239-1-PB.PDF>. Acesso em: 2 fev. 2016.

SORJ, B.; WILKINSON, J. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M.H.T. de (Org.). **Sociedade política no Brasil pós-61**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p.245-278.

SPANVELLO, R.M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 221f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/UNESCO, 2009.

STROPASOLAS, V.L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.253-267, jan./abr. 2004.

UNOESC. **UNITI, UMIC e UMI**

s.d. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/portal/uniti-umic>. Acesso em: 01 ago. 2017.

WANDERLEY, M. de N.B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.52, supl.1, p.25-44, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2017.

WERLANG, A. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2006.

WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, v.87, p.11-73, 1990.

YAZBEK, M.C. Sistemas de proteção social, intersetorialidade e integração de políticas sociais. In: MONNERAT, G.L.; ALMEIDA, N.L.T. de; SOUZA, R.G. de (Org.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014. p.77-104.

_____. **Sistema de proteção social brasileiro: modelo, dilemas e desafios**. 2010. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/seminario-internacional-bpc/sobre-o-evento/apresentacoes/arquivos/MariaCarmelitaYazbek-Protacao Social.pdf/view](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/seminario-internacional-bpc/sobre-o-evento/apresentacoes/arquivos/MariaCarmelitaYazbek-Protacao%20Social.pdf/view). Acesso em: 20 jul. 2015.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

A PLURIATIVIDADE COMO FATOR DE GERAÇÃO DE RENDA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DE CÓRREGO PRIMAVERA, RIO BANANAL, ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Rôner de Souza Fernandes¹
Alessandra Maria da Silva²
Rayane Pagung Falcão³

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar a pluriatividade como atividade geradora de renda na agricultura familiar da Comunidade Córrego Primavera, município de Rio Bananal, norte do estado do Espírito Santo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo adotando-se uma abordagem qualitativa com entrevista semiestruturada para 19 famílias pluriativas residentes na Comunidade Córrego Primavera, durante os meses de julho a outubro de 2016. Os resultados das entrevistas foram submetidos à análise de conteúdo. As principais atividades não agrícolas observadas entre as famílias estudadas se enquadram como intersetoriais, sendo a de serviços a mais frequente. Observou-se que os principais fatores motivadores da pluriatividade apontados pelas famílias estudadas foram a necessidade de geração de renda extra e de ocupação da mão de obra ociosa. As famílias demonstraram não ter conhecimentos administrativos e de custo de produção das atividades desenvolvidas. Concluiu-se que a pluriatividade é um fator importante para a estratégia de reprodução econômica das famílias rurais e que há a necessidade de conscientização de seus membros para a eficiência na gestão de recursos humanos e materiais.

Palavras-chave: estratégias de reprodução econômica, gestão de recursos da família, ocupações não agrícolas, renda.

THE PLURIATIVITY AS A FACTOR OF GENERATION OF INCOME FOR FAMILY FARMING OF CÓRREGO PRIMAVERA, RIO BANANAL, ESPÍRITO SANTO, BRAZIL

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze pluriactivity as an income - generating activity in family agriculture of the Córrego Primavera Community in the municipality of Rio Bananal, Espírito Santo, Brazil. For that, a field research was carried out adopting a qualitative approach with a semi-structured interview for 19 family farms living in the

¹ Graduado em Administração (FACELI). E-mail: ronersf@gmail.com

² Graduada em Medicina Veterinária (UFV). Especialista em Gestão Pública (IFES). Mestre em Medicina Veterinária (UFV). Doutoranda em Produção Vegetal (UENF). Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural do Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (INCAPER). E-mail: alessandra@incaper.es.gov.br

³ Graduada em Administração (FACELI). E-mail: rayane-falcao@hotmail.com

Córrego Primavera Community, from July to October 2016. The results of the interviews were submitted to content analysis. The main non-agricultural activities observed among the studied families are classified as intersectoral, with services being the most frequent. It was observed that the main factors motivating the pluriactivity indicated by the families studied were the need to generate extra income and to occupy the idle labor force. The families demonstrated that they did not have administrative knowledge and the cost of production of the activities developed. It was concluded that pluriactivity is an important factor for the strategy of economic reproduction of rural families and that there is a need for awareness of its members for efficiency in the management of human and material resources.

Key words: income; management of family resources; non-agricultural occupations; strategies for economic reproduction.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, a agricultura familiar tem sido alvo de pesquisas acadêmicas e ponto central nas agendas das políticas públicas para o desenvolvimento rural, dada a sua importância econômica e social no processo de transformações estruturais do espaço rural no Brasil. Após o período da Modernização da Agricultura, contemporâneo ao período da ditadura militar no Brasil, o qual foi acompanhado de intensificações nas desigualdades sociais, especialmente no campo, e de expressivo êxodo rural, a agricultura familiar emergiu como um setor de grande importância para o desenvolvimento rural. A capacidade da agricultura familiar em resistir às pressões capitalistas impostas pelo agronegócio globalizado chamou a atenção do meio acadêmico que passou a pesquisar as estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias rurais. Assim, a pluriatividade tem se revelado como uma das principais alternativas desenvolvidas pela agricultura familiar, especialmente no que se refere às ocupações não agrícolas.

Nesse sentido, o debate sobre a contribuição da pluriatividade na agricultura familiar para o desenvolvimento rural se volta para a capacidade das famílias rurais pluriativas em aproveitar as oportunidades sociais e econômicas para sua resistência e permanência no campo. As formas de articulação entre a agricultura familiar pluriativa e o mercado são diversificadas e dependem de externalidades, como as condições ambientais e econômicas do meio em que vive, bem como da presença do Estado por meio de políticas públicas, as quais influenciam nas decisões sobre as estratégias familiares dos agricultores.

A Microrregião Rio Doce, localizada ao Norte do Estado do Espírito Santo, tem apresentado crescimento econômico regional por meio da implantação de indústrias diversas na última década, as quais têm ocupado o espaço rural em um claro processo de descentralização industrial. Outras mudanças estruturais que ocorrem na região, como relações de mercado e aumento da demanda por serviços urbanos, podem contribuir para a alteração no comportamento da gestão dos recursos produtivos e humanos pelos agricultores familiares ali residentes, que tendem a se tornar pluriativos.

O município de Rio Bananal está inserido nessa Microrregião. Sua população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), é predominantemente rural, sendo que 62% do total da população reside no campo. No entanto, a modernização dos meios de comunicação e de transporte no interior do município, que ocorreu especialmente a partir do início dos anos 2000, tem facilitado a integração do espaço urbano com o espaço rural. Isso pode influenciar na

mobilidade e no acesso da população rural aos serviços, comércio e ao mercado de trabalho urbano, contribuindo para o desenvolvimento da pluriatividade em Rio Bananal, especialmente nas localidades mais próximas do perímetro urbano. A pluriatividade pode, dessa forma, representar uma estratégia importante de reprodução das famílias rurais daquele município

O objetivo deste trabalho foi analisar a pluriatividade como atividade geradora de renda para a agricultura familiar da Comunidade de Córrego Primavera, município de Rio Bananal, Espírito Santo.

2. METODOLOGIA

Para se alcançar o objetivo proposto foi aplicada a pesquisa do tipo qualitativa. O recorte do objeto de estudo foram as famílias agricultoras residentes na comunidade Córrego Primavera, localizada a 4 km da sede do município de Rio Bananal, Norte do Estado do Espírito Santo, que se enquadraram no critério de “agricultura familiar” proposto pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006) e que apresentaram a pluriatividade como estratégia de reprodução. A pesquisa foi realizada no período de julho a outubro de 2016.

A avaliação da geração de renda das atividades agrícolas e não agrícolas, bem como o conhecimento do processo de gestão de recursos nas propriedades agrícolas da Comunidade de Córrego Primavera foi realizada por meio de análise de dados levantados pela aplicação de entrevistas semiestruturadas a um dos membros das famílias participantes da amostra. Foram levantadas as principais atividades desenvolvidas, sua importância na geração de renda, quem são os membros da família economicamente ativos e suas respectivas atividades, como se dá o processo de decisão nas escolhas das atividades agrícolas e não agrícolas, bem como o processo de planejamento e gestão dos recursos financeiros.

Devido ao longo período de estiagem que ocorreu na região entre os anos de 2014 a 2016, comprometendo a produtividade das lavouras, os dados referentes à produção das atividades agrícolas foram coletados com base na produção média entre os anos de 2014, 2015 e 2016. O cálculo da renda bruta se deu pela conversão da produção média em valores monetários praticados no mercado atual, conforme o “Acompanhamento Semanal de Preços Recebidos pelos Produtores”, considerando a média mensal dos preços médios praticados no mês de referência outubro de 2016, obtido junto ao Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER, 2016).

As informações prestadas com relação à produção e renda foram auto declaratórias, não sendo possível sua confirmação. Portanto, os valores obtidos foram aproximados e considerados para efeito de proporção na renda total e de importância para a reprodução familiar, aliando-se às percepções dos entrevistados.

Foram entrevistados sujeitos representantes de vinte e duas famílias agricultoras selecionadas pela técnica de “Bola de Neve”. De acordo com Dewes (2013), a amostragem em “Bola de Neve” é um método utilizado em populações desconhecidas – como é o caso deste estudo –, e quando construir uma listagem completa seria difícil, oneroso ou impraticável. Esta técnica deve ser utilizada quando se pressupõe uma ligação entre os membros da população dada pela característica de interesse, ou seja, os membros da população são capazes de identificar outros membros com o mesmo perfil.

A técnica de “Bola de Neve” se baseia em um informante inicial que indica potenciais unidades de análise. Neste trabalho o informante foi um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Bananal (STRRB), que forneceu uma relação de dez famílias pluriativas residentes na comunidade em questão. De posse

da relação de famílias, foi realizado um sorteio para seleção da primeira unidade de análise e, a partir dela, outra unidade foi indicada pela família e assim sucessivamente, até se atingir o total da amostra (DEWES, 2013).

O tamanho da amostra se deu por saturação empírica. Considerou-se como saturação empírica quando o campo de pesquisa não mais forneceu novos elementos que balizassem ou aprofundassem a teorização, conforme sugerido por Fontanella *et al.* (2011). A identidade dos representantes familiares entrevistados foi preservada. Para efeito de identificação das famílias, adotou-se a codificação AF para agricultores familiares, seguida da numeração da ordem em que foram entrevistados. Sendo assim, os códigos variaram de AF1 até AF22. Das vinte e duas entrevistas coletadas, três foram excluídas do processo de análise, por não representarem agricultores familiares, após verificação da proporção de renda e de área da propriedade. Assim, foram mantidas dezenove famílias para análise dos dados.

Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas, codificadas, sistematizadas e submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 1977). A categorização das entrevistas foi feita a *posteriori*, baseando-se nos critérios de proporção e origem da renda, escolaridade, atividades tipificadas, motivação, processo decisório, gestão de recursos humanos e da renda.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O MUNICÍPIO DE RIO BANANAL NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O município de Rio Bananal está inserido na Microrregião Administrativa do Rio Doce, norte do Estado do Espírito Santo e apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal de 0,681. Possui uma área de 642.229 km² e uma população residente de 17.530 pessoas. Sua economia se baseia principalmente em serviços e na agropecuária, representando 56,6% e 32,7% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, respectivamente. A principal ocupação do solo se dá pelo cultivo de café Conilon e frutas. A agricultura emprega 69,3% da população economicamente ativa masculina e 48,8% da população feminina (IBGE, 2010).

Constituída por apenas dois distritos (Sede e São Jorge de Tiradentes), a maior parte da população ribanense reside na área rural do município, correspondendo a 61% da população total (IBGE, 2010). De acordo com a série histórica estatística do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), em 1990 o município de Rio Bananal possuía mais de 80% da sua população residente no espaço rural. Essa redução da população rural pode ser devida ao êxodo rural recorrente em todos os municípios brasileiros, mas também pela própria percepção do que é rural e do que é urbano para a metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que considera aglomerados rurais, como as sedes distritais, como área urbana.

De acordo com Wanderley (2000) e Graziano da Silva (1997), há uma crescente dificuldade em se separar o urbano do rural, havendo um *continuum* entre ambos, no qual valores e hábitos urbanos se inseriram no rural e o urbano depende do rural para seu desenvolvimento. O espaço rural não pode ser visto separado do urbano, em especial em sua economia pluriativa. Esse fator é evidenciado no Município de Rio Bananal, onde sua população reside principalmente no espaço rural, enquanto a sua economia depende prioritariamente do setor terciário, seguido do setor primário.

O Censo Agropecuário de 2006 do IBGE apresentou a existência de 1.505 propriedades no município de Rio Bananal (Tabela 1) que ocupam uma área de 43.518 ha, sendo 1.176 estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar,

correspondendo a 79,9% dos estabelecimentos, que ocupam 49,6% da área produtiva (IBGE, 2006) e empregando 4.089 pessoas, diretamente (BRASIL, 2015).

Tabela 1 – Caracterização fundiária do município de Rio Bananal-ES quanto ao número de propriedades e área ocupada

Propriedades	Nº total	Área ocupada (ha)
Agricultura		
Familiar	1.176	21.584
Outros	329	21.934
Total	1.505	43.518

Fonte: elaborado a partir dos dados do IBGE (2006).

As principais atividades agrícolas desenvolvidas no município de Rio Bananal, baseadas em área ocupada e de acordo com os dados do IBGE (2015), são: cafeicultura (café Conilon), lavouras temporárias como milho e feijão, pipericultura (cultivo de pimenta-do-reino) e fruticultura (Tabela 2). Com relação à produção pecuária, o município apresenta como principais atividades a bovinocultura leiteira, a suinocultura e a avicultura de base familiar (Tabela 3).

Tabela 2 - Principais atividades agrícolas do município de Rio Bananal-ES, por área ocupada, em ha, em 2015

Atividade Agrícola	Área ocupada (ha)
Café Conilon (<i>Coffea canephora</i>)	13.800
Feijão	400
Milho	250
Coco-da-baía	180
Cacau	127
Pimenta-do-reino	100
Banana	80
Mandioca	60
Cana-de-açúcar	50
Maracujá	30
Seringueira	15

Fonte: elaborado a partir dos dados do IBGE, Produção Agrícola Municipal 2015.

Tabela 3 - Efetivos dos rebanhos e produção pecuária no município de Rio Bananal-ES, em 2015

Efetivo dos rebanhos	Quantidade	Unidade
Bovinos	10.280	Cabeças
Suínos	4.800	Cabeças
Galináceos	41.000	Cabeças
Produção anual		
Leite de vaca	1.150	Mil litros
Ovos de galinha	71	Mil dúzias
Mel de abelha	10.000	kg

Fonte: elaborado a partir dos dados do IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2015.

Com relação à pluriatividade, o INCAPER divulgou em seu documento PROATER (Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural) de 2011 a existência de atividades não agrícolas como agroindústrias (queijarias, processamento de frutas), artesanato, fabricação de móveis, dentre outras, desenvolvidas no município de Rio Bananal (INCAPER, 2011).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA AMOSTRA

As dezenove famílias participantes da pesquisa são compostas por, em média, 3,8 membros, variando de três a oito moradores em cada propriedade. O grau de escolaridade observado entre os membros em idade potencialmente ativa varia de ensino fundamental incompleto (séries iniciais) até pós-graduação. Esse fator demonstra uma certa heterogeneidade quanto à escolarização da amostra estudada.

Todas as famílias residem em Córrego Primavera, detendo propriedades que variam de minifúndios a pequenas propriedades, conforme a classificação dos imóveis rurais proposta pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2016). A classificação proposta pelo INCRA leva em conta o módulo fiscal – que em Rio Bananal é de 20 ha – e é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993: minifúndio, inferior a um módulo fiscal; pequena propriedade, entre um e quatro módulos fiscais; média propriedade, superior a quatro e até quinze módulos fiscais; grande propriedade, superior a quinze módulos fiscais. O tamanho médio das propriedades foi 16 ha (Quadro 1), variando de 2,5 a 50 ha, com predominância de minifúndios (63% das famílias participantes).

A renda das famílias entrevistadas é oriunda, basicamente, das atividades agrícolas e das ocupações não agrícolas. Apenas duas famílias possuem renda oriunda de aposentadoria e de aluguel de imóvel (AF2 e AF3). Observa-se, na Tabela 4, que a proporção da renda oriunda das ocupações não agrícolas varia consideravelmente (de 6% a 70%) entre as famílias entrevistadas, tendo, portanto, graus de importância na reprodução familiar também diferentes. A importância da renda da pluriatividade será discutida posteriormente.

Quadro 1 – Caracterização das propriedades das famílias pluriativas estudadas em Córrego Primavera, Rio Bananal-ES, em relação ao tamanho, condições de posse e atividades agrícolas, 2016

Família	Tamanho da propriedade (ha)	Condição de posse	Atividades agrícolas desenvolvidas
AF1	25	Proprietário	Café e pimenta
AF2	25	Meeiro	Café, pimenta, coco e cacau
AF3	17	Proprietário	Cacau, banana e laranja
AF4	4	Proprietário e meeiro	Café, pimenta e cacau
AF6	2,5	Proprietário	Café, pimenta, coco e cacau
AF7	40	Proprietário	Café, pimenta, coco e cacau
AF9	4	Proprietário	Café, pimenta, coco e cacau
AF10	15	Proprietário	Café e pimenta
AF11	5	Proprietário	Café, coco, cacau e fibra
AF12	50	Proprietário	Café, pimenta e leite
AF13	2,5	Proprietário	Café, pimenta, banana e aipim
AF14	3	Proprietário	Café e pimenta
AF15	25	Proprietário	Café
AF16	30	Proprietário	Café, pimenta, coco e cacau
AF18	23	Proprietário	Café, abóbora e eucalipto
AF19	15	Proprietário	Café, pimenta e cacau
AF20	12	Proprietário	Café e pimenta
AF21	2,5	Proprietário	Café e pimenta
AF22	2,5	Proprietário	Café

Fonte: elaborado pelos autores

Para o enquadramento das famílias como agricultoras familiares, todas aquelas que permaneceram na amostra atenderam aos critérios de tamanho da propriedade, gestão familiar, mão de obra predominantemente familiar e renda. A renda bruta anual média das famílias foi em torno de R\$ 99.800,00, sendo a renda oriunda da agropecuária em torno de R\$ 71.400,00, em média. A proporção média da renda agrícola foi de 65% sobre a renda bruta total. Para efeitos de enquadramento como agricultor familiar, conforme a Lei 11.326/2006, a renda principal deve ser oriunda da agropecuária, incluindo as rendas para-agrícolas, como o processamento de alimentos produzidos na propriedade e artesanatos. Sob essa análise, as famílias AF6, AF14, AF19 e AF22 não se enquadrariam nos critérios de proporção de renda. No entanto, há de se observar que a renda agrícola é flutuante, modificando-se de acordo com as variações climáticas e de mercado. Em condições climáticas normais, provavelmente, essas famílias se enquadrariam nos critérios de proporção de renda. Daí a decisão de mantê-las na análise deste estudo, haja vista que atendem a todos os demais critérios de enquadramento.

Tabela 4 – Fontes de renda das famílias agricultoras pesquisadas do Córrego Primavera, Rio Bananal-ES, 2016

Família	Renda Bruta Anual (R\$)						% ONA**
	Agrícola	Pluriatividade			Outros*	Total	
		Para agrícola	Base agrícola	Intersetorial			
AF1	56.804,56			12.350,00		69.154,56	17,9
AF2	37.383,99			13.000,00	11.440,00	61.823,99	21,0
AF3	4.032,00	3.600,00			7.200,00	14.832,00	24,3
AF4	35.774,09			28.940,00		64.714,09	44,7
AF6	13.170,80			19.200,00		32.370,80	59,3
AF7	460.888,49	5.400,00		29.900,00		496.188,49	7,1
AF9	17.937,40			16.900,00		34.837,40	48,5
AF10	15.477,99			6.840,00		22.317,99	30,6
AF11	44.465,61	6.000,00		11.440,00		61.905,61	28,2
AF12	197.777,59	11.520,00				209.297,59	5,5
AF13	45.964,94			43.000,00		88.964,94	48,3
AF14	13.132,84		24.000,00	2.400,00		39.532,84	66,8
AF15	28.141,80			26.400,00		54.541,80	48,4
AF16	122.315,00			13.200,00		135.515,00	9,7
AF18	66.602,26			20.800,00		87.402,26	23,8
AF19	75.481,00		150.000,00	24.000,00		249.481,00	69,7
AF20	67.071,29			5.280,00		72.351,29	7,3
AF21	45.964,92			33.800,00		79.764,92	42,4
AF22	8.442,40			13.000,00		21.442,40	60,6

* Aposentadoria ou aluguel de imóveis.

** Proporção da participação da renda oriunda de Ocupações Não Agrícolas na renda total familiar.

Fonte: elaborado pelos autores

3.3 PRINCIPAIS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS PELAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE CÓRREGO PRIMAVERA

Conforme especificado no Quadro 1, as principais atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias entrevistadas foram: café, pimenta-do-reino, cacau e coco. Das 19 famílias estudadas, 18 exerciam como principal atividade agrícola a cafeicultura, 14 desenvolviam a pipericultura. Destas, 12 exerciam até três atividades agrícolas (Quadro 1). Esse fator demonstra a relativa baixa diversificação produtiva nas propriedades rurais. Considerando-se que as principais atividades desenvolvidas por estes agricultores são atividades perenes e sazonais, a renda agrícola se concentra em determinados períodos do ano, bem como o emprego da mão de obra nos tratos culturais.

As atividades não agrícolas desenvolvidas pelas famílias estudadas se resumem no Quadro 2, conforme tipificação proposta por Schneider (2007). Observa-se que as atividades estão distribuídas nos diversos tipos, concentrando-se, especialmente, no intersetorial. Foram identificadas apenas duas famílias que desenvolvem atividades de base agrária, sendo que ambas atuam como intermediárias no comércio informal de coco na região.

Quadro 2 - Número de membros das famílias estudadas envolvidos na pluriatividade do Córrego Primavera, Rio Bananal-ES, e as respectivas Ocupações não Agrícolas (ONA) de acordo com a tipificação proposta por Schneider (2007), em 2016

Famílias	Número de membros		Ocupações Não Agrícolas (ONA)		
	Total	Em ONA	Para-agrícola	Base agrária	Intersetorial
AF1	3	1			Serviços
AF2	3	1			Comércio
AF3	5	1	Agroindústria		
AF4	8	3	Artesanato		Comércio/Serviços
AF6	3	1			Serviços
AF7	5	2	Agroindústria		Serviços
AF9	4	1			Serviços
AF10	4	2			Serviços
AF11	3	2	Artesanato		Serviços
AF12	3	1	Agroindústria		
AF13	5	2			Serviços
AF14	3	2	Artesanato	Comércio de coco	Serviços
AF15	3	1			Serviços
AF16	4	1			Serviços
AF18	3	2			Serviços/Indústria
AF19	3	2		Comércio de coco	Serviços
AF20	3	1			Serviços
AF21	5	2			Comércio/Serviços/ Indústria
AF22	3	1			Serviços

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados empíricos.

Em seus estudos, Schneider e Conterato (2006) observaram que em unidades familiares monoativas (que desenvolvem somente atividades agropecuárias), especialmente naquelas que desenvolvem atividades sazonais, há uma grande dependência da renda anual, expondo-as aos imperativos climáticos e de mercado, desvelando a fragilidade dessas famílias e tornando-as reféns da única fonte de renda.

De fato, o município de Rio Bananal enfrentou nos últimos dois anos-safra intempéries climáticas que sacrificaram a produção agropecuária. De 2014 a 2016, a falta de chuvas na região norte do Estado, com médias de precipitação inferiores à média histórica, resultou em perdas significativas na produção. De acordo com os dados levantados em 2016 pelo Governo do Estado do Espírito Santo, a redução da produção agrícola superou a 30%. Especialmente com relação à cafeicultura (café Conilon), a queda na produção foi de 40% em todo o Estado (ESPÍRITO SANTO, 2016).

A crise hídrica foi uma queixa comum entre as famílias entrevistadas. Diversas famílias reclamaram da perda na produção de café e de pimenta-do-reino, especialmente.

Esse ano deu bem menos. O ano passado deu umas 80 sacas. Esse ano não deu nem um terço. Esse ano, por falta d'água, caiu tudo. Tava carregando os pés [de pimenta], a coisa mais linda... Caiu tudo! (AF1).

[O café] dessa vez agora, estava esperando de 100 a 120 sacas. Deu 16 por causa da seca, né? [...] Morreu bastante [pimenta] porque faltou água e eu tive que replantar (AF9).

Embora as intempéries climáticas possam ser consideradas como fator motivador da decisão pelo exercício da pluriatividade pelas famílias agricultoras de Rio Bananal, somente a família do entrevistado AF3 tornou-se pluriativa em decorrência das consequências da crise hídrica que a região tem enfrentado nos últimos anos. Todos os demais já exerciam a atividade anteriormente a esse período. Mas, não se pode negar que todos os entrevistados reconheceram a importância da pluriatividade como uma forma de diversificação da renda familiar para o enfrentamento dos momentos de privações, sejam eles em decorrência das intempéries climáticas, sejam em decorrência de períodos de retração do mercado.

O que levou [a ingressar na pluriatividade] foi o caso a banana parou de produzir [devido à seca]. Aí, tinha que ter mais alguma coisa para ajudar na renda, né? (AF3).

Nossa, ajuda a gente muito! Deus me livre! Principalmente este ano, que não deu café. É um dinheiro que vem ajudar na hora da precisão (AF10).

A gente precisa, né? Porque só do café não dá. O café que a gente tem, colhe é pouco, aí tem que trabalhar pra manter a casa, manter as crianças. Porque uma pessoa sozinha não dá conta de manter tudo. Só se a pessoa tiver uma grande quantidade de terra, muita coisa. Agora a gente, assim, que é pequeno proprietário, é difícil um só pra manter, ainda mais nessa crise que tá aí agora (AF13).

Observando o Quadro 3, tem-se que a principal atividade intersetorial desenvolvida foi a de serviços, executadas no centro urbano, especialmente. Dentre os serviços, destacam-se a função de professora e comerciante. Observa-se que, para as atividades para-agrícolas, predomina a produção artesanal de alimentos, seguida de bordados e produção artesanal de vassouras. Na pluriatividade intersetorial há um maior número de pessoas envolvidas no setor de serviços, especialmente aqueles vinculados ao espaço urbano.

Mussato e Santos (2014) observaram que a proximidade com a cidade e a facilidade no acesso são fatores que contribuíram para a ocorrência de casos de pluriatividade na agricultura familiar do município de Itapejara d'Oeste-PR, cujas características fundiárias se assemelham às de Rio Bananal. Pode-se, portanto, considerar que a distância não seria um fator limitador para o desenvolvimento da pluriatividade em Rio Bananal, mas que, também, a proximidade dos centros urbanos seria uma facilidade a mais para as famílias, contribuindo para a tomada de decisão, especialmente para as atividades intersetoriais. Provavelmente, as atividades de base agrária e para-agrícolas se concentrem nas comunidades mais distantes. Esta hipótese poderá ser confirmada em trabalhos futuros.

Da mesma forma como encontrado neste trabalho, Schneider e Conterato (2006) observaram que no Rio Grande do Sul predomina a pluriatividade intersetorial, especialmente na Serra Gaúcha, onde há um polo calçadista. Eles atribuem a predominância da intersetorialidade ou de base agrária de acordo com os contextos e relações espaciais e de mercado de cada região. Esses autores afirmam que a intersetorialidade vinculada ao espaço urbano é uma forma de permitir que indivíduos que habitam o meio rural busquem emprego no espaço urbano sem haver a necessidade de se estabelecer fluxos migratórios.

Quadro 3 – Principais tipos de pluriatividade desenvolvidos pelas famílias agricultoras estudadas da Comunidade Córrego Primavera, Rio Bananal-ES, em 2016

Tipos de Pluriatividade				
Para-agrícola	Base agrária	Intersetorial		
		Serviços	Comércio	Indústria
Artesanato (confeção de vassouras, bordados) agroindústrias artesanais (produção de queijo, produção de pães, bolos, doces)	Comércio de coco	Pedreiro, motorista de ambulância, motorista de transporte escolar, arquiteto, instrutor de autoescola, doméstica, faxineira, babá, professora, merendeira, recepcionista	Proprietário de bar, comerciário	Proprietário de serralheria, proprietário de fábrica de blocos

Fonte: elaborado pelos autores

Giannakis; Efstratoglou e Antoniadis (2018) concluíram que a pluriatividade é mais predominante em locais cuja estrutura do mercado de trabalho – com maior participação dos setores de indústrias e de serviços – e de educação são mais desenvolvidos, pois a facilidade de acesso tende a moldar a propensão dos agricultores a trabalharem em atividades não agrícolas.

Observa-se, também, que o número de pessoas envolvidas em ocupações não agrícolas em cada família, variou de uma a três, indicando que a busca por outras formas de renda e trabalho não está destinada a apenas um dos membros da família, mas pode ser desempenhada por todos os membros economicamente ativos. No entanto, o domínio de atividades que resultam em baixa remuneração torna-se preocupante no que condiz à proletarianização da mão de obra familiar, conforme observado por Schneider (2007) e representado no Quadro 3.

3.4 PRINCIPAIS FATORES MOTIVADORES DA PLURIATIVIDADE

a) Ocupação da mão de obra ociosa

A geração de renda e a empregabilidade da mão de obra ociosa foi um dos principais motivos para o desenvolvimento da pluriatividade nas propriedades familiares rurais. Vale destacar que, em relação à empregabilidade da mão de obra ociosa foram apresentados como causas: o tamanho reduzido da propriedade familiar, que influenciaria na limitação de espaço de produção e, conseqüentemente, no montante de tarefas, ocupando apenas parte dos membros das famílias, deixando outros ociosos; a mecanização da agricultura, reduzindo-se a necessidade de mão de obra, gerando a agricultura de tempo parcial; e a predominância da cafeicultura no município, cuja concentração de trabalho é sazonal, liberando os agricultores por um período do ano para o exercício de outras atividades, sendo também uma agricultura de tempo parcial (GRAZIANO DA SILVA, 1997; SCHNEIDER, 2010).

Schneider, Ferreira e Alves (2014) encontraram uma relação muito estreita entre o exercício da pluriatividade com número de membros na família e o tamanho da propriedade. Os autores afirmam que famílias numerosas em propriedades pequenas tendem a serem mais pluriativas do que as famílias em propriedades maiores. Eles atribuem ao excedente de mão de obra familiar, agravado pela mecanização da agricultura e pela sazonalidade de muitas atividades agrícolas.

Essa relação entre tamanho da propriedade e número de pessoas residentes foi observada neste estudo. Analisando as Tabelas 4 e 7, das 19 famílias estudadas, oito possuem propriedades com até cinco ha, sendo explorados por três a oito

membros na família. Ampliando a análise para um módulo fiscal, ou seja, 20 ha, que corresponde aos minifúndios, somam-se 12 famílias com número de membros variando de 3 a 8 pessoas.

É porque hoje o jovem quase não quer trabalhar na roça e a gente não tem muita terra pra trabalhar. Aí, o V. [filho] parou de estudar e foi trabalhar de pedreiro. Ele aprendeu e foi trabalhar de pedreiro. E a E. [filha]. Nós aqui a terra é pouca, você vê que eu trabalho um pouco aqui e trabalho para os outros. Aí, decidi trabalhar de empregado. Foi necessidade mesmo de trabalhar fora (AF4, proprietário de 2 ha e meeiro em outros 2 ha, 8 membros na família).

Na roça não tem o que fazer agora. O que tinha que fazer, fez. Aí tem menos serviço na fazenda e, graças a Deus, ele encontrou esse serviço aí (AF15, proprietário de 17 ha, 3 membros na família).

O excedente de mão de obra foi, dessa forma, um dos fatores que motivaram a pluriatividade conforme observado no conteúdo das falas dos agricultores entrevistados.

b) A renda familiar

Outro fator motivacional para o ingresso das famílias na pluriatividade foi a necessidade de diversificar e ampliar a renda familiar. A maior parte das famílias relatou que a renda agrícola não contribui suficientemente para a manutenção das famílias, especialmente nos períodos de entressafra. Assim, as famílias encontraram na pluriatividade uma forma de se obter renda constante que, além de aumentar o seu poder aquisitivo, sustentam suas necessidades diárias.

Ele tá lá, ele sabe que vai ter dinheiro todo mês do salário dele né? Faça chuva ou faça sol ele vai ter o seu salário e na roça as vezes seca as coisas. Quando tem alguma coisa e não colhe a tendência é baixar né? Você tem que investir hoje muito na lavoura para você ter o retorno do lucro muito pouco, muito pouco (AF7).

A gente viu que não dava só o café, tava ruim para fechar as contas. [...] Mas, é a necessidade mesmo, a necessidade que fez a gente trabalhar né? (AF18).

Schneider (2007) também explica o exercício da pluriatividade como uma forma de atender à necessidade de melhorar a renda familiar. Ele analisou a composição das rendas das famílias rurais e constatou que a renda agrícola mantém sua importância inquestionável – da mesma forma como foi observado neste estudo –, compreendendo mais da metade da renda bruta familiar anual (Tabela 4). No entanto, ele também concluiu que o papel das rendas de atividades não-agrícolas não é menos importante para a reprodução das famílias. Ele destacou, ainda, que a pluriatividade tem importância não só na geração de renda, mas também na diversificação dela, diminuindo a vulnerabilidade econômica das famílias frente às externalidades do mercado.

Assim, a diversificação da renda, bem como o esforço dos agricultores para se inserirem nos novos mercados, é uma forma de assegurar a reprodução econômica

das famílias (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002; CUNHA, 2013; SILVA; MENDES, 2014).

3.5 A RELAÇÃO ESCOLARIDADE E PLURIATIVIDADE

Há uma distribuição relativamente equitativa entre as faixas etárias na amostra estudada, sendo nove pessoas com idade até 30 anos, sete com idade entre 31 e 40 anos e treze pessoas com idade acima de 40 anos. A média de idade dos indivíduos que possuem ocupações não agrícolas foi igual a 36,8 anos (Quadro 4).

Relacionando a faixa etária com a escolaridade, observa-se que o menor grau de instrução – até o ensino fundamental – é observado nos indivíduos com idade superior a 39 anos, com exceção do indivíduo da AF4, com 22 anos e que é ajudante de pedreiro (ocupação que não exige formação acadêmica). A maior parte dos indivíduos possui formação em nível médio (dez pessoas). Com exceção do arquiteto, as outras cinco pessoas que possuem nível superior têm formação na área de educação, exercendo a função de professora. No caso da família AF21, a mãe deixou a atividade pedagógica para cuidar dos pais idosos e, como alternativa de renda, passou a administrar o bar que a família possui na comunidade.

A maior concentração de pessoas com baixo nível de escolaridade na faixa etária acima de 40 anos pode ser explicada pela dificuldade de acesso à educação em épocas anteriores. De acordo com Peres (2011) é no meio rural que se encontra os mais baixos índices de escolaridade de adultos da sociedade brasileira, girando em torno de 3,4 anos. Para este autor, os indicadores de baixa escolaridade da população adulta residente no campo demonstram a negligência do poder público quanto ao direito de acesso e permanência na escola pela população rural.

Foi até a quarta série. Até repeti a quarta série. Na época era longe pra ir pra Bananal, estrada de chão, aquela dificuldade de ir pra estudar. Daí eu não fui, por causa da prioridade. Aí, eu fiquei em casa. (AF1, 54 anos).

Nos últimos quinze anos, o acesso ao ensino médio e superior tornou-se maior para a população rural, tanto devido ao aumento da malha de rodovias pavimentadas que facilita o deslocamento, quanto à implementação de políticas de transporte escolar e de interiorização do ensino básico e superior. São as próprias mudanças econômicas, sociais e culturais que têm ocorrido no meio rural, caracterizadas como novas ruralidades, e que se aliam às políticas de expansão do ensino médio e superior e também às exigências de formação que o mercado apresenta, que produzem as novas configurações e demandas relativas à formação acadêmica dos agricultores e, especialmente, seus filhos (ZAGO, 2016). Isso explica o fato de a maior parte dos indivíduos com nível superior na amostra estudada apresentar formação na área de educação e exercer a atividade de professora das escolas municipais e estaduais.

Ao relacionar o grau de escolaridade com o tipo de ocupação não agrícola e a renda obtida com ela, observa-se que não há proporção direta. Dos seis indivíduos que possuem nível superior, dois recebem até um salário mínimo⁴ mensal e dois recebem acima de dois salários mínimos. Enquanto dos treze indivíduos que possuem nível médio, seis recebem até um salário mínimo, quatro recebem até dois salários mínimos e três recebem acima de dois salários mínimos. No nível fundamental,

⁴ O salário mínimo vigente na ocasião da pesquisa, em 2016, era de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

metade recebe até um salário mínimo, os outros cinco recebem entre um e próximo de três salários mínimos.

Quadro 4 – Relação pluriatividade, grau de parentesco, idade, escolaridade e renda das famílias entrevistadas em Rio Bananal-ES, 2016

Família	Grau de parentesco	Idade	Grau de escolaridade	ONA*	Renda mensal da ONA**
AF1	Filho	25	Superior	Serviço de arquitetura	950,00
AF2	Filho	30	Médio	Comerciário	1.000,00
AF3	Mãe	43	Médio	Agroindústria panificação	300,00
AF4	Mãe	49	Fundamental séries iniciais	Artesanato - bordados	200,00
	Filha	17	Médio incompleto	Comerciário	380,00
	Filho	22	Fundamental	Ajudante de pedreiro	2.000,00
AF6	Filho	29	Médio	Motorista de ônibus	1.600,00
AF7	Mãe	39	Fundamental incompleto	Agroindústria panificação	450,00
	Pai	43	Fundamental incompleto	Motorista de ambulância	2.300,00
AF9	Mãe	44	Pós-graduação	Professora	1.200,00
AF10	Mãe	39	Fundamental séries iniciais	Faxineira	320,00
	Filha	17	Médio	Babá	250,00
AF11	Pai	46	Fundamental séries iniciais	Confecção de vassouras	600,00
	Filha	18	Superior incompleto	Recepcionista	880,00
AF12	Mãe	53	Fundamental séries iniciais	Agroindústria queijos	900,00
AF13	Mãe	41	Superior	Professora	2.300,00
	Pai	37	Médio	Instrutor de autoescola	1.000,00
AF14	Mãe	32	Médio	Artesanato - bordados	200,00
	Pai	50	Médio	Comerciário	2.000,00
AF15	Filho	30	Médio	Pedreiro	2.200,00
AF16	Mãe	34	Superior	Professora e agroindústria	300,00/500,00
AF18	Mãe	52	Fundamental séries iniciais	Merendeira	1.000,00
	Pai	50	Médio	Fábrica de blocos	650,00
AF19	Mãe	35	Superior	Professora	2.000,00
	Pai	42	Médio	Comércio de coco	12.500,00
AF20	Mãe	45	Fundamental séries iniciais	Doméstica	440,00
AF21	Mãe	37	Pós-graduação	Proprietária de bar	450,00
	Pai	50	Fundamental	Serralheria/operador	1.000,00 / 1.416,00
AF22	Filha	21	Médio	Recepcionista	1.000,00

*Ocupação Não Agrícola

**Renda mensal aproximada autodeclarada

Fonte: elaborado pelos autores

É evidente que se situam no baixo nível de escolaridade as ocupações de pior remuneração, que seriam: doméstica, babá, faxineira e pequenas produções artesanais. Essas atividades não exigem conhecimento técnico especializado. Observa-se que os empregadores remuneram seus empregados com valores inferiores a metade do salário mínimo. O mesmo foi observado com o indivíduo da família AF4, que trabalha no comércio com uma remuneração de R\$ 380,00 mensais para turno integral. Segundo a informante, sua mãe (ensino fundamental incompleto), essa remuneração seria para o período de experiência, denotando a falta de informação sobre os direitos trabalhistas a que a filha tem direito: "Ela tem dois meses

que tá trabalhando lá. É experiência. No primeiro mês recebeu 380 reais. Diz que agora, depois da experiência, não sei quantos ela vai receber” (AF4).

O mesmo foi observado com as integrantes da família AF10, em que a mãe é faxineira e a filha, babá. Ambas recebem R\$ 320,00 e R\$ 250,00, respectivamente, sem atendimento aos seus direitos trabalhistas. Essas famílias se submetem à trabalhos de baixa remuneração e à informalidade basicamente por dois motivos, provavelmente: pelo desconhecimento de seus direitos trabalhistas e pela baixa escolaridade. Esta última é reforçada pela crença de que não haveria alternativa de renda para quem não estuda.

Como se diz, eu não tenho muito estudo. Meu estudo não é 'coiso'. É mesmo só faxina, mesmo, se eu conseguir, né? Se eu não tivesse a faxina, eu não tinha conseguido, porque eu não tenho estudo, meu estudo é fraco (AF10, 40 anos).

A baixa escolaridade pode influenciar na gestão dos empreendimentos familiares. A integrante da família AF12 trabalha com agroindústria de fabricação de queijos, com remuneração média mensal de R\$ 900,00. Ela cobra R\$ 15,00 por queijo, com peso médio de um quilograma. Para a fabricação de cada quilo de queijo, AF12 utiliza cerca de nove litros de leite. Já para a venda do leite *in natura*, AF12 cobra R\$ 2,50 por litro. Isso sugere que ela não percebe a diferença financeira na venda do produto processado em relação ao produto *in natura*. As questões relacionadas à gestão de recursos serão discutidas posteriormente.

Em contrapartida, as maiores remunerações estão associadas aos trabalhos informais como pedreiro e ajudante de pedreiro, no comércio informal de coco, além do serviço público como professora. Nota-se que o emprego como professora do estado remunera melhor que o municipal, além da estabilidade do cargo. Mas, as professoras têm remuneração similar aos ajudantes de pedreiro, dos quais não é exigido formação acadêmica. O arquiteto tem remuneração inferior à dos pedreiros e motoristas e de outros trabalhadores de nível médio e fundamental, pelo mesmo número de horas trabalhadas. Ainda assim, a escolha pela profissão foi influenciada pelo sentimento de realização pessoal, além da renda.

Por amor à profissão, mesmo. Porque ela gosta demais, eu sempre falei pra ela: você tá na pior profissão que existe, assim, em termos de rentabilidade mensal, não pelo fazer. E ela falava assim: mas eu gosto, eu amo! Se ela pudesse ficar o dia todo lecionando, ela ficava (AF9).

Conforme observado nos estudos de Bartalotti e Menezes-Filho (2007), a respeito da demanda no mercado de trabalho e formação profissional, o processo de escolha profissional depende não somente da situação do mercado de trabalho, mas também é fortemente influenciado por fatores subjetivos, que os autores consideram dificultar o acompanhamento de políticas públicas. Tais fatores subjetivos estariam relacionados à realização profissional e à necessidade imediata de renda, por exemplo. Isso corrobora as considerações de Schneider (2007) e de Redin (2012) de que a decisão pelo ingresso na pluriatividade, bem como o tipo de atividade não agrícola a ser desenvolvida, envolve a análise de fatores externos, como demanda de mercado, e de fatores internos, como o desejo profissional, grau de escolaridade, relações intrafamiliares e necessidade de renda.

Outros estudos, como os de Ney e Hoffmann (2009), apontam que as famílias mais pobres e com escassez de terra tendem a desenvolver atividades que exigem pouca qualificação e baixo investimento. Para esses autores, a influência da educação

na conformação da renda não-agrícola é muito maior do que na renda agrícola, pois as melhores rendas estariam entre as pessoas ocupadas em atividades industriais e de serviços, as quais teriam mais qualificação do que aquelas ocupadas no setor primário. Os autores afirmam que a educação seria o fator responsável pelas disparidades de rendimentos do trabalho em toda a economia rural.

No entanto, outros autores afirmam depender do contexto em que se desenvolve a pesquisa, especialmente no que se refere às condições de acesso à educação e ao mercado de trabalho. Etxezarreta *et al.* (1995) citado por Schneider, Ferreira e Alves (2014), afirma que não se pode estabelecer nenhuma relação causal direta entre o nível de escolaridade e maiores rendimentos. Além da escolaridade, há a necessidade de se considerar as características do ambiente social e econômico em que os agricultores estão inseridos, “para não incorrer em equívoco ou precipitação e concluir apressadamente que há uma relação linear entre baixos níveis de instrução e renda *per capita* baixa” (SCHNEIDER; FERREIRA; ALVES, 2014, p. 13).

3.6 O PROCESSO DA GESTÃO DE RECURSOS DA PROPRIEDADE E DA FAMÍLIA

A questão da gestão da unidade familiar se torna importante no contexto da agricultura. Em todas as famílias participantes da pesquisa foi observado o desconhecimento em administração dos recursos. Os entrevistados não souberam informar com precisão qual a área ocupada com a cultura ou o número de plantas, nem mesmo a renda bruta familiar; não consideraram a renda indireta gerada pela produção de subsistência para o cálculo da renda total; não conhecem os custos de produção das atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade; não computam a mão de obra familiar na construção do custo de produção e, muitas vezes, não souberam informar a renda obtida na ocupação não agrícola desempenhada por outros membros da família. As mulheres que exercem a produção artesanal sequer souberam informar a renda aproximada obtida com a venda dos produtos.

Ao ser questionado qual a área plantada com café, AF1, agricultor de 54 anos, não soube informar: “Deve ter o quê? Não dá dois alqueires⁵ [de café]. [...] Dá não. Coloca meio alqueire, pode colocar”. Quanto a produção, a situação foi a mesma: “Não sei como colocar. Este ano deu bem menos. O ano passado deu umas 80 sacas. Este ano não deu nem um terço. Fica difícil colocar”. A esposa completou: “Umas 30, deu este ano, né? [...] Não, coloca menos. Umas 27, vou colocar 27 [sacas de café]”.

A produtora de pães, bolos e doces AF7 considera difícil calcular a renda com a produção dos quitutes, pois depende de encomenda, não sendo uma renda contínua e fixa.

É difícil calcular, tipo assim, não é sempre que eu tenho encomenda. Vamos supor uma semana que eu tenho um casamento, dá pra mim tirar bem, mas tem semana que eu quase não tenho encomenda, entendeu? Esta semana mesmo acho que só fiz duzentos reais. Então, de uma semana para outra varia muito, de um mês para o outro. Já tem época em que você pega, igual para o dia das mães mesmo, eu fiquei até meia noite em pé fazendo coisas, porque não dava conta, entendeu? Aí varia muito por isso [...]. Teve mês no dia das mães mesmo, eu tirei líquido quinhentos e poucos reais por semana de massas

⁵ No Estado do Espírito Santo o alqueire de referência é o geométrico, que corresponde a 4,84 ha (BRASIL, 2011).

e doces. Então, depende. Por mês, pode colocar assim, uns quatrocentos a quatrocentos e cinquenta reais, chega (AF7).

Outras particularidades são observadas, como já citado o caso da produtora de queijos AF12. Além de não saber informar a produção agropecuária da família, também não sabia estimar a renda com a venda de leite *in natura* nem da produção de queijos. Para se estimar a renda obtida com a venda de queijos, os autores se basearam na quantidade de unidades vendidas por semana, multiplicando-se pelo preço cobrado pela produtora. Ao analisar a renda oriunda do processamento do leite, chegou-se à conclusão de que a produtora não valoriza suficientemente a transformação. Observa-se, portanto, que cálculos simples de custo de produção são negligenciados pelos produtores que não percebem quando têm prejuízos ou lucros em suas atividades produtivas.

Analisando-se as entrevistas, foi possível saber que a maior parte dos indivíduos (21) com ocupações não agrícolas utiliza a renda não agrícola para atender às despesas familiares. Estudos demonstram que renda de atividades não agrícolas contribui para o sustento da família e para suprir as ineficiências na atividade agrícola (SCHNEIDER, 2010; VIRGOLIN; HILLING; FROEHLICH, 2015), indicando a importância do papel da pluriatividade na própria manutenção dos agricultores familiares no campo.

No entanto, a deficiência na gestão dos recursos pode comprometer os rendimentos da família. De acordo com Favaro e Nogueira (2017), grande parte dos agricultores não possui o hábito de anotar as entradas e as saídas de recursos e, mesmo os que o fazem, não utilizam das informações para a tomada de decisões, devido ao pouco conhecimento de gestão financeira.

Kimura (1998) citado por Reichert e Gomes (2013) afirma que a atividade agrícola está exposta a riscos de produção, operacionais, financeiros e de mercado. Segundo este autor, o planejamento e gerenciamento podem controlar ou minimizar os riscos de produção, operacionais e financeiros. No entanto, os riscos de mercado podem inviabilizar o processo de produção, devido à flutuação de preços, não sendo possível ter um controle sobre ele. O excesso de oferta ou a falta de demanda seriam os principais fatores de risco de mercado.

Para Redin (2013), os agricultores familiares têm dificuldade de gerir seus bens e controlar os custos reais de seus investimentos, mesmo quando têm noção do pagamento de juros ou dispendendo altos valores. O autor cita que há uma necessidade de se instituir um controle mais rigoroso das ações financeiras praticadas pelas famílias, o que contribuiria para as tomadas de decisão futuras. Ele atribui essa negligência por parte do agricultor ao não domínio administrativo em decorrência da baixa formação escolar.

Reichert e Gomes (2013) afirmam, portanto, que nem sempre as decisões são fáceis de serem tomadas, pois os agricultores necessitam de mais conhecimentos sobre gestão. A tarefa de decidir se torna difícil e complexa quando os agricultores não dispõem de todas as informações no momento de tomada de decisão. Os autores deixam claro que a agricultura familiar não segue a lógica da racionalidade econômica da maximização de lucros. Aspectos sociais, ambientais, culturais, éticos e ideológicos são considerados no momento da tomada de decisão. O conhecimento empírico dos agricultores também deve ser considerado, haja vista que eles tomam as decisões a partir da totalidade do sistema, valendo-se do seu bom senso, da intuição e de regras percebidas ou estipuladas por eles.

Dessa forma, o problema da gestão da propriedade familiar deve ser considerado nas políticas públicas e pelos técnicos que acompanham esses agricultores. A orientação na elaboração do custo de produção e no processo de

gestão de recursos humanos e materiais deve fazer parte do dia a dia da extensão rural, seja ela praticada pelos órgãos oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), seja pelos setores de representação da agricultura familiar, como o STRRB.

A gestão adequada da produção agropecuária, aliada à pluriatividade, pode contribuir para a geração de emprego e renda para a agricultura familiar, para a manutenção das famílias no campo e para o seu crescimento econômico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise dos dados empíricos foi possível concluir que a pluriatividade foi um importante fator de geração de emprego e renda para as famílias estudadas.

Mesmo para as famílias que apresentaram baixa proporção de renda não agrícola no montante total da renda familiar, a pluriatividade representou maior independência financeira da família em relação aos rendimentos agropecuários. Pelo fato de as principais culturas agrícolas desenvolvidas pelas famílias estudadas serem de safras sazonais, como o café e a pimenta-do-reino, a pluriatividade serviu como uma fonte contínua e fixa de renda, para a maioria das famílias. Especialmente no período de crise hídrica que a região enfrentou, a queda da produção comprometeu a renda familiar, mas as atividades não agrícolas tornaram-nas flexíveis em sua adaptação à crise por diversificar suas fontes de renda.

Conclui-se que os principais fatores que influenciaram no ingresso das famílias na pluriatividade foram as questões relacionadas à renda, já mencionadas, e à empregabilidade da mão de obra ociosa. Esta última faz referência ao reduzido tamanho das propriedades que não dispõem de espaço suficiente para empregar toda a mão de obra familiar, a qual se torna excedente. O uso de tecnologias reduz a necessidade de mão de obra que, aliado à concentração sazonal dos tratamentos culturais nas atividades agrícolas, gera ociosidade da mão de obra em parte do ano. Esses fatores contribuem para a busca de outras formas de ocupação e renda pelos membros das famílias.

Conclui-se que a proximidade da Comunidade Córrego Primavera do centro urbano de Rio Bananal pode ter influenciado no predomínio da pluriatividade intersetorial, especialmente em serviços na zona urbana.

Também foi possível concluir que as famílias, em geral, desconhecem os custos de produção e os processos administrativos, comprometendo a eficiência na gestão dos recursos humanos e materiais da família.

Não se pretendeu generalizar para todos os contextos da agricultura familiar as conclusões deste trabalho, mas compreender a realidade das famílias estudadas e, a partir daí tecer considerações que possam contribuir para novos estudos. Assim, considera-se que a pesquisa sobre a pluriatividade no município de Rio Bananal e região deve ser estendida, objetivando o estudo comparativo das famílias pluriativas com as famílias monoativas, buscando o entendimento das relações produtivas e do processo de decisão dos agricultores diante das externalidades ambientais, sociais e de mercado. Também devem ser estudadas outras comunidades com o objetivo de se verificar o quanto a proximidade do centro urbano influencia no predomínio de algum tipo de pluriatividade naquela região. Os resultados desses estudos podem contribuir para a orientação de políticas de geração de emprego e renda no espaço rural da Microrregião Rio Doce, baseado nos contextos socioeconômicos, culturais e estruturais em que as famílias agricultoras se inserem.

5. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTALOTTI, O.; MENEZES-FILHO, N. A relação entre o desempenho da carreira no mercado de trabalho e a escolha profissional dos jovens. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.11, n.4, p.487-505, out./dez.2007.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p.1.

BRASIL. **ITR 2011**: Manual de Preenchimento da Declaração. Brasília: Secretaria da Receita Federal, 2011. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/ditr-declaracao-do-imposto-sobre-a-propriedade-territorial-rural/programa-gerador-da-declaracao-pgd-ditr-perguntas-e-respostas-e-base-legal/2011/manualdepreenchimentoditr2011.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2018.

BRASIL. **Perfil territorial** – Juparanã-ES. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_108_Juparan%C3%83%C2%A3%20-%20ES.pdf. Acesso em: 29 out. 2016.

CUNHA, A.S. **Agricultura familiar e suas estratégias de resistência na Campanha Gaúcha**: o caso do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica – Manoel Viana/RS. 2013. 133f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria.

DEWES, J.O. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling**: uma descrição dos métodos. 2013. 53f. Monografia (Bacharelado em Estatística) – Curso de Estatística – Bacharelado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ESPÍRITO SANTO. Seca no ES: prejuízo de mais de R\$ 3,6 bilhões na agricultura. Portal do governo do estado do Espírito Santo. **Notícias**, Vitória, 19 set. 2016. Disponível em: http://www.es.gov.br/noticias/182678/seca-no-es-prejuizo-de-mais-de-r-36-bilhoes-na-agricultura.htms_sh. Acesso em: 02 nov. 2016.

FAVARO, K.J.; NOGUEIRA, D.R. Produtor rural familiar: um estudo sobre a adesão aos controles de custos na cidade de Londrina-PR. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.24, n.4, p.102-117, out./dez. 2017.

FONTANELLA, B.J.B. *et al.* Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.27, n.2, p.389-394, fev. 2011.

GIANNAKIS, E.; EFSTRATOGLU, S.; ANTONIADES, A. Off-farm employment and economic crisis: evidence from Cyprus. **Agriculture**, Basel, Switzerland, v.8; n.41, 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2077-0472/8/3/41/pdf>. Acesso em: 05 dez. 2018.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Agricultura Familiar: Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 267p.

IBGE. **Cidades@**. Rio Bananal. 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320435&search=espirito-santo|rio-bananal>. Acesso em: 26 fev. 2016.

IBGE. **Produção da pecuária municipal 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. v.43. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/1KCYP>. Acesso em: 30 out. 2016.

INCAPER. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural PROATER 2011-2013**: Rio Bananal. Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Governo do Estado do Espírito Santo. 2011. Disponível em: https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Rio_Bananal.pdf. Acesso em: 28 out. 2016.

INCAPER. **Acompanhamento semanal de preços recebidos pelos produtores: SISPREÇO – Outubro/2016**. Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Governo do Estado do Espírito Santo. s.d. Disponível em: https://incaper.es.gov.br/Media/incaper/PDF/sispreco2016/10_Outubro-1.pdf. Acesso em: 23 mar. 2017.

INCRA. **Classificação dos imóveis rurais**. s. d. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MUSSATO, R.M.; SANTOS, R.A. Pluriatividade na agricultura familiar do município de Itapejara d' Oeste-PR. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória, ES. **Anais...** Vitória: ABG, 2014.

NEY; M.G.; HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.47, n.01, p.147-182, jan./mar. 2009.

PERES, M.A. de C. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.26, n.3, p.631-661, set./dez. 2011.

REDIN, E. Estratégias de reprodução na agricultura familiar – um campo em permanente construção. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v.6, n.13, p.155-173, set./dez. 2012. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/521/912>. Acesso em 23 mar. 2017.

REDIN, E. Muito além da produção e comercialização: dificuldades e limitações da agricultura familiar. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v.6, n.12, p.111-151, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/872/566>. Acesso em 23 mar. 2017.

REICHERT, L.J.; GOMES, M.C. O processo administrativo e a tomada de decisão de agricultores familiares em transição agroecológica. **Revista de la Facultad de Agronomía**, La Plata, v.112, n.2, p.105-113, 2013.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista Política Agrícola**, Brasília, v.16, n.3, p.15-34, 2007.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M.A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Org.). **Entre el Campo y la Ciudad**: Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2014.

SILVA, J.F.G. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo horizonte. v. 7, n.1, p. 43-81, mai. 1997.

SILVA, J.F.G.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n.1, p. 37-67, jan./abr. 2002.

SILVA, J.M.; MENDES, E. de P.P. Agricultores familiares e reprodução social: as comunidades Cruzeiros dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO). In: NEVES, A.F. *et al.* (Org.). **Coletânea interdisciplinar em pesquisa, pós-graduação e inovação**. São Paulo: Blucher, 2014. p. 241-255. v 1.

VIRGOLIN, I.W.C.; HILLING, C.; FROEHLICH, J.M. Um estudo sobre os sentidos do trabalho para os agricultores familiares a partir da pluriatividade. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.22, n.4, p.116-135, out./dez. 2015.

WANDERLEY, M. de N.B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.87-145, out. 2000.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.21 n.64, p.61-78, jan./mar. 2016.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO RURAL: UM ESTUDO DE CASO NA MICRORREGIÃO E MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS

Mariele Boscardin¹
Rosani Marisa Spanevello²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo traçar um panorama das principais características sociodemográficas da população rural da microrregião e especialmente do município de Frederico Westphalen, norte do estado do Rio Grande do Sul, bem como discutir as implicações destas características para o meio rural local, com base nos dados do IBGE. De modo geral, a análise aponta que a região não foge ao padrão nacional e estadual no que tange às mudanças demográficas, caracterizada especialmente pela redução da população jovem e acréscimo na população idosa. Estas características não apenas confirmam mudanças na estrutura etária populacional, mas também revelam a emergência de “novas dinâmicas” do meio rural, demonstrando que muitos agricultores podem estar exercendo a atividade agropecuária associada ao recebimento da aposentadoria rural. Nestes casos, são agricultores que tendem a diminuir a capacidade produtiva e a produção agropecuária em razão de limitações de ordem física.

Palavras chaves: envelhecimento, estrutura etária, migração.

DEMOGRAPHIC DYNAMICS OF THE RURAL POPULATION: A CASE STUDY IN THE MICROREGION AND MUNICIPALITY OF FREDERICO WESTPHALEN/RS

ABSTRACT

The objective of this study is to outline the main socio-demographic characteristics of the rural population of the micro-region and especially of the municipality of Frederico Westphalen, in the northern state of Rio Grande do Sul, as well as to discuss the implications of these characteristics for the local rural environment. in the IBGE data. In general, the analysis shows that the region does not escape the national and state standard regarding demographic changes, characterized especially by the reduction of the young population and increase in the elderly population. These characteristics not only confirm changes in the age structure of the population, but also reveal the emergence of "new dynamics" of the rural environment, demonstrating that many farmers may be engaged in agricultural activity associated with receiving rural

¹ Graduada em Zootecnia (UFSM). Mestrado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). E-mail: marieleboscardin@hotmail.com

² Graduada em Agronomia (UFSM). Mestrado em Extensão Rural (UFSM). Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professora Adjunta na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Palmeira das Missões. E-mail: rspanello@yahoo.com.br

retirement. In these cases, they are farmers who tend to reduce productive capacity and agricultural production due to physical limitations.

Key Words: age structure, aging, migration.

1. INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro tem protagonizado nas últimas décadas uma série de transformações em decorrência de diversos fatores. Talvez a que mais ganhou notoriedade e ainda recebe “rios de tinta” refere-se à modernização da agricultura, fundamentalmente em função do seu viés tecnológico.

Notadamente, este amplo processo de mudança na base técnica da agricultura ocasionou alterações significativas na alocação dos meios de produção, especialmente capital e mão de obra, com reflexos expressivos nas dinâmicas tecnológicas e produtivas das atividades agropecuárias, nas economias locais, regionais e nacionais e no meio ambiente. Estas compreensões e reflexões estão balizadas, sobretudo, pelos debates mais clássicos de Kageyama (1987) e Silva (1996), que se propuseram em analisar a modernização da agricultura e seus efeitos.

Entretanto, este processo, também resultou em alterações e fenômenos demográficos intensos, como é o caso das migrações rural-urbanas, ocasionadas paralelamente à incorporação de modernas tecnologias, poupadoras de mão de obra. Em suma, cabe dizer que a tecnologia dominou a agricultura, buscando o aumento da produtividade das propriedades por meio do uso de maquinários e pacotes tecnológicos (insumos), reduzindo assim a necessidade de mão de obra, o que resultou em intenso êxodo rural.

Conforme destaca Schneider (1994), esse deslocamento de expressivo número de pessoas para o meio urbano ocorrido no Brasil pode ser explicado pelo reflexo das transformações ocorridas na esfera da organização da produção e da realocação de recursos econômicos ocorridos naquele momento.

A respeito disso, Balsadi e Silva (2008), salientam que, esse processo de modernização da agricultura acabou “destruindo” empregos agrícolas devido à fatores como, crescente especialização na produção das principais *commodities*, mecanização que se aprofundou na agricultura de grande escala, a qual empregava poucos trabalhadores, crescente importância da terceirização e prestação de serviços na agricultura, entre outras razões.

Ainda de acordo com Schneider (1994), na década de 1970 cerca de 16 milhões de brasileiros deixaram o meio rural. No caso do Rio Grande do Sul, aproximadamente 1,2 milhões de gaúchos seguiram este mesmo destino. Estes dados, atrelados a outras variáveis, levam-nos a crer que a modernização da agricultura foi um fator de aceleração da saída das pessoas do meio rural rumo ao meio urbano.

Deste modo, apesar das relativas controvérsias na delimitação do espaço rural *versus* espaço urbano, conforme mostra o trabalho de Veiga (2002), estudos como o de Camarano e Abramovay (1999) e Anjos e Caldas (2005) apontam para um acelerado processo de redução da população rural brasileira, sobretudo a partir dos anos 60. Este processo transformou o Brasil de uma sociedade predominantemente rural para uma sociedade urbana.

Atualmente, ao analisarmos dados estatísticos referentes à população, é possível constatar que esse deslocamento de pessoas, iniciado, sobretudo, a partir de 1960, permanece até os dias atuais, mesmo que em menor proporção, porém transforma-se, nas últimas décadas, de um êxodo rural “generalizado” para um

processo mais “seletivo”. (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; ANJOS; CALDAS, 2005; FROELICH, et al., 2011).

Em outras palavras, Froehlich et al. (2011) explicam que até aproximadamente a década de 1980 o êxodo rural apresentava-se de forma bastante intensa, porém uniforme, quanto ao sexo e idade, ou seja, toda a família deixava o meio rural rumo aos centros urbanos, motivada principalmente pelas condições adversas ocasionadas pela modernização conservadora da agricultura, combinada com o acelerado processo de industrialização do país e a demanda por mão de obra barata no meio urbano. Após esse período, a migração remete às cidades a população mais jovem, ou seja, em idade ativa e altamente produtiva, deixando para trás uma população envelhecida, e, em alguns casos ainda, com predominância feminina, acelerando o fenômeno de envelhecimento e cristalizando a masculinização da população rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; ANJOS; CALDAS, 2005).

Somada à migração dos jovens, a evolução das variáveis demográficas, especialmente as quedas nas taxas de fecundidade entre as mulheres e o aumento na expectativa de vida, acentuam ainda mais a tendência ao envelhecimento populacional rural em períodos mais recentes.

A partir dos aspectos mencionados, este artigo tem como objetivo traçar um panorama das principais características sociodemográficas, da população rural da microrregião e especialmente do município de Frederico Westphalen, norte do estado do Rio Grande do Sul, bem como discutir as implicações destas características para o meio rural local. Contudo, destaca-se já de antemão as limitações do presente estudo devido à complexidade de se trabalhar com o recorte do rural, visto que a delimitação do espaço rural e urbano envolve questões políticas e não apenas as características que determinam essa condição.

A escolha da referida região de estudo deu-se fundamentalmente a partir de critérios objetivos, indicados por meio de dados secundários que por sua vez estariam vinculados aos elementos conceituais. Frederico Westphalen é o município mais representativo, dentre os demais que compõe a microrregião, em basicamente duas características, as quais contribuíram para sua escolha. A primeira diz respeito ao baixo percentual de pessoas residindo no meio rural (apenas 19%) e a segunda característica refere-se ao fato de a maior parte dos estabelecimentos agropecuários serem “chefiados” por pessoas com idade superior a 55 anos (38,9%), e apenas 0,43% dos estabelecimentos por pessoas jovens, com idade igual ou inferior a 25 anos.

Para a construção do trabalho, utilizou-se de dados secundários, os quais foram obtidos por meio dos censos demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como dos censos agropecuários (2007 e 2017).

2. REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

2.1. AS QUESTÕES DEMOGRÁFICAS E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As questões demográficas, especialmente no que tange aos seus impactos e desafios para o crescimento econômico dos países, historicamente impulsionam acalorados debates, predominantemente por economistas e demógrafos ao longo do tempo. Ainda ao final do século XVIII, estas questões já eram alvo de discussões filosóficas entre o iluminista Jean Antonio Nicholas Caricot, Marquês de Condorcet, e o pastor anglicano Thomas Robert Malthus (GODOI, 2014).

Antecipa-se, de antemão, que as discussões iniciais a respeito do tema tinham por base a preocupação com a explosão populacional, especialmente nos espaços urbanos. Na concepção dos pensadores Malthus e Condorcet, o crescimento populacional era visto sobre duas perspectivas. De um lado, através de uma visão otimista, Condorcet acreditava que o crescimento populacional dar-se-ia de forma equilibrada, uma vez que as taxas de fecundidade e mortalidade se reduziram ao longo do tempo. Por outro lado, através de um viés mais pessimista, Malthus pensava que o crescimento populacional seria um fator limitante para o desenvolvimento econômico, tendo em vista que a população se encaminhava para um crescimento acima de sua capacidade de abastecimento (KIELING, 2009; GODOI, 2014).

No que diz respeito aos estudos realizados no âmbito nacional acerca das questões demográficas, cabe destacar algumas instituições e institutos que têm dedicado parte de suas pesquisas a estas questões, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bem como a própria Fundação de Economia e Estatística (FEE) e o Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE).

Tratando-se do IPEA, os estudos, em sua maioria, têm dado ênfase principalmente às inter-relações existentes entre as dinâmicas demográficas e econômicas e as demandas por políticas públicas. Desde que o IPEA foi fundado, em 1964, muitas mudanças no que tange à dinâmica populacional e demográfica brasileira foram ocorrendo. Inicialmente, coincidindo com sua fundação, a população crescia às mais elevadas taxas já verificadas.

Deste modo, conforme indica Camarano (2014), foi a partir de meados do século passado que estes estudos passaram a ganhar maior força e visibilidade por planejadores e líderes políticos, bem como cientistas sociais. Para estes pensadores, o rápido crescimento populacional reduziria o potencial de crescimento econômico dos países, principalmente daqueles menos desenvolvidos, como o caso do Brasil. Recentemente, após aproximadamente 50 anos de fundação do IPEA, a população se encaminha para uma redução relativa nas taxas de crescimento.

Neste sentido, os estudos referentes ao envelhecimento populacional bem como suas consequências têm sido alvo de intensas preocupações e indagações. O referido tema ganhou relevância, tendo em vista que o aumento no contingente de pessoas idosas reflete significativamente no crescimento econômico, no mercado de trabalho e nas demandas por políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à previdência social.

A esse respeito, Camarano (2014) destaca que, diante do fenômeno de envelhecimento populacional surgem determinadas restrições no médio e longo prazo para o crescimento econômico, tendo em vista que em algumas situações as gerações mais velhas são menos produtivas e mais resistentes à incorporação de mudanças tecnológicas. Sendo assim, o envelhecimento da força de trabalho pode ocasionar crescimento mais lento da produtividade.

2.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO E TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

No Brasil, no que tange às questões demográficas, as mudanças e transformações ocorreram especialmente a partir da década de 1950. Em linhas gerais, Alves e Cavenaghi (2012) ressaltam que essas transformações estão relacionadas de alguma forma entre si e referem-se especialmente ao crescimento populacional, declínio nas taxas de fecundidade e mortalidade, entre outras questões.

Em relação ao crescimento populacional, os mesmos autores indicam que a população brasileira cresceu aproximadamente 20 vezes entre 1872 e 2010, atingindo o máximo de crescimento nas décadas de 1950 e 1960 e reduzindo o ritmo a partir de 1970, sendo que, deverá continuar crescendo lentamente até 2030, para, em seguida, fazer a transição para o decréscimo.

A respeito da população rural e urbana, houve um significativo acréscimo entre os residentes do meio urbano, os quais representavam um total de 19 milhões, em 1950, passando a representar 161 milhões, em 2010, havendo assim um crescimento percentual de 36% para 84% da população urbana em relação ao total da população (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

Uma terceira transformação consiste no declínio das taxas de mortalidade e natalidade. Estes indicadores fazem com que o Brasil deixe de apresentar uma estrutura etária jovem, passando para uma estrutura adulta e se encaminhando para uma estrutura etária envelhecida.

A respeito disso, Ávila e Machado (2015), ressaltam que este processo de transição demográfica sempre inicia com a queda das taxas de mortalidade, e, portanto, com o aumento da esperança de vida, e depois de um determinado período de tempo, que varia entre os países, as taxas de natalidade também iniciam um processo de declínio, ocasionando redução nas taxas de crescimento populacional como um todo e mudanças na estrutura etária no sentido do envelhecimento. A diferença entre estes dois fenômenos gera num primeiro momento crescimento populacional, tendo em vista que as taxas de fecundidade começam a declinar somente um tempo após a mortalidade.

Em síntese, o envelhecimento populacional é uma consequência da transição demográfica. Conceitualmente abordando o termo, Carvalho e Garcia (2003) destacam que o mesmo refere-se a maior proporção de idosos em relação ao conjunto total da população. Conforme projeções de Alves e Cavenaghi (2012), a partir do ano de 2040 haverá no Brasil mais idosos do que jovens.

De acordo com dados do Banco Mundial (2011), em 1980 os índices de envelhecimento eram iguais a 10,5, aumentando para 18,3 e 26,7 nos anos de 2000 e 2010, respectivamente. Além disso, a tendência é que esses índices aumentem ainda mais, ou seja, em 2050 essa proporção poderá ser de 100 crianças para 172,7 idosos.

Em suma, taxas de natalidade e mortalidade menores transformam a estrutura etária da população. De acordo com o IBGE, a taxa de mortalidade refere-se à um índice demográfico obtido pela relação entre o número de mortos de uma população e um determinado espaço de tempo, normalmente, um ano.

A evolução nos níveis de mortalidade pode ser avaliada por meio da esperança de vida ao nascer, que constitui um indicador síntese dessa variável, sendo expresso pelo número de anos esperados que se viva um recém-nascido estando este exposto às taxas de mortalidade observadas em uma determinada população em dado período.

Conforme dados do IBGE, na década de 1980 a expectativa de vida do brasileiro era igual 62,52 anos, aumentando para 73,76 em 2010. Isso significa dizer que houve um acréscimo de 11,24 anos em apenas 30 anos. As principais causas da redução nos níveis de mortalidade dizem respeito ao avanço no sistema de saúde pública e previdência social, além de avanços na indústria química farmacêutica que auxiliaram na redução e controle de diversas doenças.

Em relação às taxas de fecundidade totais, de acordo com a definição do IBGE, as mesmas referem-se a uma estimativa do número médio de filhos que uma mulher apresenta ao longo da vida durante sua fase fértil ou período reprodutivo,

sendo calculada pela razão entre o número de nascimentos e o número de mulheres em idade fértil, e representada pelo período reprodutivo entre 15 a 49 anos.

Nas últimas décadas, evidenciou-se grande redução nos níveis desta variável, o que tem gerado uma transição nos níveis de fecundidade. As taxas de fecundidade entre as brasileiras, representado por 6,2 filhos por mulher em 1940, reduziram-se para 1,9 filhos por mulher em 2010, devendo chegar a 1,7 filhos por mulher em 2020.

Para Carvalho e Wong (2008), a fecundidade é o que impacta de forma mais significativa na estrutura etária populacional. No caso brasileiro, a acentuada queda nos níveis deste indicador ao longo das décadas foi o principal fator desencadeador da redução nas taxas de crescimento populacional, conforme Zuanazzi (2015) ressalta, o qual passou de 3,04% em 1960 para 1,05% em 2008, e, de acordo com projeções, poderá chegar a valor negativo em 2050, representado por -0,291%.

No Brasil, o processo de transição, ou seja, a passagem de elevados níveis de fecundidade para níveis inferiores tem acontecido de forma bastante rápida comparativamente aos demais países do mundo. Neste sentido, Wong e Carvalho (2006) indicam que a maior parte dos países europeus levou quase um século para completar essa mesma transição. Suécia e Inglaterra, por exemplo, levaram cerca de seis décadas para diminuir 50% de seus níveis de fecundidade, enquanto que o Brasil experimentou um declínio similar em apenas um quarto de século. Esta situação reflete na queda da fecundidade que vem se mostrando generalizada em todo o território brasileiro, embora as desigualdades socioeconômicas tenham adiado, em parte, o início desse processo nas regiões menos desenvolvidas.

Analisando esta variável por situação de domicílio, Godoi (2014) com base nos dados do IBGE, evidencia que nas últimas décadas as diferenças entre mulheres residentes no meio urbano e no meio rural reduziram-se. Em 1970 a diferença era de 3,1 filhos, passando para 1,31 em 2000 e 0,84 filhos em 2010. Ou seja, no ano de 2000 as taxas de fecundidade entre as mulheres residentes no meio urbano equivaliam a 2,18 e no meio rural, 3,49 filhos por mulher. Em 2010, houve uma redução, passando a representar 1,79, no meio urbano e 2,63 filhos por mulher no meio rural.

Em relação às regiões brasileiras, Zuanazzi (2015) indica que a Região Sul e a Sudeste, alcançaram taxas de fecundidade abaixo dos níveis de reposição no início dos anos 2000, com uma tendência de redução acelerada. Enquanto o país, como um todo, baixou desse patamar somente em meados daquela década.

A taxa de reposição populacional, como o próprio nome indica, corresponde a reposição da população e está intimamente relacionada com a taxa de fecundidade. Segundo o IBGE, a média de fecundidade deve ser de 2,1, uma vez que um casal é formado por duas pessoas, o que equilibra o número de habitantes. Em outras palavras, para assegurar a reposição populacional, o número de filhos por mulher deve ser superior a 2,1.

Contudo, a tendência de diminuição da fecundidade permaneceu em todas as unidades federativas, conforme apontam os dois últimos censos e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs). De acordo com Zuanazzi (2015), no caso do Rio Grande do Sul, em 2010, o estado apresentava taxa de fecundidade entre as mulheres de 1,75, o que o colocava em quinto lugar no ranking de menor valor entre todos os estados brasileiros, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Distrito Federal.

Considerando as taxas de fecundidade via Regiões Funcionais de Planejamento (RFP) do estado do Rio Grande do Sul, o mesmo autor não encontrou diferenças significativas em relação à taxa de fecundidade, embora a região da Serra Gaúcha apresente a menor taxa (1,50) e Fronteira Oeste e Litoral, as maiores,

respectivamente, 1,96 e 1,94. As RFP que representam o Norte do Rio Grande do Sul, local de realização deste estudo, apresentaram taxas de fecundidade igual a 1,79 e 1,76, sendo estas superiores à média estadual.

Já ao verificar a taxa de fecundidade entre as mulheres gaúchas separadas por raça, Zuanazzi (2015) evidenciou que as mulheres declaradas brancas apresentaram taxas abaixo do nível de reposição em 2010. Já as gaúchas negras e pardas encontravam-se ligeiramente acima desse nível, e as indígenas, embora não tenham apresentado tamanho amostral suficiente, estavam em um patamar de mais de três filhos por mulher.

O autor explica esses resultados indicando que, essa relação está associada ao nível salarial e educacional, que é maior, em média, entre brancos do que entre negros e pardos, que, por sua vez, possuem níveis maiores do que os indígenas. Entretanto, cabe ainda salientar que entre 2000 e 2010 houve redução da fecundidade entre todas as raças, seguindo o padrão verificado no total da população.

Tratando-se das taxas de fecundidade no Rio Grande do Sul por situação de domicílio, Zuanazzi (2015), observa que, em 2010, as moradoras de áreas rurais e as de áreas urbanas apresentavam, respectivamente, taxas de fecundidade igual ou abaixo do nível de reposição, sendo representado por 2,01 para as gaúchas residentes no meio rural, frente a 1,70 das residentes em áreas urbanas.

Esse valor mais elevado para as residentes no meio rural pode estar relacionado com as diferenças nas rendas médias entre as mulheres residentes no meio urbano e as residentes no meio rural, que eram 567 e 437 reais, respectivamente. Além disso, esse maior número de filhos entre as residentes do meio rural pode estar relacionado ao auxílio dos filhos na realização do trabalho, especialmente quando se refere à agricultura familiar, tendo em vista que os mesmos são introduzidos no trabalho familiar desde cedo, desempenhando tarefas úteis, como limpeza, plantio, colheita e cuidado com os irmãos menores (ZUANAZZI, 2015).

Com base nos dados apresentados, observa-se que, apesar das taxas de fecundidade entre as mulheres residentes no meio rural permanecerem maiores comparativamente às mulheres residentes no meio urbano, a redução ocorreu de forma bastante significativa, sobretudo, entre os anos de 2000 e 2010.

Tratando-se especialmente do meio rural, Maia e Buanain (2015) ressaltam que, simultaneamente à redução no número de filhos reduziu-se também a disponibilidade de mão de obra para a atividade agrícola. Sobre esta questão, os dados dos censos agropecuários apontam que desde 1980 se observa uma redução no número médio de pessoas por família ocupadas na agricultura. Em 1980 eram 4,10; passando para 4,03 em 1985; 3,65 em 1996; e 3,20 em 2006.

Essa diminuição no número total de pessoas ocupadas sinaliza uma tendência importante em relação às ocupações na agricultura, embora o número total de estabelecimentos agropecuários tenha apresentado uma tendência de aumento. Ou seja, mesmo gerando mais estabelecimentos agropecuários (avanço sobre o Cerrado e Amazônia e também por conta dos assentamentos de reforma agrária) os dados indicam que o cenário é de núcleos familiares menores e menos pessoas ocupadas na agricultura.

A esse respeito, Silvestro et al. (2001) indicam que o reduzido número de pessoas por famílias ocupadas na agricultura, sobretudo jovens, acaba ocasionando problemas semelhantes ao que é constatado na Europa, que é o destino comprometido de grande quantidade de propriedades familiares devido à ausência de sucessores para dar continuidade às propriedades, especialmente as familiares.

Por fim, cabe destacar ainda que, paralelamente a evolução nas variáveis demográficas, especialmente, redução no número de filhos devido à queda nas taxas de fecundidade somada à migração no sentido rural/urbano da população jovem e em

idade ativa, emergem desafios para a manutenção das propriedades familiares no médio e longo prazo. A dinâmica demográfica da população rural da microrregião e do município de Frederico Westphalen será retratada na seção seguinte.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO RURAL NA MICRORREGIÃO E NO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN

A microrregião de Frederico Westphalen³ é uma das 35 microrregiões do estado do Rio Grande do Sul, composta por 27 municípios e uma área total de 5.182,529 km², pertencendo à Mesorregião Noroeste Rio-Grandense. Em 2010, data do último censo demográfico, a população era 174.664 habitantes. A FEE estima que em 2015 essa população perfazia um total de 176.944 pessoas, representando um pequeno acréscimo em relação ao último censo demográfico.

Em relação ao município de Frederico Westphalen, o mesmo localiza-se geograficamente ao norte do estado do Rio Grande do Sul, possui área total de 264,56 km² e densidade demográfica igual a 109,04 hab/km², demonstrando que o município apresenta esta variável alta, comparativamente ao estado do Rio Grande do Sul que possui média de 37,96 hab/km², conforme indicam os dados do censo demográfico de 2010.

De acordo com o último censo demográfico, a população municipal era de 28.843 habitantes. A FEE estima que em 2015 a população passou a ser representada por um total de 30.800 habitantes, indicando que houve um acréscimo considerável em relação ao censo demográfico de 2010. A evolução populacional nos últimos 40 anos para a microrregião e o município é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Dinâmica populacional da microrregião e do município de Frederico Westphalen no período de 1970 a 2010.

		Ano do Censo Populacional					
		1991	%	2000	%	2010	%
Micro.	Urbana	62.682	31,4	83.704	45,3	93.248	53,4
	Rural	137.123	68,6	101.058	54,7	81.357	46,6
	Total	199.805	100	184.713	100	174.664	100
Munic.	Urbana	14.766	58,2	20.433	76,4	23.333	80,9
	Rural	10.169	40,8	6.326	23,6	5.510	19,1
	Total	24.935	100	26.759	100	28.843	100

Fonte: IBGE (Censos Populacionais de 1991, 2000 e 2010). Elaborada pelos autores.

³ Os municípios que integram a microrregião são: Alpestre, Ametista do Sul, Caiçara, Constantina, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Liberato Salzano, Nonoai, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Palmitinho, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Rondinha, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre. Destes, Frederico Westphalen é considerado o principal centro urbano ou o "município polo regional", seja econômico ou de atração populacional.

A população total da microrregião de Frederico Westphalen apresentou diminuição no número total de habitantes ao longo do período analisado. Em relação às maiores perdas populacionais, as mesmas estão nas áreas rurais, onde praticamente todos os municípios apresentaram diminuição de suas populações. Tratando-se da microrregião de Frederico Westphalen, entre as décadas de 1991 e 2000 houve uma redução na participação da população rural de aproximadamente 13,9 pontos percentuais.

Estes dados demonstram que, apesar de tratar-se de uma região com grande contingente de pessoas residentes no meio rural comparativamente a outras regiões do estado, o processo de esvaziamento demográfico rural também se faz presente neste local. Em contrapartida, o meio urbano apresentou um acréscimo no contingente populacional durante todo o período analisado.

Entretanto, apesar da maior parte da população residir no meio urbano (53,4%), bem como ter ocorrido redução na população rural e acréscimo na população urbana ao longo do período, a microrregião se mantém com o maior número de municípios com população predominantemente rural, sendo esta uma característica peculiar da região.

Dentre os municípios com maior percentual de pessoas residindo no meio rural, destacam-se os municípios de Pinheirinho do Vale (79,6%); Rio dos Índios (79,1%); Liberato Salzano (77,6%); Novo Tiradentes (71,3%) e Caiçara (68,6%). Por outro lado, os municípios de Frederico Westphalen (80,9%); Rodeio Bonito (75, 1%) e Nonoai (75,1%) são aqueles que apresentam maior percentual da população residente no meio urbano.

Em relação ao município de Frederico Westphalen, o mesmo é predominantemente urbano, ou seja, 23.333 habitantes (80,9%) residem neste meio (o urbano), e apenas 5.510 habitantes (19,1%) residem no meio rural.

No que se refere à população dividida por local de residência, houve considerável redução na população rural nas últimas três décadas, havendo um decréscimo de aproximadamente 50% no percentual de pessoas residentes no meio rural entre os anos de 1991 e 2010, passando de 10.169 para 5.510 habitantes.

Em contrapartida, entre os anos de 1991 e 2010 o município apresentou crescimento populacional, sendo um dos únicos municípios da microrregião a apresentar esta característica, conforme destacado anteriormente. Dentre outros, um dos fatores que contribui para essa realidade é a migração de pessoas de outros municípios para Frederico Westphalen, tendo em vista que se trata de um município polo regional, fazendo com que muitos busquem nele melhores oportunidades de trabalho e estudos, especialmente a população mais jovem, haja vista que o município conta com unidades de ensino⁴ referências. Ainda se tratando das questões populacionais, a dinâmica populacional separada por sexo é apresentada na Tabela 2.

⁴ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), do Instituto Federal Farroupilha (IFF) e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Tabela 2 - Dinâmica populacional total e rural (por sexo) na microrregião e no município de Frederico Westphalen no período de 1991 a 2010.

		Ano do Censo Populacional					
		1991	%	2000	%	2010	%
Micro. Total	Homens	101.433	50,8	92.863	50,3	87.157	49,9
	Mulheres	98.372	49,2	91.899	49,7	87.448	50,1
	Total	199.805	100	184.762	100	174.605	100
Micro. Rural	Homens	71.121	51,9	52.574	52	42.302	52
	Mulheres	66.002	48,1	48.484	48	39.055	48
	Total	137.123	100	101.058	100	81.357	100
Mun. Total	Homens	12.399	49,73	13.089	48,91	14.128	48,98
	Mulheres	12.536	50,27	13.670	51,09	14.715	51,02
	Total	24.935	100	26.759	100	28.843	100
Mun. Rural	Homens	5.291	52,1	3.286	51,9	2.893	52,5
	Mulheres	4.878	47,9	3.040	48,1	2.617	47,5
	Total	10.169	100	6.326	100	5.510	100

Fonte: IBGE (Censos Populacionais de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Elaborada pelos autores.

No caso da microrregião de Frederico Westphalen, o percentual de homens sobre a população total manteve-se superior ao percentual de mulheres entre as décadas de 1991 e 2000, representadas por 50,8 e 50,3%, respectivamente. Em 2010, houve mudanças, visto que o percentual de mulheres se tornou superior ao percentual de homens, representando 50,1% da população total. Cabe mencionar ainda que a maior participação de mulheres na população total se deve a maior sobrevivência delas (expectativa de vida superior comparativamente aos homens). Essa maior sobrevivência das mulheres ocorre em todas as regiões do Brasil, por distintas razões, dentre elas, o maior cuidado com a saúde. De acordo com o IBGE, no Brasil, as mulheres vivem em média, quase sete anos a mais que os homens.

Tratando-se especificadamente da população rural da microrregião, o percentual de homens, mesmo não apresentando variações significativas entre 1991 e 2010 se manteve superior ao percentual de mulheres nas três décadas. Anjos, Caldas e Pollnow (2014), analisando o processo de masculinização no Rio Grande do Sul por estratos etários, constaram que a população feminina rural supera a masculina em apenas dois estratos etários de idade (70- 79 anos; e 80 e mais) devido à maior longevidade.

Já no caso do município de Frederico Westphalen, apesar de pouco representativa a diferença, o percentual de mulheres predominou em relação ao percentual de homens sobre a população total em todo o período analisado (1991 a 2010). Sendo que, as maiores diferenças por sexo encontram-se entre os residentes do meio rural. Em termos percentuais, os homens representam 52,5% da população total rural no ano de 2010. Esses dados evidenciam que o processo de masculinização, ou seja, população masculina em número superior a população feminina está presente.

Anjos, Caldas e Pollnow (2014), associam o processo de masculinização da região Sul do país a um conjunto de fatores, tais como, a precariedade estrutural das

localidades rurais, o advento das tecnologias da Revolução Verde, as desigualdades de gênero, entre outros.

Em relação à estrutura etária da população⁵, de acordo com dados do censo demográfico de 2010, tem-se observado uma menor proporção de crianças e jovens e uma maior participação de adultos e idosos na composição total da população, o que tem ocasionado elevados índices de envelhecimento⁶, conforme apresentado na Tabela 3:

Tabela 3: Estrutura etária da população total e rural da microrregião e do município de Frederico Westphalen (RS) no período de 1991 a 2010.

		Ano do Censo Populacional					
		1991		2000		2010	
			%		%		%
Micro. Total	Menos de 15	69.178	34,6	52.433	28,4	37.029	21,2
	15 a 64 anos	120.630	60,4	118.777	64,3	119.495	68,4
	65 ou mais	9.997	5	13.552	7,3	18.083	10,4
	IE*		5,0		7,3		10,4
Micro. Rural	Menos de 15	48.472	43,4	29.377	29,1	17.637	21,7
	15 a 64 anos	56.713	50,7	64.404	63,7	54.997	67,7
	65 ou mais	6.643	5,9	7.276	7,2	8.723	10,6
	IE*		5,9		7,2		10,6
Mun. Total	Menos de 15	8.087	32,5	6.085	23,8	5.790	20,1
	15 a 64 anos	15.639	62,8	17.758	69,5	20.540	71,2
	65 ou mais	1.209	4,8	1.699	6,7	2.513	8,7
	IE		4,8		6,7		8,7
Mun. Rural	Menos de 15	3.453	34	1.691	26,7	1.056	19,2
	15 a 64 anos	6.224	61,2	4.206	66,5	3.835	69,6
	65 ou mais	492	4,8	429	6,8	617	11,2
	IE		4,8		6,8		11,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015). Elaborado pelos autores. *Índice de Envelhecimento.

No que diz respeito à estrutura etária da população total na microrregião de Frederico Westphalen, observa-se que tem ocorrido uma redução considerável na população com até 15 anos de idade e um acréscimo na população de 65 anos ou mais. Estas alterações na estrutura etária da população fizeram com que o índice de envelhecimento aumentasse em mais de 100%, passando de 5 idosos para cada 100 jovens em 1991 para 10,4 idosos para cada 100 jovens, em 2010.

Em relação aos índices de envelhecimento presentes especificamente no meio rural da microrregião de Frederico Westphalen, os dados demonstram que nas três últimas décadas os mesmos praticamente duplicaram. Em contrapartida, houve uma queda de mais de 50% no número de crianças no mesmo período, as quais representavam 43,4% em 1991, passando a representar 21,7% em 2010.

No caso do município de Frederico Westphalen, evidenciam-se resultados semelhantes, no qual o número de pessoas com idade superior a 65 anos também

⁵ A população em idade ativa é composta por adultos de 15 a 64 anos sendo considerada potencialmente produtiva, com isso, a taxa de dependência é obtida pela soma das crianças (0 a 14 anos) e idosos (acima de 65 anos), dividida pela população adulta. De maneira arbitrária, são considerados como dependentes as crianças e os idosos (WONG; CARVALHO, 2006).

⁶ O índice de envelhecimento é calculado pela razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

sofreu um incremento, passando de 4,8 idosos para cada 100 jovens em 1991 para 8,7 idosos para cada 100 jovens, em 2010.

Ao observarmos a estrutura etária da população rural do município em análise, os dados apontam que o envelhecimento neste meio é ainda mais intenso. Como se pode notar, houve um acréscimo considerável na população de 65 anos ou mais, sobretudo entre as décadas de 2000 e 2010, período em que passou de 429 para 617 idosos. O resultado deste acréscimo no número de pessoas idosas é um incremento nos índices de envelhecimento da população rural, os quais passaram de 4,8% para 11,2% em apenas três décadas. Por outro lado, o número de crianças, com idades inferiores a 15 anos, reduziu-se: em 1991 esse grupo etário representava 34% no total da população rural, passando a representar 19,2% em 2010.

De acordo com estimativas populacionais referentes à população de 2015, lançados recentemente pela FEE, as quais estão disponíveis por sexo e grupos etários, os dados indicam que em relação a Frederico Westphalen, a população idosa total do município (acima de 60 anos) representa atualmente um total de 4.709 pessoas, deste total, 2.606 (55,3%) são mulheres. Deste modo, em relação à população total do município (30.800 habitantes), pode-se inferir que os idosos, acima de 60 anos, representam 15,3% do total da população.

Fatores como aumento na expectativa de vida e redução nos níveis de fecundidade entre as mulheres contribuem para a redução no número de crianças e jovens e o acréscimo no número de idosos. Os dados referentes à evolução da esperança de vida ao nascer e taxa de fecundidade total do município de Frederico Westphalen são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4: Esperança de vida ao nascer e fecundidade do município de Frederico Westphalen (RS) no período de 1991 a 2010.

IDH e seus componentes	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,9	73,8	75,8
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,7	2,2	1,6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015).

No município de Frederico Westphalen, a esperança de vida ao nascer passou por um incremento de 2,0 anos na última década, de 73,8 anos, em 2000, para 75,8 anos, em 2010. Analisando todo o período (1991 a 2010), houve um acréscimo de 5,9 anos. A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Em relação às taxas de fecundidade, representadas pelo número de filhos por mulher, houve considerável redução no município nas três últimas décadas. Em 1991, as mulheres tinham, em média, 2,7 filhos, reduzindo para 1,6 em 2010. Este número (1,6) demonstra que o número de filhos das mulheres frederiquenses está abaixo do nível de reposição representado por, 2,1 filhos.

A realidade é que, enquanto no passado as famílias dos agricultores eram numerosas, nos dias atuais observa-se o inverso. Esta situação configura uma relevante mudança demográfica representada pela diminuição nas taxas de fecundidade. Além da utilização dos métodos contraceptivos que contribuem para essa tendência de diminuição no número de filhos, há ainda uma revolução no papel social da mulher e nas relações de gêneros tradicionais, conforme ressaltam Camarano e Kanso (2010). Para as autoras, há atualmente uma maior integração das mulheres no mercado de trabalho e uma maior contribuição da renda das mesmas no total da renda das famílias brasileiras, alterando as relações tradicionais de gênero.

3.2. AS IMPLICAÇÕES DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA PARA O MEIO RURAL LOCAL

O Brasil passou por grandes transformações econômicas e sociais em meados do século XX, deixando de ser uma sociedade predominantemente rural para se tornar uma sociedade predominantemente urbana (ALVES; CAVENAGHI, 2012). Assim, apesar das relativas controvérsias na delimitação do espaço rural *versus* espaço urbano⁷, estudos⁸ apontam para um acelerado processo de redução da população rural brasileira, sobretudo a partir dos anos 60.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o decréscimo da população rural brasileira é visível a cada contagem de censo populacional. Conforme o censo de 1991, a população que residia no meio rural era de aproximadamente 36 milhões de pessoas, diminuindo para aproximadamente 30 milhões em 2010. No caso do estado do Rio Grande do Sul, o cenário não é distinto. De acordo com dados do censo populacional de 1991, a população rural perfazia um total de aproximadamente 2,1 milhões de pessoas, reduzindo para aproximadamente 1,5 milhão em 2010, havendo um decréscimo em torno de 25%. O município de Frederico Westphalen não foge do padrão federal e estadual, conforme apresentado na seção anterior.

Essa tendência de esvaziamento do meio rural brasileiro, mesmo em ritmo mais lento, permanece presente. Dentre os fatores que contribuem para esta realidade, Maia (2014) destaca fatores endógenos à estrutura familiar, tais como queda nas taxas de fecundidade e fragmentação das famílias, bem como redução no tamanho médio das mesmas, como já apontado anteriormente. Além destes, o autor cita os fatores exógenos, sobretudo a adoção de tecnologias na agricultura, que propiciaram liberação de mão-de-obra.

Nos países da América Latina este acontecimento ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980, ocasionando migração para o meio urbano de aproximadamente 27 milhões de agricultores. Simultaneamente a este processo ocorrido no meio rural, acompanhava-se o processo de urbanização e industrialização no meio urbano, o qual se fundamentava na oferta abundante de mão de obra que era predominantemente rural.

Neste sentido, Singer (1987) considera que as migrações decorrem principalmente de mudanças nas regiões de origem dos migrantes. Entretanto, o autor salienta que, apesar da migração em massa dos agricultores e consequentemente a diminuição na população empregada em atividades agropecuárias a produção de alimentos não foi comprometida, devido as mudanças decorridas na base técnica da agricultura.

A respeito disso, pode-se inferir que ocorreu o inverso com a produção agrícola, conforme destacado anteriormente, a qual cresceu em ritmo bastante acelerado, amparada por elevados ganhos de produtividade. Face a esta dupla dimensão (crescimento da produção agrícola e redução da população empregada nestas atividades), Buainain et al. (2013) apontam esse “processo” como uma das sete teses de desenvolvimento rural⁹.

De acordo com a percepção dos autores, ocorre no país processo semelhante ao ocorrido na Argentina, o qual se caracteriza pelo desenvolvimento bastante exitoso dos setores produtivos agropecuários, porém concomitante a ele,

⁷ Conforme mostra o trabalho de Veiga (2002).

⁸ Camarano; Abramovay (1999) e Anjos; Caldas (2005).

⁹ Para maiores informações consultar “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro”, de autoria de Antônio Márcio Buainain; Eliseu Alves; José Maria da Silveira; Zander Navarro (2013).

ocorre um drástico decréscimo demográfico da população que vive no meio rural. Sob esta tese, se estabelece neste meio o predomínio da agricultura de larga escala, alta eficiência produtiva e tecnológica seguido do esvaziamento demográfico.

A respeito destas concepções teóricas é preciso destacar que um estudo de caso como este não permite confirmar ou refutar a (suposta) tese de Buainain et. al., (2014). No entanto, os dados secundários provenientes do IBGE em relação à microrregião e o município de Frederico Westphalen sinalizam para uma redução da população rural e das pessoas ocupadas na agricultura.

Em estudo realizado nos três estados do Sul do país, Anjos, Caldas e Pollnow (2014), apresentam algumas possíveis causas para a atual dinâmica demográfica, dentre elas destacam um universo de representações sociais extremamente negativas do ponto de vista da natureza desta atividade que pesam sobre a agricultura e o mundo rural. Condicionando assim, as escolhas, especialmente dos jovens rurais, cada vez menos propensos ao exercício da profissão.

Contudo, o deslocamento da população rural para o meio urbano tende a gerar contornos distintos entre as regiões, os níveis de qualificação, a idade entre outras questões. Neste sentido, Neves e Schneider (2015) corroboram afirmando que as mudanças não são homogêneas e acentuam-se especialmente e com maior intensidade em algumas regiões do país, como o caso da região Sul, e grupos sociais específicos, como os jovens que vivem no meio rural, os quais são mais propensos a migrarem para os centros urbanos à procura do primeiro emprego e de melhores oportunidades de renda.

De acordo com dados do IBGE, em 1991 residiam no meio rural brasileiro aproximadamente 7 milhões de jovens (15 a 24 anos)¹⁰, reduzindo para aproximadamente 5 milhões em 2010, refletindo em uma redução de quase 27%. No estado, de um total de aproximadamente 3,8 milhões de jovens em 1991, o número baixou para 2,3 milhões em 2010, representando uma redução de mais ou menos 39%.

Por outro lado, simultaneamente à diminuição da população jovem houve um acréscimo no percentual da população idosa (acima de 60 anos)¹¹ residente no meio rural. No caso brasileiro, de acordo com dados do IBGE, em 1991 a população idosa perfazia um total de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas, aumentando para aproximadamente 3,3 milhões em 2010. Em relação à população idosa estadual, o acréscimo foi de aproximadamente 20%, tendo em vista que de aproximadamente 217 mil pessoas, houve um aumento para 270 mil.

A esse respeito, Maia (2014) indica que houve acréscimo nos índices de envelhecimento da população rural brasileira, que passaram de 9,7% em 1991 para 21,4% em 2010. Ou seja, o número médio de idosos para cada grupo de 100 jovens mais que dobrou, passando de 9,7 para 21,4.

As informações preliminares divulgadas pelo censo agropecuário (2017) não apenas confirmam estas mudanças na estrutura etária populacional, mas também revelam a emergência de “novas dinâmicas” do meio rural.

De acordo com os dados, as pessoas com 65 anos ou mais representam 21,4% dos moradores totais das áreas rurais, sendo que em 2006 representavam 17,52%. Na faixa de 55 a 65 anos, houve aumento de quatro pontos percentuais, passando de 20% para 24%. Uma segunda constatação a este respeito é de que aproximadamente 34% dos agricultores que estão à frente dos estabelecimentos

¹⁰ Este recorte etário foi definido com base no IBGE que considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos.

¹¹ Este recorte etário foi definido com base no IBGE que considera idosas as pessoas com idades acima de 60 anos.

agropecuários possuem 60 anos ou mais, o que demonstra que a população rural envelheceu de fato.

O inverso ocorre com a população rural mais jovem, com idade entre 25 e 35 anos que teve seu contingente “encolhido”, desde 2006, ocasião em que representava 13,56% da população rural total, passando a representar 9,48% de acordo com informações do censo agropecuário de 2017. O mesmo ocorreu com os jovens com menos de 25 anos, que representavam 1,9% em 2006 passando a representar 1,2% em 2017. No caso da região do Médio e Alto Uruguai, contexto empírico deste estudo, 4% dos produtores rurais tem menos de 30 anos, 61% entre 30 e 60 anos e 35% com mais de 60 anos.

Estes resultados demonstram que grande parte da população rural pode estar exercendo a atividade agropecuária associada ao recebimento da aposentadoria rural. Em tese, são agricultores que tendem a diminuir a capacidade produtiva e a produção agropecuária em razão de limitações de ordem física. Sendo assim, o envelhecimento das pessoas que dirigem as propriedades rurais brasileiras é um desafio para o país ampliar a capacidade de absorção tecnológica no Brasil, especialmente nas regiões rurais onde o índice de envelhecimento é superior, como é o caso da região Sul (MAIA, 2014).

Para Maia (2014), há dois aspectos fundamentais que contribuíram para que a região Sul, se encontrasse em estágio mais avançado de envelhecimento populacional. Em primeiro lugar, a região Sul apresentou a menor taxa de crescimento populacional no país (24% entre 1991 e 2010), refletindo um estágio mais avançado de transição demográfica. Em segundo, as expressivas diferenças entre os ritmos de crescimento populacional urbano, representado por 42% positivo, e rural, representado por 28% negativo.

O mesmo autor (MAIA, 2014) acrescenta que a região Sul merece algumas considerações adicionais, não somente por ser uma região de presença marcante da agricultura familiar, mas também pela sua relevância em termos de produção agrícola do país. Contudo, apesar da região Sul apresentar, tradicionalmente, uma agricultura familiar dinâmica e bons indicadores de desenvolvimento humano, a migração rural urbano persiste, o que nos sugere que a migração não pode ser associada unicamente à pobreza presente no meio rural, mas também, por exemplo, à atração que a dinâmica socioeconômica urbana exerce sobre a atividade rural.

Em síntese, esta nova dinâmica demográfica (redução da participação dos grupos etários mais jovens e pelo crescimento daqueles mais idosos) representa no médio e longo prazo o comprometimento do processo de sucessão da atividade agrícola familiar, colocando em risco a sustentabilidade da mesma, bem como da própria sociedade rural como um todo, visto que os jovens constituem a força renovadora para o desenvolvimento desta forma social de organização do trabalho e da produção.

Ou seja, a migração dos jovens, atrelada à redução no número de filhos (discutido na seção anterior), acaba reduzindo os candidatos potenciais a permanecer na atividade agrícola. Diante destes fenômenos as perspectivas sucessórias na agricultura, especialmente a familiar, ficam restritas, com grandes chances dos poucos candidatos que restam a sucessão migrarem para o meio urbano após concluírem o ensino básico.

O trabalho de Spanevello et al. (2017) referente ao encaminhamento das propriedades familiares sem sucessores consiste no processo da venda da propriedade ou em deixar para os filhos, mesmo sem a certeza do destino que os filhos darão ao patrimônio. Segundo Matte et al. (2017), quando ocorre a venda, as propriedades não apenas trocam o gestor mas podem trocar também a função produtiva, podendo ser destinada para atividades não agrícolas, nos casos de uso

para turismo rural ou lazer. Essa última alternativa possui chances mais significativas de se materializar quando os compradores são oriundos do meio urbano. Por outro lado, a propriedade, à medida que é comercializada para outros agricultores, tende a reduzir suas características familiares, levando a um possível aumento da concentração de terras.

Diante dessas questões, Neves e Schneider (2015) corroboram afirmando que há crescente preocupação em relação à viabilidade da agricultura familiar e à disponibilidade de força de trabalho no meio rural, tendo em vista que a reprodução deste tipo de agricultura é predominantemente endógena, de modo que a diminuição da população jovem reduz as perspectivas de reprodução dessa atividade econômica.

A preocupação com a viabilidade da agricultura familiar também é refletida nos dados preliminares divulgados pelo censo agropecuário de 2017, visto que houve uma redução de 2% (103.484 estabelecimentos agropecuários) comparativamente com o censo de 2007.

Também se constatou uma redução de 1,5 milhões de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários em 2017, passando a representar 15.036.978. A média de ocupados por estabelecimento também caiu de 3,2 pessoas, em 2006, para 3 pessoas, em 2017.

Considerando as discussões até aqui apresentadas, evidencia-se a ocorrência de importantes mudanças no padrão e dinâmica populacional das famílias e da sociedade como um todo ao longo do tempo. As quedas nos níveis de fecundidade e a permanente migração da população rural para as áreas urbanas, sobretudo da população jovem, são fatores fundamentais para a compreensão desta dinâmica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo traçar um panorama das principais características sociodemográficas da população rural da microrregião e especialmente do município de Frederico Westphalen, norte do estado do Rio Grande do Sul, bem como discutir as implicações destas características para o meio rural local.

De modo geral, observa-se que a referida região não foge ao padrão nacional e estadual no que tange às mudanças demográficas, caracterizada pela redução da população jovem e acréscimo na população idosa. Estas características são ocasionadas, sobretudo pela redução nos níveis de fecundidade entre as mulheres que apresentou-se de forma gradual ao longo do período analisado. Tratando-se da população rural, estas características são ainda mais significativas, visto que o envelhecimento é intensificado pela migração seletiva, ou seja, da população mais jovem e em idade ativa.

Tais características, reforçadas pelos dados preliminares divulgados pelo censo agropecuário (2017) não apenas confirmam as mudanças na estrutura etária populacional, mas também revelam a emergência de "novas dinâmicas" do meio rural, sobretudo de que muitos agricultores podem estar exercendo a atividade agropecuária associada ao recebimento da aposentadoria rural. Nestes casos, são agricultores que tendem a diminuir a capacidade produtiva e a produção agropecuária e as possíveis razões podem estar associadas às limitações de ordem física em virtude da idade avançada.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, J.E.D.; CAVENAGHI, S. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. **Aparte: inclusão social em debate**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf
f. Acesso em: 20 dez. 2016.

ANJOS, F.S.; CALDAS, N.V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.26, n.1, p.661- 694, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cr/v40n2/a469cr2481.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

ANJOS, F.S.; CALDAS, N.V; POLLNOW, G. E. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas: a transição demográfica no Brasil rural meridional. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.21, n.2, abr./jun. 2014.

ATLAS do desenvolvimento humano no brasil. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/frederico-westphalen_rs>. Acesso em: 05 dez. 2016.

ÁVILA, R.I.; MACHADO, A.M. **Transição demográfica brasileira**: desafios e oportunidades na educação, no mercado de trabalho e na produtividade. Porto Alegre: FEE, 2015.

BANCO MUNDIAL. **Envelhecendo em um Brasil mais velho**. Washington, DC: Banco Mundial, 2011. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo_Brasil_Sumario_Executivo.pdf. Acesso em: 18 out. 2016.

BALSADI, O.V.; GRAZIANO DA SILVA, J.F. A polarização da qualidade do emprego na agricultura brasileira no período 1992-2004. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.17, n.3, p.495-526, dez. 2008.

BUAINAIN, A.M. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.22, n.2, p.105-121, 2013.

CAMARANO, A.A et al. A população brasileira e seus movimentos ao longo do século XX. In: CAMARANO, A.A. (Org.). **Novo regime demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p.81-116.

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf. Acesso em: 25 out. 2015.

CAMARANO, A.A.; KANSO, S. **PNAD 2009**: primeiras análises: tendências demográficas. Brasília: IPEA, 2010.

CARVALHO, J; WONG. L.L.R. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.3, p.597-605, mar. 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER - FEE. **FEE dados 2016**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GODOI, D.S. **A transição demográfica e os impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro**. 2014. 70f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/109373>. Acesso em: 02 jun. 2016.

GRAZIANO DA SILVA. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.C. et al. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p.113-223.

KIELING, R.I. **Janela de oportunidade demográfica: um estudo sobre os impactos econômicos da transição demográfica no Brasil**. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/18878>. Acesso em: 13 dez. 2016.

MAIA, A.G. O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, A.M. et al. **O mundo rural no Brasil século 21**. Brasília: Embrapa, 2014. p.1081-1099.

SPANVELLO, et., al. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v.15, n.40, p. 348-372, jul./set. 2017.

NEVES, J.A.S.; SCHNEIDER, S. Brazilian demographic transition and the strategic role of youth. **Espace Populations Sociétés**, Lille, v.2, n.3, p.2-20, 2015.

SCHNEIDER, I. **Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola**. Porto Alegre: FEE, 1994.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VEIGA, J.E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

WONG. L.L.R.; CARVALHO, J.A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.23, n.1, p.5-26, jan./jun. 2006.

ZUANAZZI, P.T. A taxa de fecundidade no RS por regiões funcionais e características socioeconômicas: o desafio da transição demográfica. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v.42, n.4, p.109-122, 2015.

AS AÇÕES DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS FRENTE À CADEIA PRODUTIVA DO BIODIESEL NO RIO GRANDE DO SUL: EVIDÊNCIAS EM DIREÇÃO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Marluci Casalini Wildner¹
Sibele Vasconcelos de Oliveira²
Orlando Martinelli Junior³

RESUMO

As políticas públicas brasileiras direcionadas à segurança energética acompanham as iniciativas internacionais, com destaque para ações intersetoriais e transversais. Nas últimas décadas, o país vem se destacando na produção de biocombustíveis, dentre os quais, citam-se os derivados de cultivos agrícolas. Diante deste contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar a inserção das cooperativas agropecuárias na cadeia produtiva do biodiesel no Rio Grande do Sul. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas, bem como a análise de dados secundários sobre o tema. Constatou-se que a inserção das cooperativas na cadeia produtiva do biodiesel é incentivada pelo PNPB e suas respectivas estratégias de inserção da agricultura familiar ao mercado energético. As cooperativas atuam como intermediárias e facilitadores da produção, distribuição e comercialização agrícola. Neste sentido, afirma-se que as cooperativas são importantes agentes econômicos de fomento ao desenvolvimento regional, bem como elo fundamental para o crescimento da cadeia produtiva do biodiesel.

Palavras-chave: agricultura familiar, biocombustíveis, cooperativismo, desenvolvimento rural.

THE ACTIONS OF AGRICULTURAL COOPERATIVES FACING THE BIODIESEL PRODUCTION CHAIN IN RIO GRANDE DO SUL: EVIDENCE FOR REGIONAL DEVELOPMENT

ABSTRACT

Brazilian public policies focused on energy security follow international initiatives, with emphasis on intersectoral and transversal actions. In the last decades, the country has

¹ Graduada em Ciências Econômicas (UNIJUI). Mestra em Economia e Desenvolvimento (UFSM). Docente do Curso de Graduação em Engenharia de Produção na Sociedade Educacional Três de Maio (SETREM). E-mail: wildnermarluci@gmail.com

² Graduada em Ciências Econômicas (UFSM). Especialista em Finanças (UNIFRA). Mestra em Extensão Rural (UFSM). Doutora em Agronegócios (UFRGS). Docente no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento e no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: sibele.oliveira@ufsm.br

³ Graduado em Ciências Econômicas (UNICAMP). Mestre em Economia (USP). Doutor em Ciências Econômicas (UNICAMP). Docente no Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: orlando.martinelli@gmail.com

been highlighting in the production of biofuels, among which we mention the derivatives of agricultural cultivars. In this context, the present study aims to analyze the insertion of agricultural cooperatives in the biodiesel production chain in Rio Grande do Sul. For this purpose, bibliographical research was done, as well as the analysis of secondary data on the subject. It was verified that the insertion of the cooperatives in the biodiesel production chain is encouraged by the PNPB and its respective strategies of insertion of the familiar agriculture to the energy market. Cooperatives act as intermediaries and facilitators of agricultural production, distribution and marketing. In this sense, it is affirmed that the cooperatives are important economic agents of foment to the regional development, as well as fundamental link for the growth of the productive chain of the biodiesel.

Key words: biofuels, cooperativism, family farming, rural development.

1. INTRODUÇÃO

As transformações políticas e socioeconômicas, aliadas aos avanços em tecnologia, condicionam uma nova conjuntura de produção. Em especial, a preocupação mundial com a segurança energética e com a preservação do meio ambiente, expressas em termos da maior demanda por produtos e serviços ambientalmente sustentáveis, motivam as discussões sobre as potencialidades da oferta e dos empregos das energias renováveis (GRAEF, 2012).

Neste sentido, nos anos 1990, muitos países iniciaram suas iniciativas no planejamento e ações em direção à produção e uso de biodiesel. Pautado na construção de políticas públicas com diretrizes apoiadoras do desenvolvimento sustentável e regional, e em atendimento às inquietações com os limites do acesso aos combustíveis não renováveis, o Brasil lançou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) em 2005 (MDA, 2010).

O marco regulatório do biodiesel no Brasil está vinculado à promulgação da Lei nº 11.097 de 13 de janeiro de 2005, que passou a incluir de maneira definitiva e oficial a produção de biodiesel na matriz energética do país (MDA, 2010). Em suma, o PNPB compreende a organização e estruturação da cadeia produtiva do biodiesel, considerando os aspectos de inclusão social, geração de renda, emprego e desenvolvimento regional.

Vale ressaltar que no Brasil o maior percentual de biodiesel é produzido a partir do óleo de soja, que é proveniente da soja *in natura*. A originação dos grãos é realizada nas propriedades agrícolas e, após seu tratamento e armazenamento, é disponibilizada para aquisição das processadoras de biodiesel. Destarte, no Rio Grande do Sul, a cadeia produtiva do biodiesel conta com a proeminência das cooperativas agrícolas nos espaços dos agronegócios, já que essas organizações possuem um aglomerado de produtores de matéria-prima.

Segundo dados da FECOAGRO (2017) as cooperativas gaúchas detêm aproximadamente 31% da safra 2014/2015 de soja no estado, representando 4.880.066 toneladas de soja. Na safra de 2016/2017, o estado bateu recordes de produção, em consequência, houve o crescimento do volume de grãos recebidos por parte das cooperativas. Em síntese, nas safras 2015/2016 e 2016/2017, as cooperativas receberam, respectivamente, 5.638.988 toneladas e 7.205.483 toneladas da soja produzida no estado.

Diante deste contexto, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2016) argumenta que as ações das cooperativas agrícolas são um importante mecanismo de promoção ao desenvolvimento rural e regional. Estas são

responsáveis por oferecer oportunidades de mercado aos agricultores familiares, oferecer capacitações para a gestão de recursos naturais, viabilizar o acesso à informação, tecnologia, inovação e serviços de extensão agrária (FAO, 2016). Sobretudo, argumenta-se que os relacionamentos comerciais e institucionais que estas organizações desempenham na cadeia produtiva do biodiesel são vetores de crescimento do setor.

Sendo assim, o presente estudo tem por objetivo compreender a inserção das cooperativas agrícolas na cadeia produtiva do biodiesel no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, empreendeu-se uma pesquisa bibliográfica, seguida da análise de dados secundários sobre a produção, distribuição e comercialização por parte das cooperativas agrícolas inseridas na cadeia produtiva do biodiesel.

A presente pesquisa está organizada, além desta introdução, em cinco seções. Na seção 02, é apresentada uma breve revisão sobre o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, implantado há aproximadamente doze anos no Brasil. Na seção 03, apresentam-se algumas características da cadeia produtiva do biodiesel no Brasil e, em particular, no Rio Grande do Sul. Na seção 04, são apresentados elementos que corroboram a importância das cooperativas agrícolas gaúchas frente à cadeia produtiva do biodiesel no Rio Grande do Sul. Por fim, expõem-se as considerações finais e as referências consultadas ao longo do período de estudo.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NO BRASIL

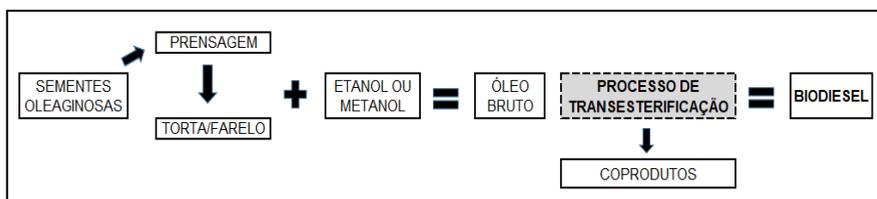
O biodiesel é um biocombustível derivado de biomassa renovável, de fontes renováveis, que pode ser produzido de várias matérias-primas, como a gordura animal e os óleos vegetais. Entre os óleos vegetais originadores de insumos de produção para o biodiesel, citam-se: a mamona, o dendê, o girassol, a canola, o gergelim, a soja, dentre outros. Estas fontes de energia são consideradas renováveis, logo o biodiesel gerado é uma energia renovável (MDA, 2010).

Tecnicamente, o biodiesel gerado a base de óleos pode ser produzido a partir de duas principais formas: a transesterificação e a hidroesterificação. A primeira e mais recorrente na cadeia brasileira consiste na adição de metanol ou etanol ao óleo. Associado a um catalisador, o processo desencadeado institui a separação do glicerol do óleo vegetal, resultando no biodiesel. Nesse processo, a glicerina é removida do óleo vegetal, deixando mais fino e reduzindo a viscosidade, rendendo ainda coprodutos como a glicerina (KNOTHE et al., 2006).

Uma nova oportunidade para a produção de biodiesel é descrita por Maia (2012) como a hidroesterificação. O processo de produção envolve uma etapa de hidrólise e, posteriormente, uma etapa de esterificação. Nesta modalidade, é possível utilizar como matéria-prima qualquer produto graxo, por exemplo, gordura animal, óleo vegetal ou até óleo de fritura. Nesta modalidade, a acidez da matéria-prima ou a umidade do insumo não exerce diferencial na matéria-prima e como coprodutos produz uma glicerina de alta qualidade (MAIA, 2012).

A sequência para produção de biodiesel produzido a partir de grãos oleaginosos, conforme a transesterificação, que é um dos métodos mais populares nas usinas brasileiras, pode ser visualizada por meio da Figura 1. Em síntese, após o recebimento da matéria-prima, no caso os grãos oleaginosos, procede-se com o prensamento. Deste processo, resulta a torta, mais conhecida como o farelo e o óleo. Posteriormente, é adicionado o metanol ou etanol ao óleo. Então, dá-se processo de transesterificação, onde são produzidos os coprodutos e ao fim do processo se tem o biodiesel (QUESSADA et al., 2010; PEDRINI, 2012).

Figura 1 - Esquema da produção de biodiesel pelo processo de transesterificação.



Fonte: Adaptado de Quessada *et al.* (2010) e Pedrini (2012).

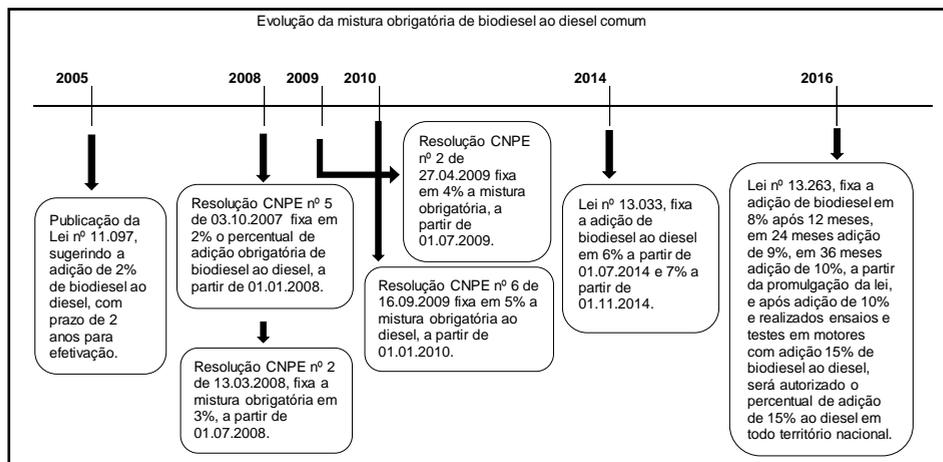
Após a entrada do óleo de soja na planta industrial de processamento de biodiesel, são necessários alguns testes de qualidade. Obtendo-se resultados positivos, é adicionado ao óleo de soja o etanol ou metanol. Logo em seguida, ocorre a separação do glicerol do óleo e, como resultado, tem-se o biodiesel e os demais coprodutos desta reação, como a glicerina e o tocoferol (KNOTHE *et al.*, 2006).

Vale destacar que o biodiesel pode ser substituído de forma total ou parcial ao óleo diesel de petróleo, em motores automotivos ou estacionários (BRASIL, 2005; MDA, 2010). Quando da instituição do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel no ano de 2005, previu-se a adição de percentual mínimo de biodiesel ao diesel de petróleo, sendo a regulação da produção atribuída à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis vinculada ao Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2005).

Atualmente, o Governo Federal instituiu este percentual de adição em 8%. Em março de 2016, a Presidência da República publicou a Lei 13.263, elevando a adição de biodiesel ao diesel comum no Brasil durante um período de 36 meses. Até março de 2019, em todo território nacional, deve ser adicionado 10% de biodiesel ao diesel comum (BRASIL, 2016).

Além da proposta de aumento gradual da mistura do biodiesel ao diesel, foi estabelecido um novo parâmetro à adição de biodiesel ao diesel, chamado de autorizativo, que consiste em autorizar a adição em quantidade superior ao percentual de adição obrigatória fixado em lei, podendo variar de 18% a 27,5% de biodiesel acrescentado ao diesel de petróleo (BRASIL, 2014). A Figura 2 ilustra a evolução da regulamentação do setor, em consonância com a proposta de adição de biodiesel ao diesel de petróleo, reafirmando a escolha política pelo crescimento desta cadeia e da utilização de fontes energéticas renováveis.

Figura 2 - Evolução do marco legal da produção e uso do biodiesel no Brasil.



Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

Através da Secretária da Agricultura Familiar foi elaborado o Selo Combustível Social (SCS), que é concedido aos produtores de biodiesel que cumprem os critérios previstos no PNPB. Conforme normativas, o SCS obriga os produtores de biodiesel a adquirirem um percentual mínimo de matéria-prima para produção de biodiesel de agricultores familiares. Esse e os demais critérios previstos pelo Selo Combustível Social são citados a seguir (MDA, 2010; BRASIL, 2015):

- Firmar contratos com agricultores familiares com aval da instituição de classe, como sindicatos e federações, que terá a incumbência de validar o que foi acordado entre as partes;
- Repassar cópia dos contratos assinados pelas partes para o agricultor familiar contratado e para a entidade representativa (sindicato, federação, outros);
- Assegurar assistência técnica gratuita aos agricultores familiares contratados;
- Capacitar os agricultores familiares para produção de oleaginosas, de forma que permita a segurança alimentar da família e com os processos de geração de renda na propriedade, promovendo a inserção de forma ótima da agricultura familiar na cadeia produtiva;
- Repassar cópia do laudo de visita de assistência técnica gratuita ao agricultor familiar, com assinatura do técnico responsável;
- Adquirir percentuais mínimos de matéria-prima proveniente da agricultura familiar, sendo, 15% nas regiões norte e centro-oeste, 30% nas regiões sudeste, nordeste e semiárido e 40% na região sul do país (MDA, 2010; BRASIL, 2015).

Sendo assim, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (2010), através do Selo Combustível Social, proporciona vantagens ao produtor familiar inserido nesta cadeia produtiva. O agricultor familiar recebe uma bonificação financeira quando vende a sua produção agrícola para produção de biodiesel. Além do mais, as indústrias possuidoras do selo detêm vantagens competitivas frente a outras indústrias que não possuem o selo. É possível citar que as usinas processadoras detentoras do SCS são beneficiadas com a diferenciação/isenção nos tributos PIS/PASEP e COFINS sobre a receita bruta auferida pelo produtor de

biodiesel, na venda no mercado interno, além de possuírem preferência de venda nos leilões de biodiesel (BRASIL, 2015).

Esclarece-se que a comercialização do biodiesel na cadeia produtiva é regulamentada e executada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, acontecendo através de leilões com a ferramenta de pregões eletrônicos. As produtoras de biodiesel que possuem o SCS têm participação assegurada de 80% da sua produção nos leilões de biodiesel, que possuem frequência bimestral, com aquisição por meio compulsório do produto (ANP, 2008; MDA, 2010; BRASIL, 2015).

A partir da constituição do marco regulatório do biodiesel no Brasil, a cadeia produtiva foi estruturada. Atualmente, o setor industrial está distribuído em todo território. Na próxima seção, abordam-se as especificidades desta cadeia produtiva no país e no estado do Rio Grande do Sul.

3. ESTRUTURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO BIODIESEL NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Seguindo as orientações do PNPB, formou-se no Brasil uma rede de relações produtivas e comerciais para inserção do biodiesel na matriz energética. No ano de 2008, o setor contava com 62 plantas industriais autorizadas para construção, distribuídas entre os estados brasileiros, dentre as quais somente 2 plantas estavam aptas a comercialização de biodiesel. À época, a capacidade estática autorizada era de 11.023,36 m³/dia (ANP, 2008).

Atualmente, o Brasil conta com 48 usinas processadoras de biodiesel com autorização para comercialização (ANP, 2017). A capacidade instalada de produção e autorizada para comercialização, no final de 2016, foi de 7.306 mil m³/ano. Do total da produção corrente, 92% possui Selo Combustível Social (MME, 2017). Entre as principais matérias-primas utilizada na produção de biodiesel, no acumulado até novembro de 2016, destacam-se o grão de soja, com 77,1% de participação, a gordura bovina, com 15,5% de participação, e o algodão, com 1,0% de participação (ANP, 2017).

A Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) estima que para a produção de 3 bilhões de litros de biodiesel produzidos a base de óleo de soja no Brasil em 2015, foram utilizados 2,8 milhões de toneladas de óleo de soja. Sendo assim, foram empregados na produção de biodiesel 34% da produção nacional de óleo de soja do país (ABIOVE, 2016).

Além do mais, a ABIOVE informa que aproximadamente 14 milhões de toneladas de soja foram processadas na produção de biodiesel em 2015 (ABIOVE, 2016). Ainda, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) observou que a safra brasileira de soja em 2015 foi de 96,2 milhões de toneladas. Logo, infere-se que, para o ano de 2015 14,58% da safra brasileira de soja teve como destino a produção de biodiesel (CONAB, 2016).

A Tabela 1 ilustra a evolução do setor de biodiesel no Brasil até 2016. Vale destacar que o biodiesel produzido a partir do óleo de soja é predominante, mas outras matérias-primas vêm adquirindo espaço, como é o caso da implementação do sebo bovino para a produção do biocombustível.

Tabela 1 – Estruturação do setor de biodiesel no Brasil.

Mês/Ano	Nº de plantas autorizadas a operação	Capacidade estática total autorizada m^3/dia	Biodiesel com origem no óleo de soja	% da capacidade estática com Selo Combustível Social
Dezembro 2008	62	11.081,03	82,17%	91%
Dezembro 2009	63	12.933,30	74,04%	93%
Dezembro 2010	66	16.216,47	80,62%	87%
Dezembro 2011	65	18.727,95	72,98%	75%*
Dezembro 2012	65	20.567,76	70,63%	88%
Dezembro 2013	64	21.957,79	69,24%	87%
Dezembro 2014	58	21.163,51	74,28%	91%**
Dezembro 2015	53	20.366,11	68,97%	91%
Dezembro 2016	48	20.300,00	77,10%	92%

Fonte: Adaptado dos Boletins Mensais dos Biocombustíveis (MME, 2017) e dos Boletins Mensais do Biodiesel expedido pela ANP (2017).

*dado de novembro de 2011.

**dado de setembro de 2014.

É possível notar oscilações na construção do setor produtivo do biodiesel no país. Para o período analisado, ao passo que o número de usinas processadoras foi reduzido, a capacidade estática autorizada para produção praticamente dobrou. Esse efeito pode ser justificado por pequenas usinas que encerraram sua operação e usinas com capacidade maior que obtiveram sua autorização para operação. O percentual de produto expedido com aferição do Selo Combustível Social teve uma leve queda no decorrer dos anos, mas voltou ao número inicial, sendo que 92% do biodiesel produzido no Brasil provém de matéria-prima da agricultura familiar (ANP, 2015; MME, 2016).

As regiões Sul e Centro-Oeste são detentoras de maior concentração de usinas de biodiesel e de produção de matéria-prima (soja). Para explicar essa liderança, é importante revisitar o processo de consolidação das organizações e instituições para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Sobretudo, a intensificação do uso da terra, o emprego de tecnologia e a disponibilidade de fatores de produção justificam a preponderância destas regiões no cultivo da soja.

Em especial, vale ressaltar que a cultura da soja foi introduzida no Rio Grande do Sul por volta da década de 1970. Silveira, Gonzáles e Fonseca (2017) destacam que o aumento da área de cultivo de soja no uso da terra nas últimas décadas é condicionado pelo comportamento do mercado externo, ávido demandante de alimentos e produtos primários do Brasil. Assim sendo, os incentivos promovidos pelo aquecimento da demanda internacional e os avanços produtivos – tais como os

aprimoramentos das técnicas de cultivo e o melhoramento genético - possibilitaram com que a cultura fosse difundida em outras regiões do país (APROSOJA, 2018).

Outro fenômeno importante no cenário nacional e que contribuiu para que o país ocupe posição de destaque no tocante à produção e comercialização de soja foi a ocupação e expansão da fronteira agrícola na região Centro-Oeste. A revolução na agropecuária brasileira, além de qualificar os sistemas já existentes, também tratou de desenvolver novas áreas agriculturáveis. Cunha (2002) afirma que, a partir dos anos 1970, a modernização incentivada pelo poder estatal iniciou seu processo de consolidação. O estado incentivou a instalação de grandes empresas do agronegócio, assim como a instalação de novos produtores e qualificação dos já instalados na região central do país.

Diante deste contexto, a região Sul detém 75,26% da sua produção de biodiesel a base de soja. Já a região Centro-Oeste produz 76,24% do seu biodiesel a base de soja. Em maio de 2017, esta mesma região foi responsável por 70,87% da produção do biodiesel a base de soja do Brasil (ANP, 2017). Dos estados que compõem a região Centro-Oeste, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso detêm 21 usinas, as quais representam um volume de produção de 2.867,00 mil m³/ano. Já a região Sul, composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, possui 13 usinas instaladas na região, com volume de produção de 2.918,00 mil m³/ano (ANP, 2017).

Assim sendo, para analisar a cadeia produtiva do biodiesel no estado do Rio Grande do Sul, vale-se da noção analítica que abarca a sequência de operações que conduzem à produção e comercialização de produtos finais, bem como as relações de interdependência e complementariedade entre os agentes (MORVAN, 1991). Estes elos podem ser identificados como compreendendo: as indústrias de insumos para lavoura, os produtores agrícolas responsáveis pelo cultivo e originação de grãos nas lavouras, a indústria esmagadora de grãos, as indústrias processadoras de biodiesel e distribuidoras de combustível.

Em síntese, a cadeia produtiva do biodiesel no Rio Grande do Sul engloba desde os fornecedores de insumos, fornecedores de grãos, processamento da matéria-prima até consumidor final. A Figura 3 apresenta o caminho percorrido pelo grão de soja (matéria-prima mais popular no estado gaúcho) em todos os elos da cadeia produtiva do biodiesel.

Figura 3 - Dinâmica de processamento da soja na cadeia do biodiesel e destino do produto até o consumidor final.



Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa bibliográfica.

Conforme representação disposta na Figura 3, a cadeia produtiva do biodiesel tem origem nas atividades agrícolas, responsáveis pela produção do grão soja. Após a colheita, o grão segue para armazenagem em empresas privadas, cooperativas ou cerealistas. Neste elo de armazenagem, o grão recebe tratamento necessário e fica disponível para aquisição por parte das indústrias processadoras de óleo de soja e indústria processadora de biodiesel. A processadora de biodiesel pode adquirir os grãos *in natura* ou o óleo de soja, dependendo da estrutura industrial que a usina de biodiesel dispõe (WILDNER, 2016).

Com o biodiesel pronto e na qualidade correta exigida pela ANP, o produto está disponível para expedição. O produto é retirado nas usinas de biodiesel pelas distribuidoras de combustíveis que adquiriram o biodiesel no leilão vigente. Em seguida, o biodiesel é adicionado ao diesel e disponibilizado nos postos de combustíveis em todo território nacional.

Zybersztajn (2000) menciona a importância da análise do ambiente institucional e organizacional das cadeias produtivas. Na cadeia do biodiesel do RS, as instituições que regulam e organizam as ações dos agentes econômicos são diversas. Citam-se:

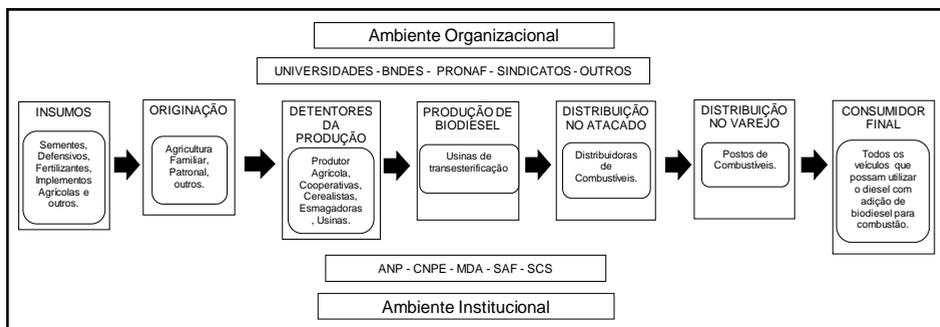
- No âmbito do Ambiente Organizacional: são identificados o papel das universidades públicas e privadas, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade de Passo Fundo e Universidade Federal de Pelotas, que desenvolvem pesquisas para o desenvolvimento agrícola e desenvolvimento de novas tecnologias de produção do biodiesel. Ainda, no financiamento bancário da lavoura de grãos, destaca-se a atuação dos bancos públicos e privados. Já no financiamento das plantas industriais, cita-se o papel do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), que atua no

fomento do desenvolvimento e aprimoramento do setor. Ademais, menciona-se a importância dos sindicatos rurais, das prefeituras municipais, da Emater, dentre outras organizações que dão subsídio para que as atividades produtivas e comerciais sejam consolidadas.

- No âmbito do Ambiente Institucional: mencionam-se as legislações, normas e diretrizes expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, responsável pela regulação e fiscalização da produção e distribuição de biodiesel. Adicionalmente, cita-se o papel desempenhado pelo: Ministério de Minas e Energia, que tem a responsabilidade de orientar e executar a política energética brasileira; Conselho Nacional de Política Energética, responsável por assessorar a presidência da República quanto aos assuntos energéticos; Ministério do Desenvolvimento Agrário, identificado na Secretária da Agricultura Familiar, que tem por responsabilidade realizar a fiscalização da origem dos grãos para concessão do Selo Combustível Social as processadoras de biodiesel, entre outras instituições que fomentam e regulam este mercado energético.

A Figura 4 ilustra a formação dos elos da cadeia no Rio Grande do Sul e as instituições que compreendem os ambientes organizacionais e reguladores da cadeia produtiva.

Figura 4 - Representação dos elos da cadeia produtiva do biodiesel.



Fonte: Elaboração da autora a partir de Oliveira (2014).

O foco de análise do presente estudo se dá no elo fornecedor de grãos, conforme citado anteriormente. A organização dos agricultores familiares inseridos nesta cadeia produtiva é orientada pelo PNPB para a compra direta ou através de cooperativas agrícolas. Enquanto organizações implementadoras de estratégias de comercialização, as cooperativas proporcionam aos cooperativados benefícios nas transações, assim como adquirem maior competitividade diante do mercado. Portanto, as cooperativas têm papel intermediador no elo fornecedor de grão da cadeia produtiva do biodiesel (MDA, 2010).

No último levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, estão habilitadas a fornecer matéria-prima para indústrias de biodiesel 112 cooperativas agrícolas em todo Brasil (MDA, 2016). Destas, 12 estão localizadas em Goiás, 14 no Paraná, 18 estão sediadas no estado da Bahia e 41 estão no Rio Grande do Sul.

Em particular, a região Centro-Oeste conta com 16 cooperativas agrícolas. Por sua vez, a região Sul apresenta 64 cooperativas agrícolas. Além do mais, considerando a principal matéria-prima utilizada na produção de biodiesel, as regiões

Sul e Centro-Oeste detinham aproximadamente 82,54% (em 2014) e 80,92% (em 2015) da produção de soja do Brasil (IBGE, 2016).

Diante das informações até então analisadas, constata-se que as cooperativas agrícolas inseridas na cadeia produtiva do biodiesel no Rio Grande do Sul possuem significativa importância perante o PNPB, já que somente o estado gaúcho possui aproximadamente 37% das cooperativas vinculadas ao SCS. No que tange a representatividade em relação à produção de soja, as cooperativas foram responsáveis por 15% do total ofertado no país em 2014 e 16,10% do total ofertado em 2015. Sendo assim, avalia-se a seguir qual o perfil de atuação destas organizações na cadeia produtiva do biodiesel a base do óleo de soja no Rio Grande do Sul.

4. COOPERATIVAS AGRÍCOLAS FRENTE À CADEIA PRODUTIVA DO BIODIESEL NO RIO GRANDE DO SUL

Lago (2009) destaca que no cenário atual e no contexto do agronegócio, as cooperativas são estruturas econômicas intermediárias, sua atuação consiste na agregação de valor aos produtos dos associados, que isoladamente teriam condições de competição restritas. Desta maneira, o desempenho das cooperativas visa como resultado uma maior produtividade e rentabilidade para o associado, promovendo a elevação da qualidade de vida, corroborando com os princípios que regem a filosofia cooperativista. Outro papel das cooperativas, é que estas atuam como um importante instrumento regulador de mercado, sendo que sua presença na região promove o desenvolvimento e a sustentabilidade dos associados da cooperativa (LAGO, 2009).

No início do PNPB, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), instituição ligada à Organização das Cooperativas Brasileiras, iniciou uma série de atividades para verificar as possibilidades de as cooperativas serem inseridas na cadeia produtiva do biodiesel. Dentre as iniciativas realizadas pelo SESCOOP, foi realizada uma pesquisa no mercado de biodiesel brasileiro e a disseminação de informações sobre como realizar a sua inserção na cadeia produtiva em seminários anuais. Conforme o documento da Série Desenvolvimento em Cooperativa “A Inserção das Cooperativas no Processo de Produção do Biodiesel (2008) ”:

[...] as cooperativas são peças fundamentais no processo de expansão da produção de oleaginosas para a geração de biocombustíveis no Brasil. [...] sinaliza que o desafio é dar início a um novo ciclo de desenvolvimento rural, socialmente incluyente e sustentável ambientalmente, e não somente de substituição dos combustíveis (SESCOOP, 2008, p. 49).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, presente nestes seminários, declarou sua posição de apoio às cooperativas. Ainda, demonstrou o interesse em formular uma política conjuntural no fortalecimento da participação das cooperativas na cadeia produtiva do biodiesel, tendo em conta que as cooperativas são de extrema importância nesse processo para inserção dos agricultores familiares na cadeia (SESCOOP, 2008).

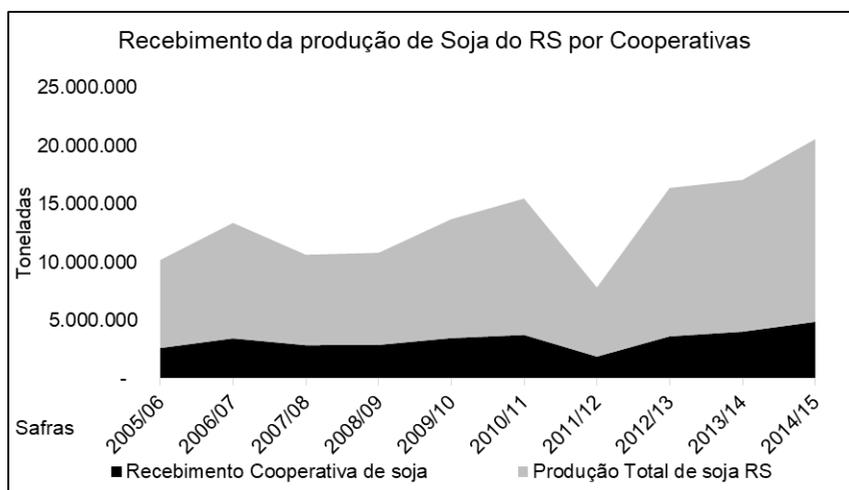
O agronegócio gaúcho possui atualmente, conforme levantamento da OCERGS (2016), 132 cooperativas agrícolas ou agropecuárias, sendo que destas, 41 cooperativas estão habilitadas a fornecer matéria-prima a cadeia produtiva do biodiesel no estado. Estas cooperativas estão distribuídas em todo estado. As cooperativas agrícolas presentes no Rio Grande Sul exercem outro papel fundamental

na cadeia de produção da soja e do biodiesel, a saber, são um dos agentes responsáveis pelo recebimento da produção de grãos dos agricultores. Ainda, são fundamentais para a comercialização destes grãos, em especial, por intermediarem as transações com as usinas de biodiesel, que possuem uma demanda no ano todo e não somente em períodos determinados.

Destaca-se, que da safra de soja do Rio Grande do Sul dos últimos dez anos, as cooperativas vêm recebendo aproximadamente 1/3 do total produzido no estado. Dados estatísticos para a safra 2005/2006, conforme levantamento da FecoAgro e IBGE, apontam que o montante de 35% da produção do estado é recebido nas cooperativas. Já para a safra 2010/2012, as cooperativas receberam 32% da soja. Na última apuração, para safra de 2014/2015, 31% da produção de soja do estado esteve nos armazéns das cooperativas gaúchas.

A Figura 5 ilustra a evolução do recebimento das cooperativas da cultura da soja, comparada à safra total dos anos selecionados.

Figura 5 - Recebimento da produção da cultura da soja por cooperativas gaúchas, comparado ao total da safra da cultura da soja no RS.



Fonte: Adaptado de FECOAGRO e IBGE (2016).

Tendo em vista as estratégias de atuação das cooperativas frente aos mercados locais, Batalha e Silva (2001) observam que este tipo de organização se configura como importante agente em prol do desenvolvimento das regiões que atuam. As cooperativas se posicionam de forma a obter a melhor performance, o que assegura o desenvolvimento sustentável da organização e trazendo benefícios também aos seus associados. Em vista disso, há promoção de empregos, geração de renda e a multiplicação de sinergias pelo trabalho coletivo realizado. Sendo assim, a relação que as cooperativas desenvolvem com as comunidades em que atuam é uma do tipo ganha-ganha.

Analisando os dados representados na Tabela 2, percebe-se que por mais que o percentual de recebimento das cooperativas no ciclo de dez anos tenha decrescido, passando de 35% para 31% do recebimento da safra do estado em seus armazéns, ainda assim o volume de grãos operacionalizados pelas cooperativas é expressivo. A produção de soja no estado vem obtendo recordes de produção a cada

ano, e as cooperativas continuam a manter seu percentual de recebimento de soja com uma variação relativamente pequena.

No ano/safra 2005/06 a produção de soja no estado foi de aproximadamente 7,5 milhões de toneladas, com recebimentos nas cooperativas de 2,6 milhões de toneladas de soja, recebendo mais de um terço da safra. Já no ano/safra 2014/15, as cooperativas receberam aproximadamente 4,8 milhões de toneladas da safra estadual de 15,7 milhões de toneladas, continuando a receber aproximadamente um terço da safra de soja do estado.

Tabela 2 – Recebimento da produção da soja por parte das cooperativas e o total da safra da cultura no RS.

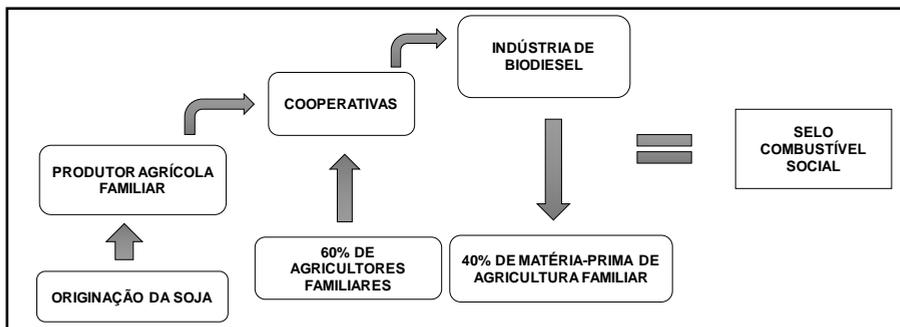
Ano/Safra	Recebimento de soja nas Cooperativas (mil/ton.)	Produção total de soja RS (mil/ton.)	% COOP x RS
2005/06	2.630.375	7.559.288	35%
2006/07	3.456.327	9.929.005	35%
2007/08	2.874.675	7.773.324	37%
2008/09	2.899.267	7.913.000	37%
2009/10	3.482.516	10.218.800	34%
2010/11	3.757.547,76	11.717.548	32%
2011/12	1.894.729,24	5.945.243	32%
2012/13	3.634.065	12.756.577	28%
2013/14	4.036.184,64	13.041.226	31%
2014/15	4.880.066,00	15.700.264	31%

Fonte: Adaptado de FECOAGRO e IBGE (2016).

Vale ressaltar que, de acordo com critérios do Selo Combustível Social, para serem habilitadas a fornecer matéria-prima às indústrias de biodiesel enquanto representantes da agricultura familiar, as cooperativas precisam ter em seu corpo de associados no mínimo 60% dos cooperados considerados agricultores familiares. Esta classificação é realizada através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pessoa física ativa e jurídica (MDA, 2014). Da mesma forma, para concessão do SCS, as processadoras de biodiesel têm de realizar a aquisição de pelo menos 40% do volume da matéria-prima para a produção de biodiesel com origem na agricultura familiar. Sendo assim, as cooperativas tornam-se importante fornecedora de matéria-prima para cadeia do biodiesel, sendo representantes dos agricultores familiares e deterem volume de produção e armazenagem de grão suficiente para atender a produção de biodiesel o ano todo. No final deste ciclo, a processadora de biodiesel que adquire soja com DAP das cooperativas no percentual necessário, obtém o SCS e é beneficiada no PIS/COFINS e nos leilões de aquisição de biodiesel (MDA, 2010; BRASIL, 2015).

A Figura 6 apresenta os vínculos pelos quais o PNPB prevê a inclusão dos agricultores familiares à cadeia produtiva do biodiesel.

Figura 6 - Importância das cooperativas frente a cadeia produtiva do biodiesel no RS.



Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa documental.

As cooperativas são importantes organizações de intermediação entre os agricultores familiares e processadoras do biocombustível. Abicht et al. (2014) destacam a importância das cooperativas, alegando que estas possuem maior poder de barganha quando se dá a negociação com indústrias de biodiesel, fato condicionado pelo volume representativo de grão que detêm para ser ofertado no mercado (por ser representante de vários produtores familiares). Os autores relatam ainda que as cooperativas podem estabelecer parcerias comerciais com outras cooperativas, elevando seu poder de barganha frente às indústrias processadoras do biocombustível.

Nestes termos de competitividade, as cooperativas podem ajustar os instrumentos contratuais de comercialização dos grãos com maior flexibilidade, tanto em relação ao valor das negociações dos volumes, quanto em relação a ocasionais renegociações dos termos de comercialização por alterações no mercado (ABICHT et al., 2014). Sobretudo, argumenta-se que as cooperativas gaúchas desenvolvem múltiplos canais de comunicação com os produtores agrícolas associados. Estes canais proporcionam à cooperativa a oportunidade de ser beneficiada pelo Selo Combustível Social. Na esfera de inclusão de pequenos agricultores ao mercado energético, a assistência técnica ofertada pelas cooperativas aos produtores rurais permite a estes expandirem sua renda e atividade produtiva através da potencialização dos seus processos com novas tecnologias produtivas e de negócios, consolidando com um forte canal de ligação entre as partes. Estas ações fortalecem as potencialidades regionais e promovem o desenvolvimento local.

Considerando a significativa importância das cooperativas gaúchas ao agronegócio do estado, aliado aos compromissos estipulados no PNPB em relação ao desenvolvimento e fortalecimento das potencialidades regionais, torna-se importante compreender os cenários interno e externo das cooperativas inseridas na cadeia produtiva do biodiesel a base de soja no Rio Grande do Sul.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas agrícolas gaúchas são importantes *players* nos mercados agropecuários e contribuintes para o desenvolvimento das comunidades em que atuam. A força e capacidade de atuação nos diferentes espaços de trocas se dá através da união dos produtores rurais que a constituem. Esse compromisso realizado

entre instituição e cooperados dá significado a filosofia da ajuda mútua e impulsiona o desenvolvimento da região de atuação da própria organização.

Com a implementação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e a consequente estruturação da cadeia produtiva do biodiesel, as cooperativas produtoras e comercializantes de *commodities* ganharam novo espaço no mercado energético nacional. A proposta do selo combustível social, prevista no PNPB, remunera mais os produtores agrícolas familiares, fato que legitima ainda mais a inserção das cooperativas neste setor. Essa legitimação é explicada na possibilidade de progresso financeiro e social que a cooperativa pode proporcionar ao agricultor familiar, como melhores preços nos insumos, assistência técnica, armazenagem da produção, educação financeira e para vida. Portanto, dentre outras funções sociais, as cooperativas apresentam significativas ações de fomento da agricultura familiar e ao desenvolvimento rural.

No Rio Grande do Sul, aproximadamente 31% das cooperativas atuantes se inserem na cadeia produtiva do biodiesel. Estas atuam como intermediárias e facilitadores da produção, distribuição e comercialização agrícola. Algumas organizações oferecem serviços de assistência técnica e coordenam a logística de transbordo da produção. Nestes termos, justifica-se que as cooperativas agrícolas promovem ações que permitem o desenvolvimento da cadeia produtiva do biodiesel, bem como o desenvolvimento regional.

A expressão do cooperativismo no Rio Grande do Sul é notável, isso deve-se ao estado ser o berço de diversas ações e organizações cooperativas, a citar as de crédito e do ramo agropecuário. A cultura de ajuda mútua condicionou a dinamização e o crescimento de muitas regiões rurais do estado. Assim, o modelo de cooperação foi uma das estratégias utilizadas para promover o desenvolvimento da agricultura e pecuária no estado gaúcho, buscando atender os objetivos comerciais de forma concomitante ao desenvolvimento das comunidades que as constituíam.

Diante da preocupação das organizações privadas e públicas com o desenvolvimento sustentável, espera-se que as cooperativas possam continuar a desenvolver as regiões em que atuam, em particular das comunidades mais vulneráveis social e economicamente. Essas organizações, além de agentes econômicos, são agentes de desenvolvimento social, com alto potencial para promover qualidade de vida e bem-estar aos seus cooperados.

Ressalva-se que os agricultores familiares possuem uma condição, por vezes, delicada frente ao ambiente competitivo dos mercados agrícolas. Por isto, a assistência técnica e extensão rural promovida e incentivada pelas cooperativas podem significar o progresso das atividades produtivas que desempenham. Além do mais, as organizações cooperativas podem figurar como veículos importantes ao acesso de novos mercados. A consolidação do PNPB instrumentalizou a cadeia do biodiesel para acolher a produção de agricultores familiares, de tal forma que o mercado energético pode ser mais uma possibilidade de constituição de renda para os produtores rurais.

6. REFERÊNCIAS

ABICHT, A.M.; CEOLIN, A.C.; PEREIRA, P.R.R.X.; CORREA, A.O. de F. As relações entre o produtor rural a cooperativa e a indústria na produção de biodiesel sob a ótica da ECT. **REDES - Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v.19, n.1, p.93-109, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2197>. Acesso em: 14 out. 2015.

ABIOVE. **Associação das Indústrias de Óleos Vegetais, 2016** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de <fguerra@abiove.org.br>. Acesso em: 13 jun. 2016.

ANP. **Boletim Mensal do Biodiesel – Dezembro de 2009**. Rio de Janeiro: ANP, 2009.

ANP. **Boletim Mensal do Biodiesel – Dezembro de 2010**. Rio de Janeiro: ANP, 2010.

ANP. **Boletim Mensal do Biodiesel – Dezembro de 2011**. Rio de Janeiro: ANP, 2011.

ANP. **Boletim Mensal do Biodiesel – Dezembro de 2012**. Rio de Janeiro: ANP, 2012.

ANP. **Boletim Mensal do Biodiesel – Dezembro de 2013**. Rio de Janeiro: ANP, 2013.

ANP. **Boletim Mensal do Biodiesel – Dezembro de 2014**. Rio de Janeiro: ANP, 2014.

ANP. **Boletim Mensal do Biodiesel – Dezembro de 2015**. Rio de Janeiro: ANP, 2015.

ANP. **Boletim Mensal do Biodiesel – Dezembro de 2016**. Rio de Janeiro: ANP, 2016.

ANP. **Boletim Mensal do Biodiesel – Fevereiro de 2017**. Rio de Janeiro: ANP, 2017.

ANP. **Boletim Mensal do Biodiesel – Novembro de 2008**. Rio de Janeiro: ANP, 2008.

APROSOJA. **A história da soja**. Cuiabá: Aprosoja, 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/soja-e-milho/a-historia-da-soja>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

BATALHA, M.O.; DA SILVA, A.L. Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições e Correntes Metodológicas. In: BATALHA, M.O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Energética. **Resolução nº 05**, de 03 de outubro de 2007. Estabelece diretrizes gerais para a realização de leilões públicos para aquisição de biodiesel, em razão da obrigatoriedade legal prevista na Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, e dá outras providências. Brasília: CNPE, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Energética. **Resolução nº 02**, de 13 de março de 2008. Estabelece em três por cento, em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, nos termos do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Brasília: CNPE, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Energética. **Resolução nº 02**, de 27 de abril de 2009. Estabelece em quatro por cento, em volume, o percentual mínimo obrigatório

de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Brasília: CNPE, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Energética. **Resolução nº 06**, de 16 de setembro de 2009. Estabelece em cinco por cento, em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Brasília: CNPE, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria nº 337, de 18 de setembro de 2015. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 set. 2015. Seção 1, p. 65-69.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Seção 1, p. 8.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014. Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 8.723, de 28 de outubro de 1993; revoga dispositivos da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 set. 2014. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 13.263, de 23 de março de 2016. Altera a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, para dispor sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 mar. 2016. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.764 de 16 de dezembro 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Seção 1, p. 10354.

CONAB. **Companhia de Abastecimento Nacional**. 2016. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

CUNHA, J.M.P. **A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2002.

DORNELES, M.A. da R.; SILVEIRA, V.C.P. A ação extensionista da cadeia do biodiesel no município Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.21, n.3, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/7601>. Acesso em: 28 dez. 2018.

FAO. **Cooperativas agrícolas, a chave para reduzir a fome e a pobreza**. 2016. Disponível em: <https://www.fao.org.br/cacrfp.asp>. Acesso em: 09 mar. 2016.

FECOAGRO. **Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul, 2015** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de <feltraco@redeagro.com.br>. Acesso em: 14 ago. 2017.

FECOAGRO. **Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul, 2017**.

GRAEF, N.D. **Análise do sistema agroindustrial (SAI) do biodiesel no Paraná com enfoque na nova economia institucional**. 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

IBGE. **Produção agrícola municipal**. Brasília: IBGE, 2016.

KNOTHE, G.; GERPEN, J.V.; KRAHL, J.; RAMOS, L.P. **Manual de biodiesel**. São Paulo: Blucher, 2006.

LAGO, A. **Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário**. 2009. 179f. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18439/000729139.pdf?sequence=>. Acesso em: 15 ago. 2015.

LLORENS, F.A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MAIA, R.R. da S. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB): implicações de uma Análise Custo Benefício**. 2012. 117f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia - Centro de Estudos em Economia, Meio Ambiente e Agricultura (CEEMA), Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.ceemaunb.com/dissertacoes2015/120.pdf>. Acesso em: 05 out. 2015.

MDA. **Cooperativas habilitadas no PNPB**. Brasília: MDA, 2016.

MDA. Portaria nº 21 de 27 de março de 2014 [Alterada pela Portaria nº 33, de 15 de maio de 2014, publicada no DOU nº 91, de 15 de maio de 2014, página 64, Seção 1 – Republicada] estabelece as condições e procedimentos gerais para a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 mai. 2014. Seção 1, p. 64.

MDA. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel**. Brasília: MDA, 2010.

MME. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis**. Ministério de Minas e Energia, ed. 107, jan./fev. 2017.

MME. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis**. Ministério de Minas e Energia, ed. 12, dez. 2008.

MME. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis.** Ministério de Minas e Energia, ed. 24, dez. 2009.

MME. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis.** Ministério de Minas e Energia, ed. 36, dez. 2010.

MME. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis.** Ministério de Minas e Energia, ed. 47, nov. 2011.

MME. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis.** Ministério de Minas e Energia, ed. 59, dez. 2012.

MME. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis.** Ministério de Minas e Energia, ed. 71, dez. 2013.

MME. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis.** Ministério de Minas e Energia, ed. 71, dez. 2013.

MME. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis.** Ministério de Minas e Energia, ed. 81, out. 2014.

MME. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis.** Ministério de Minas e Energia, ed. 91, ago. 2015.

MME. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis.** Ministério de Minas e Energia, ed. 95, dez. 2015.

MME. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis.** Ministério de Minas e Energia, ed. 99, mai. 2016.

MME. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis.** Ministério de Minas e Energia, ed. 99, mai. 2016.

MME. **Portaria nº 116**, de 04 de abril de 2013. Estabelecimento de diretrizes específicas para a formação de estoques de biodiesel no País. Brasília: MME, 2013.

MORVAN, Y. **Fondaments d'economie industrielle.** Paris: Econômica, 1991.

OCERGS. **Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul.** 2016. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/>>. Acesso em: 11 out. 2015.

PEDRINI, G.R. **Cadeia produtiva do biodiesel produzido a partir do óleo de soja no estado de Mato Grosso do Sul.** 2012. 100f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://200.129.202.51:8080/jspui/handle/123456789/1626>. Acesso em: 25 out. 2015.

PNPB. **Programa Nacional de Produção de Biodiesel.** [2010].

QUESSADA, T.P., GUEDES, L.B., BORSATO, D. Obtenção de biodiesel a partir de óleo de soja e milho utilizando catalisadores básicos e catalisador ácido. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v.6, n.11 p.1-25, 2010.

SESCOOP. **A inserção das cooperativas no processo de produção do biodiesel.** Série Desenvolvimento em Cooperativa. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. 2008. Disponível em: http://www.ocb.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/biodiesel_28_11.pdf. Acesso em: 13 out. 2015.

SILVEIRA, V.C.P.; GONZALEZ, J.A.; FONSECA, E.L. Land use changes after the period commodities rising price in the Rio Grande do Sul State, Brazil. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.47, n.4, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782017000400931&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 dez. 2018.

WILDNER, M.C. **Cooperativas agropecuárias frente à cadeia produtiva do biodiesel no Rio Grande do sul: uma análise a partir do modelo linguístico SWOT-FUZZY.** 2016. 242f. Dissertação (Mestrado em Economia e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6631/WILDNER,%20MARLUCI%20CASALINI.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 out. 2018.

ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (Org.) **Economia e Gestão de Negócios Agroalimentares.** São Paulo: Pioneira, 2000. p.1-22.

DINÂMICAS DE COMERCIALIZAÇÃO ECOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ

Cristiane Coradin¹
Valdir Frigo Denardin²

RESUMO

O Vale do Ribeira se apresenta historicamente como um imaginário de um território que ficou alheio aos principais ciclos de acumulação de capital do Estado do Paraná. No entanto, transformações socioprodutivas estão em curso, mobilizando processos de transição agroecológica e de desenvolvimento territorial sustentável. O presente estudo tem como objetivo contribuir com a qualificação de interpretações possíveis para entendimento dos processos de desenvolvimento do Vale do Ribeira, com ênfase nas dinâmicas de comercialização ecológica, fenômenos significativos observados a partir dos anos 1990.

Palavras-chaves: agroecologia; comercialização ecológica; desenvolvimento territorial sustentável.

DYNAMICS OF ECOLOGICAL MARKETING AND SUSTAINABLE TERRITORIAL DEVELOPMENT IN THE VALE DO RIBEIRA – PARANÁ

ABSTRACT

The Vale do Ribeira has historically of an imaginary presented itself as a territory that was oblivious to the main cycles of capital accumulation in the State of Paraná. However, socio-productive transformations are underway, triggering processes of agroecological transition and sustainable territorial development. The objective of this article is to understand the relationship between the commercialization dynamics and agroecological transition and sustainable territorial development of the Vale do Ribeira, Paraná.

Keywords: agroecology; ecological marketing; sustainable territorial development.

¹ Graduada em Agronomia (UFPR). Mestre em Extensão Rural (UFSM), Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). E-mail: cristianemottimcoradin@gmail.com

² Graduado em Ciências Econômicas (UFSM); Mestrado em Economia Rural (UFRGS); Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ) Pós-Doutorado Université de Nanterre, França. Professor titular da UFPR. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR) e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS/UFPR). E-mail: valdirindenardin@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As práticas de comercialização têm sido apontadas em diversos estudos rurais contemporâneos como um dos principais limitantes da construção de processos de transição agroecológica e de ecologização de agricultores familiares. Em anos recentes, vários estudos têm sido realizados na busca pela compreensão de processos de comercialização ecológica e de como eles têm impactado diferentes dimensões da sustentabilidade e do desenvolvimento rural.

A pesquisa foi elaborada com o intuito de compreender as relações entre dinâmicas de comercialização ecológica, transição agroecológica e desenvolvimento territorial sustentável no Vale do Ribeira Paraná.

Com base em pesquisa de campo e bibliográfica, procurou-se retratar as condições sobre o território do Vale do Ribeira no Paraná, a fim de responder ao objeto de pesquisa e levar estas contribuições para o campo científico.

O Vale é a região de mais antiga colonização paranaense. Estudos de Carril (1995), Fernandes et al. (2007) e Sahr et al. (2011) indicam que as raízes históricas da formação social e étnica do campesinato negro e caboclo³ do Vale do Ribeira Paraná remontam ao período compreendido entre os séculos XVII e XIX, a partir da exploração escravista e decadência da mineração do ouro de aluvião, estabelecido no Rio Ribeira de Iguape, abrangendo os estados de São Paulo e Paraná.

Além disso, a povoação deste território também se deveu em menor medida pela constituição de colônias de povoamento de imigrantes alemães e italianos, a partir das primeiras décadas de 1900⁴.

De acordo com estudos do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER, 2008) e também de Valter Bianchini (2010), o predomínio de relevo acidentado, montanhoso, limitou a adoção de agricultura mecanizada intensiva, condicionando esse território à adaptação e manejo mínimo do solo, mantendo um tipo de agricultura e de campesinato específico e historicamente construído.

Esse tipo de agricultura foi estudado por Lourival Fidelis (2011) e é entendido como uma “Agricultura Tradicional Camponesa”, praticada por caboclos e remanescentes de quilombos do Vale, composta por sistemas de produção baseados na roçada, amontoa e queimada da mata primária e secundária em regeneração, ou da derrubada e queima da mata fechada, local em que os agricultores instalam roças de milho, mandioca, feijão, arroz, abóbora, e outras culturas, abandonando a região assim que a produtividade declina, retornando a esta área anos após, quando da melhoria das condições do solo.

De acordo com as entrevistas de campo, observou-se que esses sistemas de produção sofreram forte impacto entre os anos 1960-1990, com processos de concentração fundiária territorial, pela aquisição de terras por empresas produtoras pinus, o que gerou a redução da capacidade produtiva e regenerativa dos agroecossistemas locais, alterações nas relações de mercados e êxodo rural.

Apesar de ter se mantido à margem dos principais ciclos econômicos do Estado do Paraná (BIANCHINI, 2010), a partir dos anos 1970, a dinâmica produtiva

³ O termo caboclo, tal como entendido por Arlene Renk (S.l. p.01), significa uma categoria construída pela oposição entre grupos étnicos imigrantes europeus - colonos de origem, e “[...] os nativos, desclassificados como **caboclos[brasileiros]**. “À medida em que o caboclo se apresenta como diferente dos colonizadores, utiliza sua precedência no solo. ‘O caboclo é o segundo brasileiro. O primeiro é o índio’. ‘Ele não tem origem, como os italianos e os alemães. Ele é brasileiro. É do Brasil’” (SAVOLDI e RENK, 2008, p. 13).

⁴ Para Chayanov (1974), o campesinato representa uma categoria social específica, uma unidade de produção econômica, cuja constituição organizativa baseia-se no trabalho familiar, na produção de valores de uso diversificados; no bem estar familiar, objetivando um equilíbrio mínimo entre produção/consumo/bem estar/trabalho doméstico, e não uma taxa média de lucro, conectando-se a mercados e instituições de diferentes formas, a depender dos contextos.

ocorreu com base na introdução do cultivo florestal de espécies exóticas – especialmente pinus – e também pela instalação de diversas mineradoras, principalmente para a produção de cimento.

Além disso, é relevante destacar que os três municípios mais próximos à capital do Paraná, Curitiba, quais sejam: Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul e Itaperuçu, têm abastecido a cidade de Curitiba diariamente com mão-de-obra pouco especializada, servindo como municípios “dormitórios” de milhares de trabalhadores urbanos, os quais migram todos os dias para trabalhar na cidade de Curitiba.

Para o Deser (2008) e Bianchini (2010), essa perspectiva hegemônica de desenvolvimento adotada no Vale do Ribeira Paraná tem se mostrado equivocada. O território apresenta um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano do Paraná e do Brasil - a média dos sete municípios do território é de 0.682, enquanto no país é de 0.772 e no estado 0.787 (IPARDES, 2007). No entanto, desde os anos 1990 algumas modificações começaram a ser observadas nesse território, na busca por alternativas de produção, de comercialização e de desenvolvimento rural.

A partir de meados dos anos 2000, a fragilidade socioeconômica fez com que o Vale se tornasse objeto de diversos Projetos de Desenvolvimento Territorial, sendo classificado como um dos oito “Territórios de Cidadania⁵” do Paraná, passando a receber estímulos públicos específicos, a partir da execução de projetos e programas especificamente elaborados e ‘adaptados’ às condições regionais.

Esse artigo segue na esteira de outros elaborados pela autora (CORADIN, 2012, 2014), e tem como objetivo avançar na compreensão teórico-empírica de alternativas emergentes de agricultura, ruralidades, territorialidades e sociabilidades de desenvolvimento no Vale do Ribeira.

2. MÉTODO

Esta pesquisa tem cunho qualitativo e foi realizada através pesquisa bibliográfica, observações de campo e entrevistas semiestruturadas, realizadas em 2013, 2015 e 2016.

Priorizou-se a associação dessas três ferramentas metodológicas com vistas à triangulação de informações a fim de possibilitar a construção de análises sociais complexas dos fenômenos observados, tal como sugere (CELLARD, 2012).

A pesquisa bibliográfica compreende, segundo Stumpf (2009, p. 51), o “conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado [...] para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico”.

Na mesma perspectiva, Duarte (2009) e Yin (2010) mencionam que a análise de uma experiência, um caso, deve reunir informações numerosas e detalhadas, que permitam apreender a totalidade de uma situação e, para tal, sugerem o uso de

⁵ Criado em 2008, o programa foi uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões mais pobres do país. A base do programa era a integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em planos desenvolvidos nos territórios, com o protagonismo da sociedade. Cada território tinha seu Colegiado Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade, que se reunia em assembleias abertas à participação dos interessados e determinava um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações para todo o ano. Os territórios foram definidos de acordo com as características econômicas e ambientais de cada região, formando conjuntos de municípios com identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os territórios demonstravam de forma mais nítida as condições de vida dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade, o que facilitava o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões (PERSEU ABRAMO, 2018).

técnicas de coleta de informações variadas como observações, entrevistas, documentos, dados quantitativos, entre outros.

As entrevistas e a pesquisa participante, por sua vez, permitem a “[...] inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada.” (PERRUZO, 2009, p. 125). Para Poupard (2012, p. 216-217) a entrevista seria indispensável “[...] como instrumento que permite elucidar suas condutas na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações.

Em 2013 foram realizadas observações de campo na Comunidade Remanescente de Quilombos (CRQ) Córrego das Moças e na cidade de Adrianópolis, com agentes de assistência técnica e extensão rural, com objetivo de compreender o processo desses atores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em 2013 foram realizadas observações de campo e 27 entrevistas qualitativas semiestruturadas na CRQ Córrego das Moças – Município de Adrianópolis, das quais, duas realizadas com mediadores de organizações quilombolas territoriais e regionais, sete com mediadores locais de órgãos de assistência técnica e extensão rural, e dezoito com agricultores quilombolas (homens, mulheres e jovens), com o objetivo de compreender o processo de inclusão dos quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Durante 2015 e início de 2016, através do Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável – Secretaria de Desenvolvimento Territorial – Ministério do Desenvolvimento Agrário, a primeira autora, como assessora técnica e pesquisadora participante, realizou novas incursões mensais a campo abrangendo o conjunto dos sete municípios do Vale do Ribeira Paraná, tendo visitado comunidades camponesas e quilombolas, participado de reuniões de planejamento e execução de políticas e programas territoriais.

No ano de 2015 procedeu-se a técnica de grupo focal com cinco agricultores - mediadores ecológicos territoriais - que vivem em Cerro Azul e atuam no território do Vale. O objetivo foi compreender as relações entre a formação da Rede Ecovida, o circuito de trocas ecológicas e a participação desses atores em mercados institucionais, feiras livres e na criação de novos mercados ecológicos.

Essas opções metodológicas possibilitaram aos autores realizar aproximação entre entrevista e observação, valendo-os do papel de mediadores dos diálogos estabelecidos entre os entrevistados. Gondim (2002) destaca que os sujeitos participantes da pesquisa encontram no Grupo Focal liberdade de expressão, que é favorecida pelo ambiente, levando a uma participação efetiva.

3. DINÂMICAS DAS FEIRAS LIVRES E O INÍCIO DAS TRANSIÇÕES AGROECOLÓGICAS

Situado no leste do Estado do Paraná, o Vale do Ribeira ocupa 21,5% de toda a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, sendo composto por sete municípios (Doutor Ulisses, Cerro Azul, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Bocaiúva do Sul, Tunas do Paraná e Adrianópolis). A figura abaixo mostra a localização desse território:

Para Gliessman (2000, p. 52) a conversão agroecológica é compreendida como qualificação e ampliação da sustentabilidade, no sentido em que potencializa “[...] a condição de ser capaz de colher biomassa [...], porque sua capacidade de se renovar ou ser renovada não é comprometida”.

Os processos de ecologização do Vale do Ribeira foram parcialmente estudados por Bradenburg e Ferreira (2012) e Padilha e Brandenburg (2012). Estes autores demonstraram que nos anos 1990 os camponeses então vinculados à Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) e à Rede Ecovida⁶, optaram pela venda de seus produtos ecológicos a grandes redes de comercialização varejista em Curitiba. No entanto, essa alternativa se mostrou inviável ao longo do tempo, estimulando-os a buscar novas soluções.

Tal como apontado por Brandenburg e Ferreira (2012), a comercialização tem sido um dos principais limitantes dos processos de conversão agroecológica dos agricultores familiares⁷. Nos anos 1990 observaram-se retrocessos, tendo em vista que alguns agricultores desistiram do processo de conversão agroecológica. Outros, por sua vez, buscaram constituir novos mercados varejistas em Curitiba. Frente a tais adversidades, a opção coletiva adotada por esses camponeses e agricultores familiares foi buscar formas alternativas de comercialização direta, se integrando às primeiras feiras ecológicas de Curitiba. (PADILHA; BRANDENBURG, 2012; BRANDENBURG; FERREIRA 2012).

Os esforços desses atores refletem perspectivas de construção social de mercados, entendidos como processos portadores de estratégias econômicas que são mediadas por relações sociais, subjetividades e culturas, e [...] “adequada à realidade dos agentes econômicos de pequeno porte [...]” (Maluf e Wilkinson, 1999, apud Maluf, 2004, p. 06), as quais podem ser entendidas como a criação de circuitos curtos e regionais de comercialização, correspondendo, dessa forma, às novas demandas urbanas em expansão. Segundo Maluf (2004, p. 7-8):

Os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos formam-se no âmbito das regiões no interior do país ou no entorno dos núcleos urbanos de pequena e média dimensão. Além dos produtores agrícolas, estes circuitos são integrados por cooperativas ou associações de pequenos agricultores constituídas para beneficiar ou processar as matérias-primas agrícolas, e por empreendimentos urbanos industriais e comerciais, também de pequeno porte, ligados à transformação, distribuição e consumo de produtos alimentares. [...] Nos circuitos regionais está incluída, ainda, a venda direta aos consumidores realizadas pelos próprios agricultores. Apesar do critério para delimitar os circuitos regionais ser, em primeira instância, geográfico pois ele se baseia na proximidade física entre os agentes, o desenvolvimento de tais circuitos é uma resultante de processos socioespaciais (MALUF, 2004, p. 6-7).

⁶ Rede Ecovida é uma organização social de certificação ecológica participativa que, desde os anos de 1990 vem sendo construída no sul do Brasil por agricultores familiares. Se constitui como uma Rede de Certificação e, ao mesmo tempo com uma organização social que, através de metodologias participativas, possibilita trocas de experiências, solidariedade, cooperação.

⁷ Agricultura familiar aqui é compreendida como uma categoria política, que guarda traços de permanências e transformações, desde uma gênese que se situa nas formações sociais dos campesinatos heterogêneos brasileiros (WANDERLEY, 2003; NEVES, 2007). O uso deste termo, sob o aspecto político, pode ser justificado, por tornar categorias sociais de agricultores historicamente subordinados a relações econômicas de exploração e de submissão, como [...] “*sujeitos de direitos consagrados*” [...] (NEVES, 2007, p. 15.) visando à construção de relações sociais que assegurem maior autonomia e liberdade (PLOEG, 2008).

Tal como citado por Maluf (2004), a dimensão socioespacial apresenta significativa relevância na comercialização agroalimentar, envolvendo os processos de constituição e de resignificação dos territórios. O território, tal como definido por Pecqueur (2005, p. 13), possui uma dimensionalidade construtiva, que não se define somente pelas condições ambientais ou produtivas, mas pelas relações sociais dos atores:

[...] nessa perspectiva, o território é o resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é postulado, é constatado a posteriori.. [...] É necessário, portanto, entender que o território é, ao mesmo tempo, um 'envolvente' ('contenant', o que contém) e o resultado de um processo de elaboração de um conteúdo (PECQUEUR, 2005, p. 13).

Nesse sentido, compreende-se que as feiras ecológicas de Curitiba, ao se constituírem como processos permanentes de comercialização dos produtos ecológicos do Vale do Ribeira, têm possibilitado recriações de reprodução social de condições camponesas, ao mesmo tempo, favorecido transformações nos arranjos agroalimentares e desse território.

A construção social inerente aos circuitos curtos e regionais de comercialização, ao mesmo tempo em que é mobilizada, mobiliza o território, promovendo nele modificações socioespaciais, ambientais e culturais. De acordo com Maluf (2004, p. 08):

A proximidade física não é suficiente para gerar relações sistemáticas e sinérgicas entre os agentes econômicos instalados numa determinada região, relações que constituem condição para a conformação dos referidos circuitos regionais. Estas relações são construídas por processos que refletem as formas sociais de ocupação do território, as opções de estratégia dos agentes econômicos envolvidos e as ações públicas voltadas para promover as atividades econômicas locais e regionais (MALUF, 2004., p. 8).

Os estudos de Fidelis (2011) ao analisar processos de ecologização de quilombolas do Vale, os estudos de Brandenburg e Ferreira (2012) sobre ecologização em Rio Branco do Sul e os estudos Rodrigues (2013) sobre a Cooperafloresta, corroboram com tal perspectiva. Possibilitam-nos compreender que a alteração dos circuitos de comercialização tem sido acompanhada por transformações dos arranjos agroalimentares e das territorialidades a eles associadas.

Essas evidências foram observadas a campo, através da introdução de práticas sócio-técnicas de base ecológica, tais como recuperação da fertilidade do solo, diversificação produtiva e alimentar, enriquecimento da biodiversidade e conservação dos recursos hídricos. Essas ações constituem a dimensão agrônoma e ecológica de conversão agroecológica, tal como concebidos por (GLIESSMAN, 2000; KHATOUNIAN, 2001).

Além disso, estudos Fidelis (2011), Brandenburg e Ferreira (2012) e Rodrigues (2012) indicam que a transformação de arranjos agroalimentares também tem ocorrido de forma indissociável dos processos de resignificação simbólica da relação desses agricultores com a natureza, consigo mesmos e com o meio.

Brandenburg e Ferreira (2012) argumentam que a transformação desses arranjos agroalimentares tem possibilitado a construção de novas racionalidades ambientais, baseadas na reconstrução de relações simbólicas e materiais, que

reconstruam relações entre humanos e natureza, desconstruindo visões de mundo dicotômicas racionalistas, modernas e instrumentais, que separam humanos da natureza (LEFF, 2014), possibilitando a emergência de racionalidades socioambientais, que reconectam humanos e natureza como co-criadores e mantenedores das ecologias dessas territorialidades situadas.

A ecologização, como construção da racionalidade ambiental tal como compreendida por Leff (2014), representa a transformação não somente das práticas sócio-técnicas, sócio-espaciais e cotidianas e do ambiente biofísico, mas também do conjunto das representações simbólicas envolvidas, transformando ações, subjetividades e identidades dos sujeitos, o que implica em transformações coetâneas das territorialidades co-criadas com esses atores.

4. MERCADOS INSTITUCIONAIS E ECOLOGIZAÇÃO

Já em idos dos anos 2000, principalmente a partir de 2008-2009, para além das feiras livres realizadas na Cidade de Curitiba, os camponeses do Vale começaram a acessar programas públicos de comercialização, tais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desencadeando novas atualizações no âmbito das dinâmicas territoriais e de comercialização ecológica do Vale do Ribeira.

Os dados de campo possibilitam traçar análises do detalhamento das experiências de integração à compras institucionais para os municípios de Cerro Azul e de Adrianópolis, sendo que, para os demais municípios, as informações coletadas ao longo de 2015 e 2016, foram de abrangência territorial, envolvendo os sete municípios do Vale do Ribeira.

De forma didática, a experiência de integração desses municípios à mercados agroalimentares ecológicos pode ser compreendida em dois “cinturões verdes” principais. Um primeiro mais afastado da capital Curitiba, que envolve o município de Cerro Azul e Adrianópolis, e em outro, mais próximo da capital, Rio Branco do Sul, Bocaiúva do Sul, Tunas e Itaperuçu.

O primeiro cinturão verde é composto predominantemente por camponeses e quilombolas que vivem de atividades agrícolas, pecuária, produção de leite, olerícolas e agricultura de subsistência diversificada. O segundo, por sua vez, abriga municípios considerados ‘dormitórios’ de trabalhadores assalariados urbanos, que migram todos os dias para trabalhar na cidade de Curitiba. Nesses municípios ainda há uma parcela minoritária de habitantes que são camponeses e agricultores familiares.

No que diz respeito ao cinturão Cerro Azul – Adrianópolis, a Associação Sertaneja representa uma experiência pioneira de inserção em mercados institucionais no Vale. Ela está localizada no município de Cerro Azul, fundada em 1998, sendo constituída por 32 famílias certificadas como orgânicas. Desde 2002 essas famílias comercializam nas feiras ecológicas de Curitiba. Em 2004 se inseriram nos mercados institucionais, operacionalizando um projeto de PAA.

Antes de ingressar no PAA, os cultivos agrícolas ecológicos dos camponeses vinculados à Associação Sertaneja basicamente contemplavam *ponkan*, laranja, mandioca e feijão. A partir desse projeto de PAA, houve ampliação e diversificação produtiva, de modo que as famílias começaram a produzir também milho verde, batata doce, abóbora e pepino.

Em 2005 os agricultores vinculados à Associação Sertaneja e à Cooperativa de Agricultores Familiares de Cerro Azul (COOPAFI), operaram um projeto de R\$ 200.000,00, atendendo 80 famílias; nesse interim, as feiras ecológicas de Curitiba continuaram e expandiram-se, com duas novas feiras semanais. Também em 2010,

08 famílias se filiaram à AOPA, e começaram a operar o PNAE, processo que envolveu famílias certificadas como ecológicas ou em processo de certificação.

Nesse período os camponeses que participaram desses projetos relataram que houve incentivo à diversificação da produção, segundo eles havia garantia de preço e comercialização. Aumentou-se a produção de hortaliças, mandioca e frutas (uva, pêssego, caqui, banana, além da *ponkan* e laranja).

Em Adrianópolis, a partir do ano de 2009, cinco das sete CRQ desse município começaram acessar o PAA na modalidade compra direta com doação simultânea. Em 2009, foram 20 famílias, através da Coopafi, integrando o cinturão Cerro Azul-Adrianópolis; em 2010, 58 famílias, pela Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Sete Barras (vigente 2010/2011). No final do ano de 2012 (vigência 2012/2013), foi aprovado outro projeto para 124 famílias, sendo 59 quilombolas, com total de 180.000 Kg de alimentos, entre as quais verduras, frutas e legumes comercializados semanalmente para escolas de Adrianópolis.

Para esse município, também se observou ampliação da diversificação produtiva, com a introdução de olerícolas aos sistemas tradicionais de agricultura quilombola, baseados no cultivo de roçado (milho, feijão e mandioca).

Através das entrevistas realizadas em 2013, constatou-se que por meio do PAA essas famílias começaram a desenvolver práticas socio-técnicas ecológicas modernas⁸ em associação à agricultura tradicional camponesa. A campo as famílias destacaram melhoria na diversidade e qualidade da alimentação familiar, e ampliação da geração de renda familiar, principalmente para mulheres e jovens quilombolas, o que segundo elas, contribuiu para positividade de suas identidades quilombolas como “trabalhadores” (CORADIN, 2014).

Com relação ao PNAE, a inclusão desses grupos remanescentes de quilombos iniciou em 2012, através da construção do circuito de trocas do Vale do Ribeira, escoando principalmente banana ecológica por meio da AOPA. A partir de 2013, o PAA foi interrompido mantendo-se somente as entregas do PNAE. Essa interrupção do PAA gerou redução da diversidade de produtos produzidos, situação que começa a se alterar somente a partir 2015.

No outro cinturão do território, Rio Branco do sul, Itaperuçu, Bocaiúva do Sul e Tunas, também houve integração ao PAA e PNAE no mesmo período (2008-2010), tanto em nível municipal, quanto em nível territorial e estadual. Em Rio Branco do Sul e Itaperuçu foram cerca 300 famílias de agricultores beneficiadas em 2012, através da Associação do Conselho Agrícola de Rio Branco do Sul (ACARS) e da Associação de Produtores na Agricultura Familiar de Itaperuçu (APRAFI).

Nesse período (2008-2010), houve a criação do circuito de trocas do Vale do Ribeira. Coordenado pela AOPA (integrante da Rede Ecovida), esse circuito possibilitou a criação de uma dinâmica agroalimentar ecológica territorial, que colocou em conexão diversos grupos ecológicos certificados do Vale com os mercados institucionais territoriais e de Curitiba, e também com as feiras ecológicas dessa cidade, como forma de otimizar logísticas dentro do Vale e com Curitiba.

A criação desse circuito de trocas do Vale possibilitou otimizar usos de infraestruturas materiais e também a ampliação de fluxos de interações sociais e coletivas entre esses atores locais, fortalecendo laços sociais de solidariedades camponesas, entendidas como capacidade de ajuda mútua e de reciprocidade, tal como abordadas por Sauborin (2009). Essas solidariedades camponesas, segundo os mediadores territoriais tem sido fundamental para a ampliação do número de famílias camponesas certificadas nesse território.

⁸ Compostagem, cobertura morta, rotação de cultivos, adubações verdes, conservação e multiplicação de sementes crioulas e sistemas agroflorestais subtropicais.

Esse processo possibilitou a ampliação do número de famílias certificadas orgânicas, passando de 32 em 1990 para 245 em 2015. Dessa forma, analisa-se que a inclusão desses camponeses e agricultores familiares aos mercados institucionais, impulsionada pelo protagonismo territorial das organizações de agricultura familiar e camponesa foi fundamental para a promoção de novas e melhores condições de reprodução social camponeses, bem como transformações territoriais.

Entretanto, em 2012 esse processo sofreu um refluxo, pelo fato de que nesse ano houve um processo de fiscalização da CONAB, que bloqueou o pagamento dos agricultores, iniciando uma crise nesse setor agroalimentar, não somente do Vale do Ribeira, mas em todo o Estado do Paraná⁹.

Com a crise desencadeada pela interrupção do PAA os agricultores associados à AOPA e Rede Ecovida procuraram se organizar e acessar outros mercados. Para fazer frente a essa crise, todos os conhecimentos, habilidades e competências de comércio e de gestão adquiridas no período anterior, bem como as infraestruturas logísticas adquiridas foram fundamentais para reforçar o caráter sócio-construtivo desses mercados, tal como abordado por Maluf (2004).

A partir desse contexto, novas formas de comercialização também começaram a ser criadas, tais como: pequenas feiras livres locais nos municípios do Vale, e entrega de cestas de produtos ecológicos em domicílios em Curitiba, a exemplo dos agricultores camponeses associados à AOPA e à Associação Sertaneja de Cerro Azul e de Bocaiúva do Sul.

No que diz respeito ao PNAE, os anos 2013 e 2014 foram períodos de reajuste e reorganização dos grupos participantes. O PNAE, via AOPA, comercializou em 2011 para 64 escolas estaduais em Pinhais. Em 2012, 164 escolas, e em 2015, são 280 escolas estaduais, abrangendo tanto a capital Curitiba quanto os municípios do primeiro (fronteiriços a Curitiba) quanto do segundo (próximos de Curitiba) “cinturão verde” de Curitiba.

Outrossim, observações de campo indicam que para aqueles agricultores menos capitalizados e distantes da cidade de Curitiba, que estavam integrados somente aos mercados institucionais, principalmente ao PAA, como famílias e mulheres quilombolas de Adrianópolis, algumas deixaram de produzir quando houve a interrupção desses projetos, não conseguindo atingir outros canais de comercialização de imediato, sendo que algumas famílias abandonaram a produção ecológica e voltaram para antigas ocupações domésticas ou pluriativas.

Por fim, fica evidenciado que os mercados institucionais (principalmente o PAA), vinham contribuindo de forma significativa para a promoção de condições de reprodução socioambiental em perspectiva ampliada e includentes.

5. REDES, CAPITAIS SOCIAIS E GOVERNANÇA TERRITORIAL NA ECOLOGIZAÇÃO

Para tornar possível a abertura, manutenção e ampliação das feiras ecológicas, bem como a operacionalização dos Programas Institucionais de Compras emergiu no Vale a necessidade do fortalecimento de uma governança territorial:

[...] afirma-se que esta resulta de relações de poder que se efetivam pela atuação dos diversos atores/agentes nas diferentes redes de poder socioterritoriais, reafirmando a necessidade de emergência e constituição de um novo bloco

⁹ Várias Cooperativas e Associações de Agricultores Familiares do Estado do Paraná entraram em falência, muitos agricultores se endividaram e alguns desistiram da atividade produtiva.

histórico local, que prefere chamar bloco socioterritorial, capaz de definir os novos rumos para o desenvolvimento do território ou região, como condição para a implementação de novas práticas, preferentemente mais democrático-participativas (DALLABRIDA e BECKER, 2003, p. 74-74).

Os autores Dallabrida e Becker (2003, p. 75), com base em Boisier (1998), mencionam dois requisitos básicos para que se possa efetivar o que eles denominam de “[...] ‘intervenções territoriais inteligentes’ com possibilidade de êxito [...]”, são elas: “[...] a construção de um novo conhecimento e a construção do poder político local/regional”.

As intervenções territoriais dependem das condições locais e da formação de capitais sociais, sendo estes:

[...] um conjunto de elementos que fazem parte da estrutura social e da cultura, como as normas de reciprocidade, os padrões de associativismo, os hábitos de confiança e cooperação entre as pessoas, as relações que ligam segmentos variados da sociedade. Em sentido mais restrito pode-se entender capital social como a “[...] habilidade de criar e sustentar associações voluntárias’ (PUTNAM, 2000, p. 177).

A presença de capital social torna possível atingir os objetivos almejados pelos atores locais, superando a condição de território-palco para território-ator (DALLABRIDA e BECKER, 2003) ou território socialmente construído (PECQUEUR, 2005).

No Vale, o processo de governança territorial se constituiu durante os anos 2000 com dois blocos de atores principais, por um lado os poderes públicos municipais, estaduais e federais, vinculados a Programas, recursos financeiros e Projetos de Desenvolvimento Territorial, e por outro, com organizações da sociedade civil, representadas principalmente por Redes, Cooperativas, Associações de agricultores familiares, camponeses e de Remanescentes de Quilombos.

Dentre as organizações da sociedade civil, destaca-se a presença da Rede Ecovida como a principal certificadora e mobilizadora dos processos de ecologização da agricultura do Vale, o que pode ser descrito nos estudos de Brandenburg e Ferreira (2012), Rodrigues (2013) e Coradin (2014), respaldadas pelas observações em campo desta pesquisa.

Nesse bloco, merece destaque o Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale como ator chave no processo de governança territorial. Nesse espaço esses diversos atores territoriais puderam participar, disputar e construir estratégias dirigidas à promoção do Desenvolvimento Territorial.

Esse espaço de discussão foi constituído no ano 2002 e assumido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) em 2003, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PTDRS, 2011). Conforme Delgado, Bonnal e Leite (2007) esses espaços não são neutros, mais sim permeados por relações de poder, em que agrupamentos políticos, agentes individuais e/ou coletivos disputam capitais, projetos e propostas políticas entre si¹⁰.

De acordo com levantamento de dados realizado em 2015, pode-se constatar que dois projetos de PROINF operados no Vale tiveram recorte específico direcionado à estruturação da comercialização ecológica, com enfoque na infraestrutura logística

¹⁰ O principal meio de acesso a recursos financeiros era proveniente do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF).

para estruturação de circuito de trocas do Vale, representando cerca de 30% do total de recursos destinados pelo governo Federal ao PROINF.

Compreende-se que esse espaço de governança territorial, assumido como espaço de fomento de projetos associados aos programas institucionais de comercialização (PAA e PNAE), foi fundamental para possibilitar a criação e ampliação do circuito ecológico de trocas do Vale do Ribeira Paraná, fortalecendo a ecologização e a diversificação agroalimentar territorial, em conexão com a Capital Curitiba.

No entanto, as últimas observações a campo realizadas mostraram fragilidades e baixa capacidade, tanto do poder público quanto das organizações de agricultura familiar atuantes no território, principalmente a Rede Ecovida, AOPA e Cresol, em dar sequência ao processo de dinamização do território.

A partir de 2016 constatou-se que as práticas de governança territorial fragilizaram-se em decorrência do encerramento do Programa Territórios da Cidadania e do Fórum de Desenvolvimento Territorial. Isso gerou um vazio institucional territorial e ao mesmo tempo uma fragmentação das ações territoriais. O processo de governança territorial deixou de ser realizado pela associação dos blocos de atores públicos e da sociedade civil no espaço do Fórum, para acontecer de forma fragmentada, de acordo com relações de proximidade de objetivos entre os atores locais, sejam eles públicos ou da sociedade civil.

As informações coletadas em campo indicam que até 2016 o processo de governança ainda guardava uma condição pública-funcional, caracterizando-se como território palco (Dallabrida; Becker, 2003), ainda centralmente voltada à aquisição e gestão de recursos públicos pelo conjunto dos atores territoriais.

Associado a isso, com a crise dos mercados institucionais, principalmente do PAA, percebeu-se redução da participação e capacidade de geração de renda, principalmente para aquelas categorias sociais menos capitalizadas, com recorte racial (negros), de gênero (mulheres) e geracional (jovens). São principalmente essas categorias sociais que têm tido as maiores dificuldades para conseguir criar e gerenciar a construção de novos mercados, tais como feiras livres, sacolas, entre outros, a fim de se manter na atividade produtiva.

Ao mesmo tempo, observou-se que para as famílias mais capitalizadas, principalmente neo-rurais¹¹, que vivem no cinturão mais próximo da capital Curitiba, cujo perfil predominante detém mais capital social (PUTNAN, 2000), melhores infraestruturas, ensino superior, habilidades de comunicação e recursos logísticos são mais exitosos no acesso a novos mercados de contato face a face.

Nota-se também que as ações de governança, antes engajadas na criação de novos canais de comercialização deixou de ter centralidade em agências e recursos governamentais, com participação da sociedade civil,¹² para re-centrar-se nas agências coletivas dos atores da agricultura familiar e camponesa, principalmente concretizadas por meio de neo rurais, inseridos em redes de agroecologia e agricultura familiar (AOPA, ECOVIDA).

No entanto, a campo percebe-se que esse movimento de reconstrução de uma possível governança territorial até o presente momento não tem assegurando ampla re-inclusão de camponeses menos capitalizados, mulheres e jovens quilombolas à esses novos mercados ecológicos.

¹¹Os referimos a aquellas personas que, habiendo vivido en zonas urbanas, Neo rurais se definen como aquellas familias que " [...] deciden fijar su residencia y actividad laboral en un entorno rural. Lo esencial es que desean vivir en el medio rural, y asociado a ello pretenden dar un cambio importante a sus vidas. Contemplan lo rural como alternativa a la vida urbana". (IBARGÜEN RIPOLLÉS et al., 2004, p. 5)

¹² Com centralidade à ação governamental.

6. ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO EM CONSTRUÇÃO

Tal como referido no início desse texto, o Vale do Ribeira tem sido representado historicamente como um território que ficou alheio aos principais ciclos de acumulação de capital do Estado do Paraná (BIANCHINI, 2010). Ao mesmo tempo é o território do Estado do Paraná com o maior número de comunidades negras certificadas e reconhecidas (GTCM, 2006).

O modelo de desenvolvimento adotado no Vale participa de uma perspectiva de acumulação neoxtrativista hegemônica, que atualiza e intensifica ações extrativistas de economias, um estilo de acumulação primitiva, que se atualiza e se intensifica nos atuais contextos de crise contemporânea de acumulação global de capital (BRANDÃO, 2010).

Esse modelo de acumulação tem aprofundado riscos, incertezas, injustiças e conflitos socioambientais no Brasil, colocando os conflitos socioambientais pela apropriação de recursos na centralidade das ações dos atores. Que colocam por um lado populações tradicionais, camponesas, e por outro, como geradores desses conflitos, o próprio Estado, investidores, empresas mineradoras, especulação imobiliária, entre outros (ACSELRAD, 2009; PORTO, PACHECO e LEROY, 2013).

A associação entre programas públicos, agentes do poder público e atores da sociedade civil engajados em uma governança compartilhada, focados na reconstrução agroalimentar ecológica do Vale, embora insuficiente, se mostrou uma alternativa viável para aquele contexto, capaz de mobilizar a construção de uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável, que “[...] designa todo processo de mobilização dos atores que eleva à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PECQUEUR, 2005, p. 12).

No entanto, no atual contexto essa estratégia está em inflexão, o que incita à busca pela construção de novas reflexões. Para isso a aproximação e o diálogo conceitual entre teorias decoloniais e de desenvolvimento territorial pode possibilitar a refletir hoje como construir o território do Vale desde emergências materiais e simbólicas positivadas dos atores locais.

Dessa forma, se trata de recriar, a partir das dinâmicas desses indivíduos e coletividades processos de construção territorial, como produções ontológicas de sujeitos e de identidades culturais, como reconstruções ecológicas dessas territorialidades (LEFF, 2014, ESCOBAR, 2014).

E a partir dessas reconstruções ontológicas, construir cognição e tradução de ativos humanos e não-humanos territoriais (PECQUEUR, 2005), que favoreçam novas reconstruções territoriais positivadas. Nas palavras desse autor:

Trata-se de transformar recursos em ativos, através de um processo de mobilização e arranjos dos atores, freqüentemente em torno de um problema inédito. A própria formulação do problema e a procura da sua solução são marcadas por ensaios e iterações sucessivas, entre erros e sucessos. Permitem fazer emergir e mobilizar novas capacidades, de fato, revelar “recursos escondidos” (PECQUEUR, 2005, p. 10).

Em que pese a capacidade de sustentação das políticas públicas à promoção de uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável¹³, visto desde olhares decoloniais, esse processo não é e não pode se limitar a ser uma criação de políticas públicas, mas antes como um processo político-ontológico de humanização, emergente a partir de construções ontológicas dos atores territoriais que vivenciam cotidianamente os conflitos com a colonialidade do poder, de gênero e da natureza (ESCOBAR, 2014; LUGONES, 2004; LEFF, 2014).

Quijano (2014) esclarece que a colonialidade do poder se baseia no domínio do trabalho, das subjetividades e das identidades, cujos padrões são distribuídos globalmente e controlados desde os países do norte, centralmente Europa e Estados Unidos. A colonialidade do poder se constitui e se mantém com base na dominação racial. Essa subalternização racial atua como produtora de desumanidades.

Leff (2014) argumenta que esse processo só pode se dar em conjunto com a construção de lógicas ecologizadas, as quais, ao mesmo tempo em que desconstruem racionalidades dicotômicas entre humanos e natureza, mobilizam a natureza na construção ontológico-política de novas identidades e territorialidades.

Lugones (2004) torna complexa essa noção, introduzindo o conceito de colonialidade de Gênero. Segundo ela:

Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. (LUGONES, 2014. p. 935).

Gênero, dessa forma, é constituído e constitui a colonialidade do poder, tal como constrói e é construído por raça. Visualizar e compreender essa intersecção demanda, por um lado, entender quais são as relações constitutivas da produção desigualdades de gênero em contextos coloniais, e por outro lado, colocá-las em relação com a produção da ideia de raça (LUGONES 2004).

Lugones (2014) destaca a hierarquia dicotômica entre humano e não humano como a dicotomia central da modernidade. A essa dicotomia, acompanha a reprodução moderna da dicotomia hierarquizante entre humanos/natureza e homens/mulheres.

Ao retomar o olhar para o Vale, através dessas lentes decoloniais, esclarece-se porque ainda hoje o Vale é representado como um território de atraso, e todas as dificuldades enfrentadas na sua superação como território-palco, bem como passa a ser sobre esses sujeitos a recaírem as principais consequências das falências de políticas públicas inclusivas.

Esses dados corroboram com Porto, Pacheco e Leroy (2013), ao identificarem que são as populações tradicionais, mulheres e jovens, populações mais impactadas como conflitos e injustiças socioambientais no Brasil.

No Vale nota-se que é principalmente sobre as mulheres quilombolas que as consequências desse modelo neoextrativista têm incidido, através da falta de alternativas de geração de renda e de autonomia econômica feminina, sobre jovens

¹³ Ao ecologizar-se através da ecologização das redes agroalimentares, essa perspectiva de desenvolvimento territorial, se vincula à concepção de ecodesenvolvimento tal como conceituada por Sachs (2009), se constituindo como uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável.

negros e camponeses menos capitalizados. E que, no entanto, são esses mesmos sujeitos principalmente a sustentar experiências alternativas e ecológicas como alternativa de vida para si, suas famílias e comunidades.

Dessa forma, compreende-se que o diálogo entre a abordagem decolonial e a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável, se torna relevante à desconstrução de abordagens científicas e políticas estrutural-funcionalistas e universalistas, para abrir caminho a reconstruções territoriais ecológicas complexas, baseada em uma interculturalidade crítica (WALSH, 2009).

Catherine Walsh (2009) ao analisar processos de desenvolvimento na América Latina, faz uma crítica à interculturalidade funcional, apontando para a necessidade de construção de uma interculturalidade crítica, nutrida pela centralidade da agência dos atores, através de uma pedagogia crítica e intercultural. Segundo ela:

Mientras que la interculturalidad funcional asume la diversidad cultural como eje central, apuntalando su reconocimiento e inclusión dentro de la sociedad y el Estado nacionales (uni-nacionales por práctica y concepción) y dejando fuera los dispositivos y patrones de poder institucional-estructural -las que mantienen la desigualdad-, la interculturalidad crítica parte del problema del poder, su patrón de racialización y la diferencia que ha sido construida en función de ello. El interculturalismo funcional responde a y parte de los intereses y necesidades de las instituciones sociales dominantes; la interculturalidad crítica, en cambio, es una construcción de y desde la gente que ha sufrido un histórico sometimiento y subalternización. (WALSH, 2009. p. 12).

Essa perspectiva intercultural crítica sustenta a argumentação de que, ao invés de buscar-se ativos territoriais com vistas à promoção de uma interculturalidade ecológica funcional, esse processo precisa se recriar, internalizando a interseção raça, gênero e natureza, como processos dialógicos de promoção de novos ativos e novas ações de governança territorial.

Visto desde bases interculturais críticas, a valorização dos recursos territoriais e do capital social se dão em associação à positividade ontológica étnico-racial, de gênero e da natureza. Dessa forma, capacidades socioculturais colaborativas entre humanos são chamadas em relações de diálogo de saberes (LEFF, 2014) à recriação desses universos territoriais, em colaboração entre si e com a emergência e criação de capacidades e potencialidades de não-humanos, favorecendo emergências ecológicas territoriais democráticas e interculturais.

Esse processo implica o reconhecimento e a internalização dessa lógica ontologia de construção territorial tanto pelos poderes e atores públicos, quanto à necessária internalização dessa perspectiva ontológica intercultural crítica às lógicas reprodutivas das organizações e redes de agricultura familiar, camponesa e ecológicas atuantes no território.

Uma perspectiva de ação decolonial (ESCOBAR, 2014) de desenvolvimento territorial sustentável (PECQUEUR, 2005; SACHS, 2008), dessa forma, se apoia na interculturalidade crítica (WALSH, 2009), entende diferenças e desigualdades sociais e desconstrói dicotomias entre humanos e natureza (LEFF, 2014).

Além disso, se apoia em solidariedades camponesas (SABORIN, 2009) e campo-cidade, inter-raciais e femininas (LUGONES, 2014). Essa perspectiva adota um caminho endógeno intercultural, de forma a promover a emergência, positividade e potencialização, ao mesmo tempo, das capacidades e identidades dos atores e ecologias dessas territorialidades.

Dessa forma, por fim, reforça-se a necessidade de continuidade de produção reflexões teórico-conceituais sobre a construção de perspectivas interseccionais e interculturais críticas de promoção de desenvolvimento territorial sustentável, como possibilidade e necessidade para se pensar potências positivadas de vida com o Vale do Ribeira.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os anos 1990 identifica-se um processo de ecologização da agricultura camponesa e familiar do Vale do Ribeira. Esses processos têm sido promovidos por redes e organizações sociais diversificadas, as quais têm criado novas perspectivas de comercialização, dentro e para além desse território, atuando na construção de novas dinâmicas de comercialização no Vale do Ribeira.

A construção social dessas novas dinâmicas de comercialização ecológica envolve construções sociais de mercados, como feiras, sacolas e acesso a mercados institucionais, favorecidas pela ação do setor público e sociedade civil.

Esses processos têm indicado caminhos à construção de perspectivas de desenvolvimento territorial sustentáveis, na medida em que tem qualificado condições camponesas dos atores desse território.

No atual contexto sugere-se associar às abordagens teóricas de desenvolvimento territorial abordagens decoloniais, como forma de visualizar construções raciais e de gênero como categorias produtoras de desigualdades e exclusões territoriais.

Visto desde uma perspectiva decolonial, isso implica reconhecer, valorizar capitais e ativos ecológicos interculturais presentes nesse território, associadas às solidariedades territoriais, como recursos/ativos e caminhos para construção de desenvolvimento territorial sustentável.

8. REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BIANCHINI, V. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. 2010. 413f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A.D.D. **Agricultores ecológicos e o meio ambiente rural: visões interdisciplinares**. São Paulo: Annablume, 2012.
- BRANDÃO, C.R. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil Contemporâneo. In: ALMEIDA, A.W.B. et. al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p.39-69.
- CARRIL, L.F. **Terras de negros no Vale do Ribeira**. 1995. 220f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de São Paulo, 1995.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CORADIN, C. **Racionalidades tecnoburocráticas e quilombolas**: integração da comunidade córrego das moças ao PAA. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

CORADIN, C. Dinâmicas de gestão territorial e suas interfaces com o Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) no Vale do Ribeira Paraná. ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 7., 2016, Natal, RN. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

DALLABRIDA, R.V., BECKER, F.D. Governança Territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v.1, n. 2, jul./dez. 2003.

DELGADO, N.G.; BONNAL, P.; LEITE, S.P. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2007.

DESER. **Validação de tecnologias e processos alternativos de gestão da sustentabilidade do desenvolvimento em ambiente temático multicomplexo**: pobreza, meio ambiente, povos e comunidades tradicionais. Curitiba: DESER, 2008.

DUARTE, M.Y.M. Estudo de caso. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.215-35.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FIDELIS, L.M. Quilombos, agricultura tradicional, agroecologia. **Cadernos CERU**, São Paulo, v.22, n.1, p. 57-72, jun. 2011.

GATTI, B.A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GTCM. **Relatório do grupo de trabalho Clovis Moura**: 2005-2010. Curitiba, 2010.

IBARGÜES, R. **Neorurales**: Dificultades durante el proceso de asentamiento en el medio rural Aragonés. Una visión a través de sus experiencias. Informes 2004-3. 2004. p.1-56.

LEFF, E. **La apuesta por la vida**: imaginación sociológica e imaginarios sociales en los territorios del sur. São Paulo: Vozes, 2014.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Revista Tabula Rasa**. Bogotá/Colômbia, n.9, p.73-101, jul./dez. 2008.

MALUF, R.S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.25, n.1, p.299-322, 2004.

NEVES, D.P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B.M., MARQUES, M.I.M., SUZUKI, J.C. (Org.). **Geografia agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.211-270.

PADILHA, D.; BRANDENBURG, A. Mercados, atores e a construção da racionalidade ambiental em Rio Branco do Sul, PR. In: **Agricultores ecológicos e o meio ambiente rural: visões interdisciplinares**. São Paulo: Annablume, 2012.

PECQUER, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Revista Raízes**, Campina Grande, v.24, n.1-2, p.10-22, jan./dez. 2005.

PLOEG, J.D.V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTO, M.F.; PACHECO, T.; LEROY, J.P. (Org.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

POUPART, J. et. al. **A pesquisa qualitativa**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

QUIJANO, A. ¿Bien vivir? Entre el «desarrollo» y la descolonialidad del poder. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RODRIGUES, A.S. **Reciprocidade, solidariedade e reconstrução da identidade camponesa: estratégias de reprodução social dos agricultores familiares da cooperafloresta**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná.

SABORIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

STUMPF, I.R.C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.51-83.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento de métodos**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Revista Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.42-61, out. 2003.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e reviver. In: CANDAU, V.M. (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

NORMAS PARA PREPARAÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

FOCO E ESCOPO

O periódico **Extensão Rural** é uma publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às áreas de extensão rural, administração rural, desenvolvimento rural, economia rural e sociologia rural. São publicados textos em português, espanhol ou inglês.

Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista: (<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>), necessitando para isso que o autor se cadastre e obtenha seu login de acesso. A submissão deve obedecer aos passos descritos em “iniciar nova submissão”.

Momentaneamente o periódico Extensão Rural não cobra taxas de tramitação e de publicação.

EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, incluso apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho deverá ser digitado em página tamanho personalizado, com dimensões de 17 x 24 cm com fonte Arial 9 pt, espaçamento simples, com margem normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract* (ou *resumen*), *key words* (ou *palabras clave*), introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *key words*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um *resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, contendo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*key words* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve ser descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas, objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a rerepresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são lembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demasiado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;
- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

Prefira	Evite
... três agentes foram...	... 3 agentes foram...
... quarenta produtores foram...	... 40 produtores foram...
... 21 agentes foram...	... vinte e um agentes foram...
... colheu 3 kg de peras...	... colheu três quilos de peras...
...corresponde a 2,3 m...	... corresponde a 2,3 metros...

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

Unidade	Certo	Errado
Quilograma	kg	Kg; Kgs.; KG; quilos
Metro	m	M; mt; Mt
Litro	l	L; lt; Lt
Hectare	ha	Ha; Hec; H; h
Tonelada	t	T; Ton; ton
Rotações por minuto	rpm	RPM; Rpm; r.p.m.

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *la cosecha fué de 5,1%*; *the harvest was 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas, (neste caso use caixa alta e alinhado a esquerda).

Os tópicos dos artigos devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações conforme o exemplo abaixo:

3. REVISÃO BILIOGRÁFICA

3.1. A REGIÃO DE IBITINGA

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. OS HORTIGRANJEIROS E A AGRICULTURA FAMILIAR

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / key words, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.

Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA, 2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)”.

REFERÊNCIAS

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não contempladas nas situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

b.1. Citação de livro:

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.2. Capítulo de livro:

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.3. Artigos publicados em periódicos:

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

b.4. Trabalhos publicados em anais:

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria : Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

b.5. Teses ou dissertações:

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação.** 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

b.6. Boletim:

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros.** São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

b.7. Documentos eletrônicos:

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia.** Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>. Acessado em 20 ago. 2012.

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.



Fonte: Autor (2016)

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.

Item	Tabela	Quadro
Bordas laterais	Abertas	Fechadas
Dados	Preferencialmente da pesquisa	Preferencialmente da revisão
Conteúdo	Números	Texto
Rodapé*	Fonte arial 8 pt	Geralmente não há
Bordas internas	Não há	Há
Alinhamento	Números alinhados à direita	Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar
Exemplos	12,3 4,5 6.789,1 123,0	O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar

* exemplo de rodapé.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (*checklist*) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.